



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

NILSON CARVALHO CRUSOÉ JÚNIOR

**DA “VOLANTE” À ACADEMIA:
A POLÍCIA MILITAR DA BAHIA NA ERA VARGAS
(1930 – 1945)**

Salvador
2005

NILSON CARVALHO CRUSOÉ JÚNIOR

**DA “VOLANTE” À ACADEMIA:
A POLÍCIA MILITAR DA BAHIA NA ERA VARGAS
(1930 – 1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, sob orientação do Prof.Dr.Israel de Oliveira Pinheiro, como exigência parcial para a obtenção do grau de mestre.

Salvador
2005

A

**Margarida, lhe devo a vida,
e a minha personalidade,
amo-a com todas as forças.**

**Nilson,
essa vitória é nossa,
valeu meu Velho!**

**Alice Maria, Ana Lúcia, Nilma Margarida e
Ana Paula.
Quatro belas e fortes irmãs,
um “beijo no coração” de todas elas.**

**Emília Maria,
agradeço tua presença em minha vida,
te adoro “Tia Emília”.**

**E a todos aqueles que são referências para
meu crescimento.**

AGRADECIMENTOS

Num momento tão especial quanto este, fico tenso e preocupado, ao mesmo tempo, feliz e aliviado, pois sei que esse trabalho representa a superação de uma fase do meu processo de amadurecimento pessoal, tanto intelectualmente, quanto profissionalmente e, em razão disso, tenho muito que agradecer.

Portanto passo, a partir deste instante, a procurar ser justo com aquelas pessoas que interferiram no andamento do meu trabalho e da minha vida em geral. Desde já me desculpo se por acaso esquecer de alguém, é que, às vezes, a nossa memória pode falhar em momentos em que não devia, “é o preço que se pode pagar”.

Aos meus queridos professores, que desde a graduação me aturam. Um abraço especial para Ubiratan Castro de Araújo, um camarada sensacional, a Dilton Oliveira de Araújo, meu orientador na graduação, e a Muniz Gonçalves Ferreira, presença marcante na minha caminhada. Não poderia me esquecer da minha grande professora Lina Maria Brandão de Aras, a quem agradeço de uma forma mais especial, ela tem sido uma guerreira para comigo, agradeço-a do fundo do meu coração.

Agradecimentos também ao meu Orientador Israel de Oliveira Pinheiro, à Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História, professora Maria Hilda Baqueiro Paraíso, bem como ao seu esposo, o Coronel Paraíso, uma pessoa sempre solícita e educada, um estudioso da História da sua Corporação.

A todos os meus colegas de trabalho, tanto os da Delegacia Para o Adolescente Infrator (D.A.I), como os do Colégio Estadual Cidade de Curitiba, sei que são pessoas sempre dispostas a colaborarem comigo. Em particular agradeço a Delegada Vera Lúcia Oliveira da Rocha, uma pessoa que me tem bastante consideração, a Rafael Magalhães, um grande

parceiro nos momentos de descontração, e a Carlos Telles, um cara muito atencioso com o qual mantive muitas conversas e troquei algumas idéias. Do Colégio um agradecimento especial a Iraildes Nascimento, uma amiga para todas as horas, agradeço de coração a sua amizade.

Não me esqueceria de agradecer a dois grandes amigos. Antonei Rios, meu amigo-irmão, sempre solícito e preocupado comigo, e um outro amigo que vem demonstrando muita consideração, me incentivando bastante, Washington Costa que, além de tudo, é meu chefe imediato na Delegacia, obrigado a ambos.

No tocante a feitura da pesquisa gostaria de agradecer ao pessoal que trabalha nos Arquivos da Polícia Militar, tanto os que trabalham no Quartel do Comando Geral (Q.C.G.), como os da Academia. Em destaque agradeço de coração ao Sargento Rosemário, do Q.C.G., que colaborou bastante. Aos Oficiais, os tenentes Fábio Rodrigo, amigo de longas datas, também colaborador, e Sílvio do Rosário, um colega de muito tempo, com o qual troquei muitas idéias. Agradeço a ambos.

Agradeço a atenção e a consideração de terem me recebido muito bem em suas residências, aos senhores Antonio Alves de Anastácio (*In memoriam*) e Jeremias José dos Santos, memórias vivas da Corporação. É uma pena não ter sido possível usar as suas falas no meu trabalho.

Se esqueci de alguém, peço mais uma vez desculpas. Um grande abraço a todos!

HEGEMONIA

Um Estado repleto de nuances,
Armado até os dentes;
E no seu centro pensante,
Um caráter mais que evidente.
Um controle de mentes,
Uma visão destacada;
Em toda ela presente,
Pessoas teleguiadas.
Grande conchavo firmado,
Por duas partes elegantes;
Os dois poderes fechados,
Cheio de truques brilhantes.
É necessário vencermos,
Os obstáculos mesquinhos;
E prepararmos as bases,
Para um controle sadio.
Devemos pensar em conjunto,
E praticarmos também;
Seremos nós o assunto,
De ontem, de hoje, e do “além”.
Consolidando nossas bases,
Buscando um grande valor;
De sociedade humana,
Para um futuro promissor.

Nilson Carvalho Crusóé Júnior, 2002

RESUMO

Esse trabalho buscou um objetivo: enquadrar a compreensão de uma Instituição como a Polícia Militar da Bahia dentro de um panorama histórico específico, o contexto pós-Revolução de 1930. Avaliou a dinâmica pós-revolucionária, vislumbrando mais diretamente o entendimento de como se deu o processo de cooptação da Polícia Militar da Bahia às diretrizes do governo Vargas, tendo em vista a necessidade de se associar esses dois agentes sociais, o Governo e a Polícia ou ainda, de uma maneira mais ampla, podemos dizer que esse trabalho vislumbrou uma análise de mecanismos específicos de manutenção e propagação do poder de grupos de interesse (ou classes sociais), sendo tais grupos, na verdade, os principais interessados nas mudanças que ocorreram no período e, por conseguinte, os principais articuladores políticos do processo. Foi preocupação do texto também uma análise do contexto regional baiano no período, avaliando algumas de suas peculiaridades frente à um modelo “modernizador” nacional. Essa Dissertação constrói uma História da Polícia Militar da Bahia até anos imediatamente posteriores à 1930, estabelece uma relação entre o Estado e os seus mecanismos constitutivos, sendo a Polícia, um desses mecanismos, e traça um perfil particular do Estado da Bahia e da Polícia Militar desse Estado, preocupando-se em analisar as realidades circundantes à criação de um modelo de formação profissional novo para os padrões da época, modelo esse que é uma referência fundamental para a História da Corporação.

Palavras-chave: Governo Vargas. Intervenção na Bahia. Instrução Militar. Polícia Militar da Bahia.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to contribute to the understanding of the Bahia State Military Police in a particular historical context related to the events after the Brazilian Revolution of 1930. The dynamics of the post-revolutionary period is evaluated with the purpose of casting a more direct light upon the process through which the Bahia State Military Police was co-opted by the Vargas Administration's guidelines in view of the need for associating these two central social agents, the Government and the Police. In addition, it should be mentioned that this paper carried out an analysis of the specific instruments for the maintenance and spread of political power from pressure groups (or social classes); such groups were actually mostly interested in the changes that occurred at that time and were the major political negotiators of this process. The paper also deals with an analysis of Bahia in a regional context at that time by evaluating some of its main characteristics connected with a national "modernization" model. This Dissertation assesses a History of Bahia State Military Police up to the years immediately following the year 1930 and establishes a relationship between the State and their corporative instruments in which the Police is one of such instruments and provides a particular outline of the State of Bahia and its Police taking into account the realities of that time which led to an unparallel model of professional training which has resulted in a fundamental reference for the History of this Institution,.

Keywords: The Vargas Administration. Intervention in Bahia. Military Drilling. Bahia State Military Police.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 A FORÇA POLICIAL MILITAR NA BAHIA	23
1.1 As forças militares brasileiras: uma breve história	
1.1.1 Um pouco sobre a Guarda Nacional	
1.1.2 O Exército brasileiro e suas reivindicações após a Guerra do Paraguai	
1.1.2.1 O poder das Oligarquias e o Exército: relações no pós-guerra	
1.2 Uma Historiografia da Polícia Militar da Bahia	
1.2.1 Alguns trabalhos produzidos por pesquisadores da Corporação	
1.2.2 Outros trabalhos produzidos acerca do tema	
1.2.3 Outros temas importantes	
1.2.3.1 A Guarda Civil	
2 O PAPEL DO ESTADO E AS FORÇAS MILITARES	50
2.1 Uma análise sobre o conceito de Hegemonia	
2.2 A construção do Estado brasileiro: relações entre o público e o privado na montagem das forças militares	
2.2.1 Participação da Força Policial Militar da Bahia no processo	
2.3 A Força Policial Militar da Bahia na República Velha	
2.4 Revolução de 1930 na Bahia	
2.4.1 O Impacto revolucionário	
2.4.2 Aspectos sócio-econômicos da Bahia durante a década de 1930	
2.4.3 A interventoria de Juracy Magalhães (1931-1937): algumas considerações	
2.5 O governo Góes Calmon e o Regulamento de 1927: alguns aspectos importantes	
3 O CENTRO DE INSTRUÇÃO MILITAR (C.I.M.) E O MODELO PÓS-1930	84
3.1 O Estado nacional do pós-1930	
3.1.1 A opinião pública e o Estado	
3.1.2 O Nacionalismo e a função política do Exército	
3.1.3 O Código dos Interventores	
3.1.4 O Clube 03 de Outubro	
3.1.5 A Instrução pública no período	
3.1.6 As diretrizes da Lei do Ensino Militar	
3.1.7 A Lei 192 de 17 de janeiro de 1936	
3.2 O estabelecimento do Centro de Instrução Militar na Bahia	
3.2.1 O Regulamento do C.I.M.	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS	136
LISTA DE FONTES	141
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

A construção de um texto de cunho dissertativo, sem sombra de dúvidas, traduz-se em uma forma de expressão bastante significativa no que diz respeito aos seus propósitos principais. É sabido que o teor básico de um texto desse tipo deve ser, ao mesmo tempo, objetivo e não simplista, pois o seu conteúdo não poderá abranger tópicos não traçados no projeto, bem como deve alicerçar de forma fundamentada as suas finalidades.

Foi pensando desse jeito que me propus a buscar uma vaga no Mestrado em História da Universidade Federal da Bahia. Sabia que teria que construir um projeto que se enquadrasse no que foi colocado acima, e mais, sabia também que minha tarefa seria a de desbravar uma seara relativamente nova e, algumas vezes, mal compreendida, porque estudar “Polícia” é adentrar num campo muito perigoso, tanto ao nível do que se pretende dizer sobre “ela”, quanto no que poderão pensar as pessoas que tenham acesso à leitura do texto.

Não sou militar, porém sei que a história de uma instituição como a Polícia Militar da Bahia é muito rica em acontecimentos, e importante para entendermos os mecanismos de segurança do nosso estado, e mais, essa história se confunde com a própria história institucional do Estado da Bahia.

Por conseguinte, ao falarmos dela, estamos dando uma contribuição para que não só tenhamos melhores informações sobre o tema e possamos aprender um pouco mais, como também consigamos, e aí acredito, é onde estarei contribuindo mais, possuir maiores

subsídios para podermos tratar a questão sob uma ótica menos carregada de preconceito. Digo isso porque sei que existe um certo medo e tensão quando falamos de polícia. Acho que isso é fruto de uma história recente de repressão policial ocasionada fundamentalmente pelo autoritarismo vigente entre 1964 e 1985, ainda sobrevivem muitos resquícios da ditadura militar, o que não deixa de ter sua razão.

Por outro lado também sei que as coisas podem e devem mudar, inclusive me incluo nesse processo de transformação, visto que há oito anos convivo com as práticas policiais. A consciência dos profissionais de polícia tende a mudar, não cabe mais fazer segurança simplesmente com repressão, é preciso mudar o foco avaliativo, é fundamental fazer “polícia cidadã”, pois o policial não é um ser em si próprio, e isso deve ser visto por toda sociedade como um fato normal.

Outra questão fundamental: a polícia reflete em grande parte a sociedade que a institui. É nesse ponto que eu traço o texto, porque não podemos conceber a polícia de uma maneira estanque, ela representa os interesses do Estado que, como também não está estático, prima, infelizmente, por defender interesses classistas, e é em cima disso que pretendemos trabalhar esse texto.

Após esses breves comentários, preciso dizer mais algumas justificativas que me levaram a escrever sobre esse tema. Sempre tive uma curiosidade e um desejo muito grandes em conhecer os mecanismos de segurança, além, é claro, disso fazer parte, como já disse anteriormente, da minha vida pessoal, pois, além de licenciado e bacharel em história, e de está atuando como professor dessa disciplina há algum tempo, sou Investigador de Polícia dos quadros da Polícia Civil da Bahia, portanto também faço parte da estrutura de segurança pública do Estado.

Dessa forma, mesmo me considerando uma pequena “mola” nessa “engrenagem” que é o Estado, não me vejo tão somente como uma pequena “peça”, visto que sempre procuro conhecer melhor aquilo que me cerca, visando melhorar não somente a minha rotina de vida, mas, também, contribuir na construção de uma mais eficaz e atuante polícia, aliás esse comportamento é o tipo do comportamento o qual considero justo e equilibrado.

Com isso, acredito, estou “conciliando” duas coisas, a prática policial e o estudo teórico, uma vez que tenho o privilégio de poder aprofundar o meu conhecimento, pesquisando um tema próximo a minha própria realidade cotidiana, apesar das distancias que existem em relação principalmente ao tempo histórico e, fundamentalmente, aos papéis desempenhados pelas corporações.

Certamente não de me perguntar: se você é policial civil, porque se interessar pela Polícia Militar? Respondo isso de duas formas básicas: em primeiro lugar entendo a segurança pública como um todo, e acho que como **servidores públicos** devemos exercer funções que se complementem, sem competições, nem brigas de “egos”, até mesmo porque existe uma tendência a se unificar as polícias, mesmo que isso ainda esteja longe de acontecer; em segundo lugar, no íntimo, sempre desejei entender o funcionamento de uma instituição militar, suas premissas e os seus objetivos, e percebi, através do meu projeto, a viabilidade de amalgamar as duas coisas.

E mais, se possível for, daqui há algum tempo, poderei me debruçar também num estudo sobre minha própria corporação, pois observo que a mesma carece de tais estudos, mas no momento, pelo próprio recorte temático escolhido, acredito que um estudo sobre a Polícia Militar ao meu ver, é mais salutar, até mesmo para que percebamos que uma forma específica de treinamento e preparo de policiais, como é o caso da Polícia Militar, é produto

de um processo histórico e cultural, e não surge apenas porque deve-se diferenciar quem veste e quem não veste uma farda.

Deduzi também, principalmente após consultas preliminares a arquivos e pessoas da área da pesquisa em história e ciências afins, que o tema escolhido não foi até o momento bem explorado, e tem um potencial muito grande, afinal ao estudarmos a Polícia Militar da Bahia, estamos entrando numa seara pouco explorada: a história institucional.

Acerca da pesquisa digo que ela foi marcada por algumas interrupções, fruto principalmente de uma falta de disciplina da minha parte, a qual foi sendo gradativamente substituída por um interesse maior em se desbravar um tema muito importante para a compreensão do papel de polícia, que é a característica militarizante de se “fazer polícia”.

Ao final de dois anos de estudo, marchas e contra-marchas na história e na minha própria vida, apresento um trabalho com muitas informações relevantes, mas certamente incompleto, porém as lacunas existentes, muitas delas, podem ser respondidas no futuro, e espero que não muito longe da minha vida como historiador.

Nos anos compreendidos entre 1930 e 1945 houve uma preocupação em conceber um novo modelo de polícia militar e de outras formas de policiamento para as unidades da federação que pudessem ser organizados a partir de regras gerais, galgadas na centralidade administrativa e, no caso das polícias militares, fundamentalmente num tipo de doutrinação militar específico, que pudesse contribuir com a manutenção dos limites territoriais federativos e com o novo modelo “modernizador”, industrializante e tecnocrata.

Certamente isso foi uma característica marcante do governo que se implantou no Brasil a partir da revolução de 1930, e conhecer mais de perto a construção desse perfil

organizacional, principalmente através de fontes documentais, como : legislação (geral e específica), fontes administrativas, e obras em geral, foi importante e contribuiu com o trabalho sendo, conseqüentemente, primordial para essa produção historiográfica.

O enfoque principal é o processo de reformulação na segurança do Estado da Bahia no período compreendido entre os anos da 1930 e 1945. Centralizaremos a análise na reorganização do sistema policial militar, que atingiu um patamar importante com a criação do C.I.M. (Centro de Instrução Militar) em 1935. Esse processo de reorganização fez parte, como veremos neste trabalho, de uma política nacional que vislumbrava a centralização das ações mantenedoras da ordem pública sob a égide do Governo Federal, pertencendo a uma política de cunho nacional, intervencionista e discricionária.

Esse é um elemento que perpassará toda a análise, pois observei que as ações e a própria metodologia de trabalho, empregados na polícia militar da Bahia nesse período, foram motivados por um tipo de poder nacional sólido e atuante como nunca houvera no Brasil. As tendências regionalistas foram colocadas de lado em nome de uma “unidade nacional” que teremos a oportunidade de entender melhor ao longo do trabalho.

Podemos dizer ainda que o interesse pelo tema se dá num momento em que se pensa mais uma vez na reformulação dos aparelhos policiais tendo em vista a necessidade de um novo tipo de intervenção do Estado nacional, que possa conter a onda de violência que se alastra pelo território. Isso demonstra que a sociedade brasileira está longe de possuir instituições públicas no campo da segurança que possam ser consideradas eficazes, visto que constantemente o Estado recorre a ajustes nos mecanismos voltados para garantir o cumprimento das leis .

Portanto, conhecer um pouco mais de perto o funcionamento da instituição policial militar, se faz necessário não só para percebermos o seu modelo organizacional e os seus limites de ação e intervenção mas, também, para compreendermos que toda e qualquer modificação que ocorreu ou que ainda irá ocorrer dentro dela é fruto de interesses e anseios surgidos no bojo da sociedade brasileira, refletindo esperanças, frustrações e sonhos, de pessoas e de grupos.

Esse trabalho objetiva construir uma história da PMBA num período fundamental da sua história, mas que não pode ser escrita sem uma análise crítica de um contexto nacional essencialmente influente. Com isso diremos que a Polícia Militar da Bahia, instituição que se constituiu ao longo do tempo numa parte importante para o funcionamento do nosso Estado, bem como muitas vezes ajudou a garantir o chamado *status quo*, foi sofrendo mudanças importantes na sua estrutura de funcionamento interna. Passou de uma polícia com pouca ou quase nenhuma condição estrutural, para uma polícia melhor assistida pelo Estado, visando atender aos novos interesses surgidos naquele contexto

Com o trabalho que se segue, não obstante algumas lacunas que certamente surgirão, buscaremos seguir fielmente esses pressupostos, respondendo a uma indagação que surgiu logo quando dos primeiros contatos que mantivemos com o tema: *Como se deu o processo que implantou o modelo “modernizador” de Segurança Nacional do Governo Vargas na Polícia Militar da Bahia?* Esse é o objetivo do trabalho.

Devido a sua complexidade e a uma escolha contextual específica, nesse trabalho não se fará necessário explicitar toda a participação da Polícia Militar da Bahia no processo que levou o Brasil à República em 1889. O que nos interessará essencialmente é o

momento em que, com a República já em curso, a Intervenção Federal na organização policial dos Estados ocorre através de uma dinâmica distinta a partir da Revolução de 30, quando essa instituição, já denominada de Força Reserva do Exército desde 1917, entra na pauta do intervencionismo federal e da implantação de uma política verdadeiramente uniformizadora para as polícias estaduais.

Essas citações servem tão somente para que percebamos que o recorte temático desse trabalho é o seguinte: estudar a Polícia Militar da Bahia no seu processo de reformulação que transcorreu fundamentalmente a partir de 1930, com vistas a sua modernização institucional e técnica, a partir dos pressupostos da segurança nacional, e, ainda, estudar essa instituição especificamente, sem termos que estudar outros órgãos de segurança que existiam no período, os quais também são merecedores de estudos.

Dito isso sintetizamos o nosso estudo da seguinte forma: contexto histórico, os anos compreendidos entre 1930 e 1945; Instituição específica a ser estudada, Polícia Militar da Bahia; aspectos centrais a serem considerados em relação a essa Instituição, os paradigmas formadores dos profissionais dessa corporação; e os agentes sociais que atuaram no contexto, a União, como provedora das mudanças ocorridas; e o conjunto heterogêneo de elites dirigentes, como principais interessados em tais mudanças.

Esta dissertação foi dividida em três capítulos, cujos títulos indicam objetivamente os seus conteúdos, os quais seguem uma análise baseada em dados e em situações obtidos através de fontes documentais escritas. Ao longo do trabalho teremos ainda o suporte necessário de fontes secundárias, sem as quais não seria possível incorporar os documentos e as outras fontes a uma realidade histórica específica, aliás, é bom que se diga, o período

chamado de “Era Vargas”, principalmente a sua primeira parte (1930-1945) é muito rico em acontecimentos, sendo objeto de estudo constante nas áreas de pesquisa.

Sobre a parte central da dissertação diremos que o primeiro capítulo se divide em duas partes básicas. Na primeira delas tentaremos construir um panorama histórico geral da formação e da constituição das forças em armas no Brasil e, na Bahia, essencialmente as forças militares, no intuito de termos uma visão básica e também necessária, do tema. Já na segunda parte desse capítulo, procuraremos, recorrendo a uma bibliografia pré-existente, discorrer sobre o que já foi produzido acerca da História da Polícia Militar baiana e quais as suas lacunas, de forma a construir uma certa historiografia da Polícia Militar da Bahia, pelo menos até o momento anterior àquele que é o nosso período de estudo, a década de 1930, usando para isso textos produzidos por pesquisadores interessados no tema.

Nessa História da PM baiana, construída a partir desses textos, veremos que sempre houve uma participação importante dessa instituição no processo histórico brasileiro e baiano, o que não deve ser visto com estranheza, afinal essa instituição, assim como outras de caráter semelhante, se configuram em mecanismos garantidores do próprio funcionamento do Estado na sua esfera político-institucional.

Recorrendo a esses trabalhos estamos procurando dar visibilidade aos pesquisadores e aos seus textos, sendo importante para que saibamos o quanto se produziu sobre o tema, ainda que com enfoques diferentes, e o quanto ainda falta se produzir, sendo essa última uma das razões pelas quais esse trabalho está sendo realizado.

Um outro tópico tratado nessa parte é a questão da identificação do recorte temático, a partir de uma análise das atribuições policiais existentes dentro dos mecanismos

de segurança, isso no plano federal, em parte e, especificamente, no plano regional, uma vez que é preciso identificar o tema de uma forma única, sem que haja lacunas que possam vir a prejudicar o trabalho.

No capítulo II tentaremos avaliar o papel funcional de uma Instituição de caráter militar, como a Polícia Militar, pois ela, em se tratando do período em questão, encontrava-se cada vez mais dependente do Exército brasileiro, principalmente em relação aos paradigmas técnicos e da própria visão da instituição. E, sendo o Exército um componente importantíssimo para os anseios da União (seu “Braço” armado), não poderíamos deixar de avaliar essa questão.

Tentaremos demonstrar esse intento através de uma análise teórica do próprio papel do Estado como um todo e o brasileiro especificamente, desde suas origens, recorrendo a uma interpretação fundamentada em estudos sociológicos e de ciência política, buscando dar um melhor embasamento metodológico ao que estamos nos propondo.

Não tivemos as condições necessárias, e nem mesmo estamos nos propondo a isso, de fazermos um debate em cima de muitos aspectos teóricos que norteiam as discussões sobre as classes sociais. Tivemos que nos remeter a uma avaliação básica das relações das classes sociais na composição do Estado, pois é evidente que ele surge dentro de um contexto onde o papel dos grupos de interesse está entrelaçado ao seu funcionamento.

Faremos uma análise que abrangerá uma avaliação comparativa entre dois momentos: a República Velha e a sua forma peculiar de garantir o poder, e as novas concepções modernizadoras advindas da revolução de 30, tudo isso como pano de fundo à nossa análise central.

Ainda neste capítulo avaliaremos o processo revolucionário na Bahia, demonstrando como ele se deu e os seus desdobramentos. Faremos uma contextualização regional do fato, demonstrando, dentre outras coisas, a maneira pela qual aconteceu a absorção da interventoria de Juracy Magalhães na Bahia em 1931, diante das práticas regionais e dos poderes constituídos.

O capítulo III é a parte principal do trabalho, nele encontraremos um conjunto de leis, decretos e normas gerais que direcionavam as ações governamentais no sentido de tornar as policiais militares órgãos fiéis ao governo federal. Nossa avaliação se dará a partir dessas medidas de cunho legal.

Vale frisar também que o ponto crucial da nossa análise, que é o de demonstrar a absorção por parte da Força Policial Militar da Bahia dos propósitos federais, encontra o seu ponto principal na centralização administrativa implementada no pós-1930, e isso, por sua vez, refletia-se diretamente nas medidas legais que estavam sendo adotadas.

No início do capítulo faremos um apanhado geral de aspectos importantes para a própria governabilidade de Vargas e dos Interventores por ele nomeados. Nesse ponto trataremos da realidade brasileira no período abordando alguns aspectos constitutivos e próprios do Estado varguista. Dentre esses aspectos abordaremos o chamado Código dos Interventores, o Clube 03 de Outubro, e algumas outras questões próprias do período. Veremos aqui: a Legislação Trabalhista e a Lei Eleitoral, a Instrução Pública em geral e as diretrizes para a Instrução militar em especial. Esses tópicos servirão para termos uma compreensão, ainda que incompleta, dos fatores essenciais que levaram o Estado a ações de cunho burocrático e nacionalista. Com isso perceberemos as diretrizes que influenciaram

nas novas concepções militarizadoras, na institucionalização do modelo técnico-profissional novo e no re-aparelhamento das Forças Policiais Militares.

Veremos que o Código dos Interventores baseou-se numa fórmula encontrada pelo governo federal para ter o controle dos estados, mas que isso por si só não pode fazê-lo, uma vez que algumas personalidades conquistaram seu próprio domínio, como foi o caso de Juracy Magalhães.

Sobre o Clube 03 de outubro vamos demonstrar que esse aparelho militar serviu aos intentos imediatamente posteriores à Revolução, porém foi perdendo seu prestígio com o desenrolar dos fatos, o que nos levou a concluir que ele serviu apenas para dar um suporte de segurança aos intentos mais implícitos das classes interessadas em controlar o poder, pois os “tenentes” possuíam grande prestígio popular. Portanto, o desmembramento desse órgão deveu-se em boa parte ao radicalismo político dos “tenentes”, à própria situação das classes dominantes e aos interesses de Vargas em se manter no poder.

Sobres as outras questões citadas, como o trabalhismo e as novas diretrizes eleitorais, faremos tão somente citações, no intuito de demonstrar que no período histórico em questão a ação governamental era muito importante e crucial para que Vargas pudesse consolidar as suas intenções centralizadoras e tecnocratas. Retrataremos nesse ponto as medidas adotadas tanto na esfera federal, como na estadual, no período de 1931 `a 1937, durante a interventoria de Juracy, que instituiu o Centro de Instrução Militar, que foi o marco mais importante estabelecido na Bahia na história desta instituição.

Trabalharemos os pressupostos legais acerca de uma nova tendência militarizante percebida no período em estudo, analisando a Lei do Ensino Militar, a Lei nº192, que

reorganizava as polícias militares estaduais, e o Decreto estadual instituidor do Centro de Instrução Militar (C.I.M.), em 1936, além de citarmos outras medidas legais que existiram no período. O uso de documentos relativos a aspectos legais e formais nos serviram como ponto de apoio metodológico, porém não se encerravam em si mesmos, o que vamos demonstrar através de uma avaliação contextualizada e crítica.

Sobre os aspectos concernentes à formação técnica do policial militar veremos que houve uma preocupação em dotá-la de uma base doutrinária, qual seja: a partir de um Centro de Instrução “Militarista” a Força Pública¹ baiana estaria se engajando numa outra “realidade” , e com isso estaria se preparando melhor para atender a necessidades “maiores” e modernas, pelo menos do ponto de vista de tinha o poder.

De uma maneira geral, a criação de um Centro de Instrução, global e racionalizado, como era o caso do C.I.M., foi fruto de uma política completamente distinta do que se tinha até aquele momento. Um centro de excelência, por assim dizer, denotaria o interesse de um estado competente e moderno, portanto foi também por esse motivo que o governo da União preocupou-se em criar legislações específicas para intervir nas polícias.

Na prática a União não tornou esse aparato “modernizante” um meio de se propagar qualidade de vida para os quadros da Polícia Militar da Bahia e, de uma forma mais ampla, para o conjunto da sociedade, o que se viu foi um trabalho implementado de “cima para baixo”, onde a esfera estatal determinava as direções a serem seguidas, mas não se importava em agir no âmago das questões, deixando de lado as próprias realidades regionais dos estados federados e, em particular, a realidade baiana, que não sofreu rupturas profundas, principalmente se falarmos do domínio oligárquico existente.

¹ No momento da regulamentação do C.I.M. a PMBA chamava-se Força Pública do Estado da Bahia.

O governo Vargas não queria simplesmente melhorar os aspectos técnicos e profissionais dos policiais, o seu objetivo fundamental era não deixar os estados com um modelo particular de policiamento, ainda que, por outro lado, possamos dizer que os cursos criados com o Centro de Instrução deram uma contribuição importante para a autonomia que existe hoje, da Polícia Militar em relação ao Exército brasileiro.

Tal autonomia certamente é fundamental para a Polícia Militar da Bahia, uma vez que sem o estabelecimento de um centro de excelência para os quadros da força, principalmente para os oficiais, não poderíamos falar em uma qualidade de ensino, nem tão pouco numa cultura de profissionalização dentro da polícia militar baiana, já que a Academia de Polícia Militar da Bahia, na atualidade, forma não só os seus quadros de comando, ela ainda contribui na formação de oficiais de alguns estados brasileiros, como Sergipe e Mato Grosso do Sul, por exemplo.

Os cursos oferecidos pela atual Academia são fundamentais para a construção do perfil dos profissionais de polícia, eles capacitam tais profissionais na perspectiva de terem essas pessoas um comportamento abrangente, ou seja, os profissionais formados pela Academia devem ser mais do que militares imbuídos em defender a pátria, a propriedade e fazerem o policiamento ostensivo. Eles devem ter um conhecimento mais amplo, pois sua ação diária deve se identificar com a própria continuidade da sua vida e, ainda, esses profissionais devem buscar cada vez mais aperfeiçoarem-se em níveis mais avançados do conhecimento universal.

A atual Academia de Polícia Militar da Bahia, surgida a partir do Centro de Instrução Militar, instituído em 1935, está buscando cada vez mais uma aproximação dos

seus quadros a uma realidade universal e abrangente, primando por um conhecimento onde haja equilíbrio entre o treinamento técnico-militar e as outras áreas do conhecimento.

1 A FORÇA POLICIAL MILITAR NA BAHIA

O objetivo deste Capítulo é reconstruir, de maneira panorâmica, as formas de organização das forças em armas ao longo da história da Bahia, principalmente as forças militares, nos diversos momentos históricos em que foi necessário o uso desse tipo de força. De caráter predominantemente bibliográfico, procurou selecionar e discutir autores e obras que, ainda que não tratem diretamente do tema, possibilitaram a compreensão do mesmo, pelo menos até os anos imediatamente posteriores à Revolução de 30.

1.1 As forças militares brasileiras: uma breve história

Desde o período colonial que, no Brasil, o governo português constituiu forças militares para a defesa do território, que se ocupavam também do policiamento¹. Essas forças geralmente se baseavam em modelos oriundos da metrópole portuguesa ou em modelos existentes em outros Estados europeus, embora pudessem inspirar-se, ainda, nas práticas de

¹ Os próprios cargos da administração colonial são oriundos de diversos organogramas administrativos. Tomamos por exemplo o cargo de Alcaide-mor e os alcaides pequenos ou menores, presentes na administração espanhola e os quadrilheiros, registrados na legislação portuguesa.

defesa adotadas pelas populações existentes no Brasil, a exemplo da indígena e das populações de procedência africana².

A preocupação inicial de proteção e patrulhamento do território, ligado a existência das feitorias, ampliou-se com a colonização, gerando progressivamente inúmeros cargos e funções³. Na medida em que crescia a população colonial e as demandas de controle e organização do seu cotidiano, era exigida dos poderes públicos a ação policial armada.

Patrícia Verônica Pereira dos Santos, trabalhando com os sujeitos que exerciam atividades profissionais na Salvador do século XVII, concluiu:

Não apenas os pedreiros e funcionários acumulavam atividades. Esse é o caso dos militares. Na massa documental consultada foi possível identificar as seguintes categorias de homens de armas pagos pelo governo: escudeiros, espingardeiros, mareantes, soldados, besteiros, homens d'armas e bombardeiros. Essa tropa era organizada em guarnições e seus componentes eram armados com espingardas, arcabuzes, piques e bestas, exceção feita aos escravos e índios aldeados que iam sempre à frente.⁴

E mais:

[...] pode-se afirmar que essa tropa paga era de pequena monta e composta por camponeses, ou seus filhos arregimentados na sua maioria à força nas vilas do interior de Portugal e na zona portuária de Lisboa e, portanto, não pode ser definida como especializada e qualificada. A essa pequena tropa, nos momentos de crise, eram adicionados povoadores, colonos e sesmeiros, além de índios e escravos que atuavam em defesa das propriedades particulares, como previa o Regimento Tomé de Souza”.⁵

A chegada e a fixação da Família Real, em 1808, é o momento que pode ser considerado como ponto inicial no qual surgem os primeiros esboços de uma “política de

² SANTOS, Patrícia Verônica Pereira. Trabalhar, defender e viver em Salvador no século XVII. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Esse trabalho retrata a construção da defesa da cidade do Salvador, chamando a atenção para o uso das técnicas da defesa de matrizes culturais diversas.

³ Armadas de policiamento ; delegação de poderes a capitães donatários ; serviços de ordenanças ; bandeiras ou entradas ; milícias, dentre outras.

⁴ SANTOS, op. cit., p.77

⁵ Ibid., p.78

segurança nacional” para o território do Brasil. A montagem e instalação dos serviços necessários ao pleno desenvolvimento das atividades de uma Corte, bem como a presença da Casa Real de Bragança, demandava uma maior complexidade dos serviços de segurança. De certa forma podemos dizer que as raízes institucionais para um governo central e brasileiro estavam sendo plantadas, ainda que de forma indireta.

As funções de policiamento, tanto interna, quanto externamente, passaram progressivamente a serem instituídas por organismos⁶ cujas atuações e mecanismos de comando, administração e seleção, eram condizentes com políticas adotadas no espaço colonial, por um governo que, conquanto tivesse como referência de nacionalidade aquela vinculada à nação portuguesa, produziu uma base legal e estrutural para a organização da polícia que viria a estruturar-se no futuro território brasileiro independente.

Salienta-se, ainda, uma outra questão fundamental na origem do processo em estudo, e que deve ser considerada como parte importante para aquele contexto: o fato de que, pelo caráter particularista da colonização, o poder de polícia dos grandes proprietários rurais, com suas respectivas “forças”, representava um aspecto relevante que sempre era levado em consideração na consecução dos objetivos de policiamento⁷.

O entendimento do funcionamento dos chamados poderes locais contribui fundamentalmente para a compreensão da organização das forças de caráter militar, uma vez que a conquista do espaço ocorreu, dentre outras coisas, através do uso de forças particulares.

⁶ Corpo de Brigada Militar (1808) ; Academia Real Militar (1814) ; Divisão Militar Auxiliadora (1816). Ver: POLICIA MILITAR DA BAHIA. 150 da Polícia Militar da Bahia. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1975.

⁷ Os Serviços de Ordenanças (forças improvisadas e irregulares) é um dos exemplos significativos, pois nem a criação das Milícias (órgãos permanentes e militarmente organizados), em fins do século XVII, para substituí-las, conseguiu acabá-los em definitivo. Vide o exemplo das Ordenanças na região sul do território.

Ainda que independente politicamente de Portugal em 1822, tendo consolidado essa independência em 1823 na Bahia⁸ e, mais, estabelecido um governo pretensamente centralizado e monarquista, que seguia os moldes absolutistas, o Brasil manteve por muito tempo o seu caráter regionalista e provinciano, dependente da estrutura agrária dominante.

1.1.1 Um pouco sobre a Guarda Nacional

Instituição de caráter paramilitar criada após a independência, a Guarda Nacional reflete o modelo regionalista e particularista da estrutura social brasileira. Essa tropa tinha por função primordial a defesa dos interesses particulares das oligarquias agrárias e, desde o seu nascedouro até a sua extinção, foi um mecanismo de manutenção da estrutura de poder, gerando status aos seus representantes. Não obstante estarem juntas muitas vezes, mesmo porque seus papéis até determinado período se complementavam, as Forças, o Exército e a Guarda Nacional começaram a seguir caminhos distintos, muito em função das próprias transformações históricas que ocorriam, em especial, em decorrência das lutas pela libertação dos escravos.

O Exército passou a ser composto por extratos médios e baixos da sociedade, fundamentalmente após a Guerra do Paraguai, e a Guarda Nacional, essencialmente aristocrática, veio a ocupar o vazio deixado pelo Exército imperial, tendo sido a sua criação

⁸ Certamente a Independência do Brasil consolidou-se de fato com a expulsão das tropas portuguesas na Bahia em 02 de julho de 1823, apesar da data referência dessa independência ser o 07 de setembro de 1822.

baseada na lei que criou a Guarda Nacional francesa. Ela era inicialmente uma força militar formada nos moldes de uma “Milícia Cidadã”, com critérios censitários de recrutamento. A partir de 1840 começaram a ingressar nos seus quadros setores mais amplos da sociedade, como mulatos e negros libertos. A mesma era tida como corpo auxiliar do Exército, com armamentos e fardas custeados pelo governo ou pelos seus componentes.

A Guarda Nacional atuou diversas vezes como força militar policial nas províncias, provando que na prática havia a substituição das funções de policiamento. Também participou da Guerra do Paraguai, pois os esforços de guerra foram muito grandes, não se podia desprezar a força da Guarda Nacional, e isso é um papel político.

Os guardas nacionais exerciam uma forte pressão eleitoral, favorecendo aos interesses partidários, contribuindo para a ascensão de partidos políticos oligárquicos. Através desse expediente surgiu a figura tão conhecida do “Coronel”, pois a coerção política provinciana garantia o domínio geral, era o coronelismo se consolidando e garantindo a estrutura de dominação.

O expediente de se conceder patentes de “Coronel” a figuras de destaque regional foi uma prática muito constante da história brasileira até a República Velha, ela era o sustentáculo político e a garantia da dominação classista. A Guarda Nacional, um dos componentes dessa dominação, só foi extinta no final da década de 1910.

1.1.2 O Exército Brasileiro e suas reivindicações após a Guerra do Paraguai

De início, vamos mostrar alguns aspectos que deram ao Exército a força política necessária para tornar-se um componente fundamental na história republicana do Brasil, e isso se fará através do surgimento de uma questão que, juntamente a outras, foi um dos motivadores do fim do império: a chamada Questão Militar.

Esse tópico serve como elemento importante nessa análise, pois com ele poderemos perceber que o Exército, ao se tornar um dos pilares de sustentação do regime republicano no Brasil, obteve a partir de 1930 um papel central na reorganização do Estado, porém isso não será aprofundado agora, será mais bem trabalhado no próximo capítulo.

O que vale nesse momento é mostrar que a importância política do Exército brasileiro não se deu por acaso, ela foi resultado de uma grande transformação na sua estrutura a partir do fim da Guerra do Paraguai, sendo essa transformação proveniente de muitas lutas, tanto internamente, quanto diante de o próprio poder monárquico, lutas essas que levaram o Exército a exigir e conquistar espaços consideráveis de participação e decisão na esfera pública.

Em verdade, o que vimos foi uma reestruturação institucional dessa Força no sentido contrário ao das outras forças que constituíam o poder no Brasil. O Exército tornou-se um aparelho contrário à privatização da defesa no Brasil no momento em que buscou a sua consolidação institucional e uma melhor qualidade geral, sendo tudo isso possível graças a um contexto favorável, principalmente galgado nas lutas abolicionistas.

Sobre o abolicionismo não vamos tratar dessa questão, mas diríamos tão somente que o Exército e luta abolicionista constituíram-se ao longo da segunda metade do século XIX em elementos indissociáveis, principalmente a partir da incorporação de ex-escravos nos quadros dessa força com o advento da guerra, merecendo, portanto, um estudo mais aprofundado.

1.1.2.1 O poder das Oligarquias e o Exército: relações no pós-guerra

Se quisermos exemplificar de uma forma mais precisa a questão da privatização da defesa no Brasil, podemos nos referir a criação da Guarda Nacional em 1831, o que já foi tratado anteriormente, basta-nos identificar as transformações ocorridas no Exército brasileiro, afim de que possamos perceber o seu novo papel institucional com o advento da república.

O Exército, instituição que obteve após o fim da Guerra do Paraguai uma expressiva predisposição à ação política, via na Guarda Nacional, assim como nas Forças Policiais das Províncias, elementos contrários aos seus anseios, uma vez que dentro das suas fileiras crescia o descontentamento para com o governo imperial, devendo-se a isso diversos fatores, dentre os quais podemos citar a sua composição de classe distinta.

Os membros dirigentes das oligarquias regionais que comandavam a política no Brasil até então, instruídos através de uma formação política tradicional, - o chamado

“bacharelismo liberal”⁹ - se distanciavam dos quadros que formavam o Exército brasileiro e, com a guerra, isso ganhou corpo. Sobre esse tema, diz John Schulz¹⁰: “[...]mas, com o desenvolvimento das escolas de Direito, membros da profissão das leis ganharam o controle de todos os mais importantes postos legislativos e administrativos[...]”¹¹

Estamos vendo surgir uma questão que está no cerne da luta política entre civilistas e militares no Brasil republicano, porém esse assunto por hora não nos interessa. Importa-nos continuarmos analisando as transformações dentro do Exército brasileiro e a sua caracterização político-social distinta frente à das elites dirigentes. O autor citado acima reforça essa distinção:

O status social dos homens alistados não variou muito durante o império, permaneceu uniformemente mau. Muitos ex-escravos serviam nas fileiras e as turmas de recrutamento eram tão temidas pela população como o próprio demônio.”¹²

Sobre a participação política do Exército nas esferas do poder em tempos da proclamação republicana John Schulz revela que em “[...]15 de novembro de 1889 não havia membros militares no Conselho Ordinário do Estado[...]”¹³ Esse contraponto sócio-político e também econômico fez do Exército um aliado em potencial do sistema republicano. Diríamos mais, o Exército se dispôs à ação política como forma de obter um maior reconhecimento, principalmente salarial e promocional e, a partir dessa situação, a sua nova composição social oriunda da prática da guerra o institucionalizou, por assim dizer.

⁹ Sobre o tema podemos indicar: ADORNO, Sérgio. Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira. São Paulo: Paz e Terra, s/d.

¹⁰ SCHULZ, John. O Exército e o Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1974 (Tomo II, vol. 4)

¹¹ *Ibid.*, p. 241

¹² *Ibid.*, p. 242

¹³ *Ibid.*, p. 242

Sobre esse aspecto, John Schulz em sua análise sobre as condições de trabalho no exército revela que “[...] a baixa remuneração, as pobres condições de vida e a lentidão das promoções tendiam a desencorajar os filhos das grandes famílias a dedicar-se a carreira militar[...]”¹⁴

Observamos com isso que no Exército a tendência foi a existência de uma composição classista que, mais tarde, se oporia à Monarquia, o que ocorreu. Não é por acaso que no processo da Proclamação da República o papel do Exército foi fundamental. Ainda sobre esse tema, John Schulz fala que ao “[...] tempo da proclamação da República, virtualmente todos os oficiais (inclusive generais) tinham como principal fonte de renda os salários, e não a terra[...]”¹⁵

Para concluir e reforçar a idéia de como o Exército se compôs no processo da Guerra do Paraguai e de como essa composição dos seus quadros o colocou como um dos artífices da República, vamos nos remeter a Nelson Werneck Sodré que, referindo-se ao desfecho da Questão Militar, evidencia que tratava-se

[...] de questão de essência: o aparelho militar não servia mais à classe dominante escravista. Sem ele, estava ela desamparada, perdida, pois só lhe restava a solução da força, o apelo aos meios tradicionais, por antigos. E, quando a autoridade só pode apresentar como razão a antiguidade, ela já está liquidada.¹⁶

O desfecho da Questão militar foi favorável ao Exército, que foi conquistando um papel cada vez mais importante nas hostes republicanas, tendo inclusive conquistado o apoio dos civis descontentes com o regime monárquico, e isso se manifesta através do Manifesto dos Militares, redigido por Rui Barbosa.

¹⁴ SCHULZ, op. cit., p. 239

¹⁵ Ibid., p. 241

¹⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. A Questão Militar. Capítulos de História Militar do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 153

A força política representada pelo Exército brasileiro no decorrer da República tem desdobramentos na concepção do papel das polícias militares estaduais, as novas necessidades e diretrizes gerais do governo federal, fundadas em grande monta na força do Exército vai sendo aplicada no campo da estruturação técnica das polícias estaduais, mas esse tema será mais bem trabalhado um pouco adiante.

É muito difícil quantificar as inúmeras vezes em que ocorreram disputas políticas nas quais as forças particulares estiveram presentes em conjunto com as forças militares institucionalizadas, como o Exército e a Polícia, mas podemos dizer que a conquista do território brasileiro se deu fundamentalmente através desse expediente.

Na história brasileira as esferas, pública e privada, sempre se mostraram amalgamadas, sendo o Estado¹⁷, formalmente o representante dos habitantes do território, um legítimo provedor dos interesses das elites brasileiras, que, por sua vez, pelo caráter difuso da formação político-social, sempre souberam aproveitar politicamente das situações em que os poderes pretensamente públicos estiveram enfraquecidos, colocando-se como porta-vozes do Brasil e, por conseguinte, como as classes hegemônicas na formação social do país.

As chamadas elites brasileiras sempre exerceram o papel principal na montagem do aparelho administrativo e político na sociedade brasileira desde os tempos mais remotos obtendo sua base social através de alguns mecanismos, dentre eles podemos citar: a coerção, através do chamado voto de cabresto, onde o poder local determinava o poder central; e uma ideologia, galgada fundamentalmente nas relações de dependência pessoal e, portanto, no mandonismo, elemento singular no comportamento regional.

¹⁷ Para termos uma boa noção do papel do Estado e das suas características condicionantes e condicionadas, podemos nos remeter, dentre outros autores a: CHÂTELET, François. História das Idéias Políticas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

Na República Velha havia um federalismo controverso. Essa forma de representatividade baseava-se num discurso que só servia para manter a predominância das oligarquias estaduais mais fortes economicamente. O discurso federalista visava retirar dos Estados mais fortes a responsabilidade social para com os diversos problemas, fazendo com que os mesmos tivessem que ser somente tratados pela esfera governamental central, ou seja, esse federalismo fortalecia os Estados mais poderosos e, no momento em que havia convulsões sociais de grande monta, a responsabilidade recaía sobre o governo federal e, por conseguinte, o ônus era repartido por todos.

O próximo passo nesse instante é buscarmos construir uma historiografia da Polícia Militar da Bahia, usando algumas obras consultadas preliminarmente e, além disso, identificar em tais obras informações relevantes e necessárias que possam ajudar na feitura do nosso trabalho, identificando ainda semelhanças e diferenças em relação às abordagens.

1.2 Uma Historiografia da Polícia Militar da Bahia

Inicialmente, daremos uma visão geral das obras publicadas sobre a história da Polícia Militar da Bahia. Esse caminho está respaldado na existência de trabalhos publicados por oficiais da corporação e por não-militares, que tiveram como tema a Polícia Militar baiana e/ou sua presença em momentos específicos da história da Bahia.

Essa visão é necessária pois a Polícia Militar da Bahia é uma Instituição que esteve presente em diversos momentos da nossa história e, em decorrência da sua importância para o

funcionamento do Estado, -que é o elemento basilar do nosso estudo como um todo-, temos o dever de mostrar os tipos de abordagens a partir das quais os trabalhos que se seguem conseguiram analisar a sua atuação histórica, bem como a atuação da esfera estatal na formulação do modelo de polícia, pois, como já foi dito anteriormente, é através dessa esfera que a Polícia se institui.

1.2.1 Alguns trabalhos produzidos por pesquisadores da Corporação

Um trabalho intitulado “Resumo Histórico (1825-1971)”¹⁸ apresenta, detalhadamente, uma cronologia da PMBA em sua organização, regulamentos e a sua participação na vida social, dentre outros aspectos. Essa obra certamente serviu de base para o desenvolvimento de outros trabalhos que lhe sucederam, especialmente aqueles produzidos no contexto do 150º aniversário da PMBA durante o ano de 1975.

Esse trabalho possui uma preocupação de citar as leis basilares que compõem a estrutura legal da Polícia Militar da Bahia desde a sua fundação, leis essas que se referem a aspectos formais e institucionais, bem como também relaciona temas ligados à estruturação física, e outros aspectos inerentes ao funcionamento dessa Força¹⁹, tais como: as questões

¹⁸ POLÍCIA MILITAR DA BAHIA. Resumo Histórico: 1825 – 1971. Salvador: Polícia Militar da Bahia, 1972

¹⁹ Durante o trabalho, e por diversas vezes, vamos nos referir a Polícia Militar, seja ela da Bahia ou não, usando o termo “Força”. Essa utilização pode ser explicada pela necessidade de se buscar um termo genérico para a Instituição Polícia Militar da Bahia, uma vez que a mesma, segundo a bibliografia consultada a respeito da sua história, possuiu diversas denominações.

disciplinares, tão importantes para uma organização de caráter militar; dentre outras, de ordens administrativa e supervisionais.

No que tange a participação dessa polícia em movimentos sociais, esse texto relata alguns momentos importantes para a história da Bahia e do Brasil, nos quais houve participação da Força policial militar baiana, como: a Sabinada, a luta contra o cangaço, a Guerra do Paraguai, dentre outros. Os chamados aquartelamentos²⁰ também são descritos, como forma de narrar a trajetória de ocupação de espaços físicos nos quais a polícia se instalou durante esse período.

O trabalho segue, ainda, uma linha descritiva e narrativa, baseando-se principalmente em legislações, encontradas principalmente nos Boletins²¹ da Força . Nele encontramos os temas descritos de forma cronológica e seqüencial, usando fontes escritas e documentais.

A obra “Particularidades Históricas e Pitorescas da Policia Militar da Bahia²²”, de autoria do Coronel da PMBA Antonio Medeiros de Azevedo, foi publicada em comemoração ao sesquicentenário da criação da Policia Militar da Bahia em 1975.

Para a elaboração do texto, houve a participação de um grupo de pesquisadores do qual fazia parte o então Major PM Alberto Salles Paraíso Borges – Presidente –com formação em História, e a assessoria da Prof^a Angelina Nobre Rolim Garcez, com longa experiência em pesquisa histórica.

²⁰ Os aquartelamentos são medidas tomadas seguindo ordens superiores no sentido de manter a tropa unida e coesa para atender à situações onde exista necessidade da sua atuação.

²¹ Os Boletins (BG/O e BI/O), chamados respectivamente de Boletim Geral Ostensivo e Boletim Interno Ostensivo, são como uma espécie de “Diário Oficial” da Policia Militar. Neles encontramos todos os aspectos legais e rotineiros que norteiam o andamento dos trabalhos da Força.

²² AZEVEDO, Antonio Medeiros de. Particularidades Históricas e Pitorescas da policia Militar da Bahia. Salvador : EGBA, 1975.

O objetivo da obra, apesar de não seguir os cânones da historiografia acadêmica, era o de buscar a recuperação dos momentos significativos vividos pela PMBA dentro do período, mediante a citação de episódios que permaneceram vivos na memória da corporação.

Para o Coronel Azevedo, a criação do Corpo de Polícia²³ em 1825 esteve relacionada ao desempenho dos baianos na luta contra os portugueses e ao reconhecimento pelo Imperador do papel desempenhado pela Bahia em apoio à política do governo central.

O autor registrou a presença da PMBA tanto na Guerra Cisplatina como na Guerra do Paraguai²⁴, sempre preocupado com os militares que se tornaram referência no panteon de heróis, não se preocupando com as condições internas do Corpo de Polícia que permaneceu na Bahia²⁵, ou com qualquer outra característica, a exemplo da compreensão do próprio papel social exercido pela Força nos conflitos.

Nessa obra também foi registrada a presença do 5º Corpo de Polícia na Campanha de Canudos, recorrendo ao clássico “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, para sustentar a presença dos policiais no cenário da guerra.

Adentrando o século XX, os seus registros, evidenciaram algumas alterações na estrutura da PM, os quais serão citados posteriormente, quando trataremos da questão da elaboração e aprovação do Regulamento do Centro de Instrução Militar e dos cursos de formação de oficiais.

²³ Corpo de Polícia: criado em 1825, é considerado o modelo institucional que deu origem à PMBA.

²⁴ AZEVEDO, op.cit., p.16-23.

²⁵ POLÍCIA MILITAR DA BAHIA, Resumo histórico, p. 6. Segundo esse trabalho, durante a ida do Corpo de Polícia da Bahia para a Guerra do Paraguai em 1865, permaneceu na Província um Destacamento composto por 288 homens, entre Oficiais e Praças e, tal Destacamento foi, através da Lei de nº 961 datada de 04/05/1865, elevado à condição de Corpo Provisório de Polícia.

Ainda como parte das comemorações do 150º aniversário, a PMBA, através de sua Comissão Permanente do Histórico, publicou a obra “150 anos da PMBA²⁶”. Esta obra, dentre as avaliadas, foi a que melhor contribuiu para a construção histórica da Instituição, pois busca uma análise mais global inserindo a PMBA na sociedade baiana, o que se constitui em inegável avanço na trajetória dos trabalhos aqui abordados. Ela manteve a cronologia dos fatos históricos em que a PMBA esteve envolvida, adentrando o período republicano, citando também a Guerra do Paraguai e a Campanha de Canudos, dentre outros eventos, como: Coronelismo e Cangaço. Esses temas são abordados nos capítulos VI ao IX da referida obra. O Capítulo X dessa obra trata da questão da Instrução e do Ensino dentro da Polícia Militar, elementos importantes, posteriormente abordados de forma específica nessa Dissertação.

Em relação a esses temas, o trabalho descreve, usando fundamentalmente decretos e leis voltados nesse sentido, os principais eventos que caracterizaram a trajetória da estrutura de formação profissional nos quadros da força desde os primórdios da sua criação até o período em que se situa a obra (1975).

Dentre tais eventos podemos destacar a criação da Escola de Instrução em 1922, a qual teve uma atuação curta durando até o ano de 1926, quando foi substituída pela Companhia Escola. Devemos dizer ainda que tal Escola não estava voltada para a formação de oficiais, somente praças eram formados nela.

O texto cita aspectos relativos à criação do Centro de Instrução Militar — C.I.M. e da Academia de Polícia Militar da Bahia, expondo ainda alguns pontos importantes, como os concursos que passaram a ocorrer na corporação visando as mudanças nos seus quadros.

²⁶ POLÍCIA MILITAR DA BAHIA, 150 anos

Enfim, o texto deixa transparecer que a formação específica dos quadros da força ocorrida a partir do C.I.M. é um grande diferencial e um avanço na história da corporação.

Nessa descrição, além de outros eventos, existe a citação da criação do Ginásio da Polícia Militar no final da década de 1950, a partir do qual se estabeleceram as bases de um modelo de caráter militarizante também para jovens, provavelmente no ideal de se expandir uma certa “cultura” educativa, formadora de futuros componentes dos quadros de oficiais da força.

Essa obra tratou, ainda, de aspectos internos da PMBA calcados em fontes secundárias e documentais encontradas nos diversos arquivos. Inovou também, na medida em que adotou os depoimentos orais de militares que estiveram presentes em diferentes momentos da sua história. Enfim, esse texto dá uma colaboração importante para a compreensão da história da PMBA, visto que busca uma construção historiográfica mais meticulosa.

Também no bojo dessa comemoração o coronel da PMBA Felipe Borges de Castro escreveu a obra intitulada “Derrocada do Cangaço no Nordeste”²⁷. Esse livro situa-se no limite entre a memória e a história, pois o autor construiu seu texto a partir da sua própria vivência na PM, quando da perseguição a Lampião, utilizando-se também de dados extraídos dos Boletins²⁸.

A narrativa encontra-se presente nos momentos em que o autor relata os percursos de Lampião, assim como suas ações, os embates e os confrontos com a polícia. O autor aproveitou para relatar casos ocorridos nas passagens de Lampião pelos sertões.

²⁷ CASTRO, Felipe Borges de. Derrocada do Cangaço no Nordeste. Salvador: EGBA, 1976.

²⁸ Mais uma vez voltamos a citar os Boletins (BG/O e BI/O). Podemos considerá-los como fontes documentais fundamentais, uma vez que, no âmbito da Polícia Militar funcionam como documentos legais e institucionais,

Foi preocupação do coronel Felipe de Castro, os feitos heróicos da PMBA e seus heróis individuais. Para tanto, listou os militares envolvidos na perseguição ao cangaço e a Lampião, bem como os seus destinos nessas lutas. Sobre os “bandidos”, listou nominalmente cada um, assim como a sua procedência e os locais de aprisionamento.

Em 1997, o Major PM Oséas Moreira de Araújo publicou individualmente, uma obra comemorativa ao 172º aniversário da PMBA, com o título "Notícias sobre a Polícia Militar da Bahia no Século XIX"²⁹. Essa obra inclui no seu corpo a publicação de vários documentos, distribuídos nos capítulos e relacionados aos diversos momentos da trajetória da PMBA. Os documentos estão acompanhados de pequenos comentários. A exemplo de outras publicações de autoria de pesquisadores da própria corporação, nessa obra há uma preocupação com o cotidiano da tropa, com o funcionamento interno da corporação, e com a sua participação em fatos relevantes da História da Bahia e do Brasil.

Há uma preocupação ainda, em criar uma visão geral da PM, sem deixar de fora nenhum evento ou participação da mesma na sociedade baiana. Sobre a estrutura interna da PM, o autor apresentou-a de forma organizada, ilustrando-a com elementos e símbolos importantes para a Força, como: fardas, brasões, e, normas, em geral.

Como a pretensão do autor era o estudo do século XIX, encerrou a primeira parte com a história da corporação até a Proclamação da República. Na segunda parte - "Fés de ofício e Biografias" -, o autor apresentou um conjunto de biografias e microbiografias daqueles homens que fizeram parte da história da corporação e que, em decorrência da sua ação militar, mereceram, na visão do autor, uma página na sua história.

comparando-se relativamente aos Diários Oficiais, compondo, assim, uma documentação de cunho também histórico.

²⁹ ARAÚJO, Oséas Moreira de. Notícias sobre a Polícia Militar da Bahia no século XIX. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 1997.

O trabalho que chamou mais atenção dos que foram produzidos por membros da Polícia Militar da Bahia foi a monografia escrita por uma equipe de alunos oficiais da Academia de Polícia Militar (APM), liderada pelo aluno Sílvio Conceição do Rosário³⁰.

Esse trabalho, dentre todos os pesquisados, se aproxima muito da abordagem dessa dissertação, uma vez que na sua elaboração houve uma preocupação em contextualizar historicamente a criação do C.I.M., citando as características principais do período, o que também é uma preocupação do nosso trabalho.

A abordagem do texto é conjuntural e a linguagem bastante precisa. Nele observamos que houve uma política de se dotar a Polícia Militar da Bahia de uma melhor qualidade técnica e estrutural, e que as diretrizes para tal feito foram oriundas do governo Vargas. Os limites desse trabalho são frutos das próprias dificuldades encontradas para a sua feitura, uma vez que os alunos oficiais envolvidos encontravam-se em situação de semi-internato, não havendo portanto um maior tempo para se dedicarem à pesquisa. Por outro lado, esse texto foi fruto de uma iniciativa particular, sem uma vinculação com programas de pesquisas e afins, o que se torna também um agente dificultador.

Apesar da aparente coincidência temática, o texto sobre o CIM se distingue do nosso trabalho, pois o que procuramos analisar mais a fundo é a questão do Estado como o provedor do papel da polícia militar, bem como as condições de classe que norteiam essa provisão, abordando fundamentalmente a dependência institucional dessa polícia para com o Exército àquele instante e, por conseguinte, para com o Estado, e ainda, para com as elites dominantes, as principais interessadas no processo de racionalização e adoção de mecanismos modernos.

³⁰ ROSÁRIO, Sílvio Conceição do. (org.) O Nascimento da Academia de Polícia Militar: uma análise do Centro de Instrução Militar (1935-1940). Salvador: APMBBA, 2002.

Uma outra questão distintiva, ao nosso ver, é um ponto muito importante para a análise do processo. Na pesquisa coordenada por Sílvio Conceição do Rosário, não obstante a perspectiva de contextualização, bem elaborada por sinal, não ficou explícito a evolução do papel político e intervencionista das Forças Armadas e do Exército em especial, na PMBA, principalmente na adoção das medidas modernizadoras para essa corporação. A chamada “Doutrina Góis”³¹ não explica por si só o papel das Forças Armadas como gestoras das bases metodológicas de funcionamento da Força Policial militar. O papel do Exército para o Estado getulista e, conseqüentemente, para determinar os parâmetros de funcionamento da polícia, foi construído (veremos isso mais a frente), ao longo de uma história que o fortaleceu bastante, inclusive o levando ao poder em 1964. O texto não aprofunda a avaliação desse papel, apesar de deixa-lo subentendido.

Um outro aspecto diferenciador é a discussão teórica sobre o papel do Estado, pois tal discussão, relacionada a construção histórica de uma hegemonia de classes é fundamental, uma vez que não podemos entender o papel de polícia sem atrelá-lo aos interesses classistas. Para finalizar vale dizer que, de uma maneira geral, o texto é bom e merece ser destacado, com certeza os autores, e o coordenador do trabalho em especial, possuem uma boa capacidade de síntese historiográfica.

³¹ ROSÁRIO, op.cit.,p.23.

1.2.2 Outros trabalhos produzidos acerca do tema

Algumas outras obras que versam sobre a Polícia Militar da Bahia também foram consultadas no processo de elaboração desse trabalho, no intuito de levar ao leitor o máximo possível de referências. Faz-se necessário expor, principalmente àqueles leitores que tomarem contato com o tema de uma forma inicial, o que outros pesquisadores já escreveram sobre a história da corporação e/ou que tipo de abordagem foi feita acerca da mesma.

Essa descrição bibliográfica, assim como a anterior, serve apenas para colocar as pessoas a par de referências que lhes possam ajudar num eventual interesse em pesquisar o tema, portanto não temos pretensões em avaliar os trabalhos de uma maneira mais aprofundada.

A dissertação de Mestrado concluída em 1983 pelo pesquisador Georgecohama d'Almeida Archanjo³² é um desses textos que merecem ser destacados. O texto procura, a partir de uma perspectiva histórica, identificar os principais aspectos referentes à greve da Polícia Militar da Bahia ocorrida em 1981. De uma forma geral, o autor procura, utilizando-se de uma pesquisa de campo, na qual ele coleta os dados documentais, descrever as perspectivas dos policiais com o movimento grevista e os desdobramentos desse movimento. Esse texto foi escrito a partir da observação pessoal do autor, que vivenciava o contexto do período,

³² ARCHANJO, Georgecohama d'Almeida. Movimento de 1981 na Polícia Militar da Bahia. 1983. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

portanto, é um trabalho que se aproxima de um texto jornalístico, apesar de seguir rigorosamente as normas de um texto de Ciências Sociais.

Um outro trabalho de Mestrado que versa sobre a corporação é a dissertação de Geraldo Ramos Soares³³. Seguindo a mesma trajetória do trabalho citado anteriormente, -pois esse pesquisador também se utiliza de dados coletados numa pesquisa de campo-, esse texto busca construir um parâmetro para a análise socioeconômica dos soldados da corporação, baseando-se na compreensão do perfil desse profissional de polícia militar naquele momento histórico.

Finalizando essa parte, não podemos deixar de citar a dissertação escrita em 1999 por Carlos F.Linhares de Albuquerque³⁴. Esse trabalho, em linhas gerais, descreve a trajetória dos Alunos da Academia de Polícia Militar da Bahia no Curso de Formação de Oficiais (CFO), bem como o seu dia-a-dia, procurando uma análise à luz das normas gerais da Escola e do currículo de formação para o Oficial da Corporação, ressaltando aspectos ligados ao treinamento militar a que se submetem os alunos.

Esse também é um trabalho que segue a linha de pesquisa de campo, tendo sido seu autor um professor do curso para Alunos Oficiais naquela Instituição. O trabalho é inovador, no sentido em que ele busca traçar um perfil do aluno usando elementos da psico-pedagogia, uma vez que nas entrevistas constantes no texto existe uma abordagem na qual o aluno reflete a sua perspectiva pessoal sobre o momento vivido, suas expectativas, angústias, e outras situações de vida.

³³ SOARES, Geraldo Ramos. Os soldados da Polícia Militar da Bahia: uma caracterização sócio-econômica. 1983. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)—Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

³⁴ ALBUQUERQUE, Carlos F. Linhares de. Escola de Bravos: cotidiano e currículo numa Academia de Polícia Militar. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Como um educador que compunha os quadros de professores da Academia, ele teve o interesse em trabalhar com os sentimentos dos educandos, bem como relacionar tais sentimentos com a formação profissional almejada, uma vez que os alunos estavam rompendo seus laços de convivência familiar para se entregar a uma formação militar e um regime de internato, que transformaria firmemente a sua rotina de vida, interferindo na sua personalidade.

De certo, os trabalhos citados deram uma grande contribuição para o estudo do tema. Cada um na sua linha metodológica procurou revelar a importância da Polícia Militar da Bahia para a sociedade na qual ela se insere e isso é um fato a ser considerado, pois como uma Instituição basilar para o funcionamento do Estado, a corporação não pode deixar de ser inserida em pesquisas e trabalhos que visem refletir sobre o seu papel social, bem como também a sua importância para essa sociedade deve estar sempre sendo avaliada, e os trabalhos de pesquisa servem para tal fim.

1.2.3 Outros temas importantes

Ainda de interesse nessa parte do trabalho, podemos enfatizar que o mesmo poderá ser mais bem compreendido se enxergarmos o foco central da pesquisa, que é a Polícia Militar do Estado da Bahia, pois não podemos perder de vista que essa instituição até hoje possui uma identidade institucional própria, se distinguindo de outras instituições voltadas para a segurança pública, como a Polícia Civil da Bahia, por exemplo.

Em relação à Polícia Civil da Bahia podemos (ainda seguindo a idéia de indicações para pesquisas), citar uma obra cujo conteúdo refere-se à sua história: “História da Polícia Civil da Bahia”³⁵, escrita por uma equipe multidisciplinar de pesquisadores coordenada por Alcides Passos Palma, no ano de 1978. Essa obra fez parte de um projeto do Governo da Bahia da época de retratar a trajetória da Segurança Pública do Estado desde as origens, também focalizando o papel de polícia voltado para a apuração de crimes e outros delitos.

Nessa obra encontramos uma trajetória dessa Instituição desde o período colonial até o período da redemocratização do Brasil a partir de 1946, indo aproximadamente até 1976. Essa construção historiográfica foi sustentada em dois pilares básicos: as funções inerentes ao papel de polícia investigativa, pois os autores se preocuparam em distinguir e mesmo separar as funções policiais, enfatizando especificamente essa questão e, para complementar e dar um sentido formal ao trabalho, a utilização de diversos documentos, principalmente leis e decretos.

Esse trabalho pode ser visto como um texto que se compatibiliza e se aproxima do trabalho já citado “150 anos da Polícia Militar da Bahia”, pois possui também uma preocupação narrativa e baseada em documentos formais. Como ambos foram produzidos num período aproximado (1978 e 1975, respectivamente), podemos inferir que no referido período houve um esforço do Estado em realizar trabalhos voltados à pesquisa na área ou, pelo menos em parte, realizar o desejo de algumas pessoas interessadas nesse tipo de trabalho

³⁵ PALMA, Alcides P. (coord.) História da Polícia Civil da Bahia. Salvador: Secretaria de Segurança Pública, 1978. Um exemplar desse texto encontra-se em meu poder, sendo cedido pelo Comissário de Polícia, senhor José

1.2.3.1 A Guarda Civil

Ainda de interesse desse trabalho e, abrindo um pequeno “parênteses” no mesmo, vamos citar um outro fato importante: o surgimento da Guarda Civil. Essa Força policial municipal que surgiu no início da segunda década do século XX, mais precisamente em 1912, se inseriu num projeto de re-ordenamento do município de Salvador³⁶ ocorrido durante o primeiro governo de J.J.Seabra na Bahia, após o bombardeio e a ocupação da cidade de Salvador por parte das Forças Armadas.

Vamos nos referir a tal acontecimento, pois a Guarda Civil fez parte dos mecanismos de segurança na história de Salvador e da Bahia durante cinco décadas, sendo portanto salutar, pelo menos para efeito de ilustração, que nos remetamos a criação dessa força.

De acordo com os textos estudados que versam sobre a história das Polícias, Militar e Civil, da Bahia, citados anteriormente, existe uma pequena distinção analítica sobre a criação da Guarda Civil. De acordo com o texto “História da Polícia Civil da Bahia”, pelo menos no que tange à sua instituição, há uma especificidade própria para as funções a serem exercidas pela Guarda Civil, que as diferenciariam das funções Investigativas, inerentes à Polícia Civil.

Revela o texto:

Decreto nº1.151, de 17 de agosto de 1912- Governador José Joaquim Seabra (29.03.1912 a 28.03.1916). Cria a Guarda Civil do Estado da Bahia e aprova o

de Oliveira Ferreira.

³⁶ Sobre o tema, ver: LEITE, Rinaldo César Nascimento. E a Bahia Civiliza-se...ideais de civilização e cenas de anticivilidade em um contexto de modernização urbana Salvador, 1912-1916. 1996. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Esse trabalho retrata muito bem o contexto no qual foi criada a Guarda Civil.

seu regulamento, baixado a 30 de agosto de 1912, pelo chefe de Polícia José Álvaro Cova.

Art.1º Fica criado, de acordo com a lei nº613, de 14 de agosto de 1905, o corpo de guarda civis incumbido de exercer, com a policia militar, o serviço de polícia preventiva da Capital do Estado.

Competia aos delegados de polícia, “inspecionar a qualquer hora do dia ou da noite o serviço de policiamento, verificando se a distribuição e colocação dos guardas e policiais estão convenientemente feitas”³⁷(grifo nosso)

Está evidente que cabia à Guarda Civil dar um melhor suporte profissional aos serviços da polícia militar, vistos no texto como sendo serviços de policiamento preventivo, o que não está de todo incorreto, mas carece de uma melhor definição, haja vista o perigo dos anacronismos.

Já no texto: “150 anos da Polícia Militar” existe uma análise distinta, pois diz o texto:

Em 17 de agosto de 1912, o governador cria a Polícia Civil, que passa a funcionar a partir de outubro do mesmo ano, como força paralela ao Regimento Policial. Por outro lado, por “motivos de economia”, os efetivos da Corporação são mantidos durante todo o quadriênio, em níveis muito baixos.³⁸
(grifo nosso)

Existe nesse caso uma interpretação também parcial, mas não de todo incorreta como no caso anterior, uma vez que nessa análise o fato de chamar a Guarda Civil de Policia Civil, ao nosso ver, se remete por um lado ao próprio fato de a mesma ter sido incorporada à Polícia Civil da Bahia como já foi dito, e também, ao próprio fato dessa obra ter sido escrita por pesquisadores da polícia militar, ou seja, em ambos os casos há uma certa tendência a se buscar uma relativa, mas existente, “auto-afirmação de competências”, o que não se é de estranhar já que não há uma polícia única, e nem se sabe se isso ocorrerá.

³⁷ PALMA, op.cit., p.174.

³⁸ POLÍCIA MILITAR DA BAHIA, Resumo histórico..., p.117.

Esses “retratos” da Guarda Civil são parciais e incompletos, e mais, não nos foi possível, devido principalmente à carência de fontes, estabelecer um estudo um pouco mais profundo sobre essa Força policial, porém vale expor tais “retratos” para que ao menos em parte, possamos perceber a existência de tal mecanismo de segurança.

A Guarda Civil durou até o ano de 1971, quando foi extinta e incorporada a polícia civil. Essa extinção fez parte de um outro processo de reorganização, o qual também não nos cabe analisa-lo. No trabalho “História da Polícia Civil da Bahia” identificamos o seguinte em relação ao tema:

Lei nº 3.002, de 15 de dezembro de 1971- Extingue a Guarda Civil, a Polícia Rodoviária e a Guarda Florestal e regula o destino do pessoal, tendo em vista ser da exclusiva competência da Polícia Militar a execução do policiamento fardado, e dispõe sobre o Corpo Especial de Policiamento Feminino.

Art. 1º Nos termos do art.3º, letra A, do decreto-lei federal nº667, de 02 de julho de 1969, com redação alterada pelo art.1º, do decreto-lei federal nº1.072, de 30 de dezembro do mesmo ano e do regulamento aprovado pelo decreto federal nº66.862, de 08 de julho de 1970, compete à Polícia Militar em todo o território do Estado executar com exclusividade o policiamento ostensivo fardado ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas.

Art.2º São declaradas extintas, observadas as disposições dessa Lei, a Guarda Civil, a Polícia Rodoviária integrante do Departamento de Estradas e Rodagem da Bahia-DERBA e a Guarda Florestal da Superintendência de Águas e Esgotos do Recôncavo- SAER.³⁹(grifos nossos)

Para concluir, diríamos que os papéis exercidos por cada polícia (Militar e Civil no caso), panorâmicamente, são os seguintes na atualidade: Polícia Militar: policiamento

³⁹ PALMA, op.cit., p.202.

ostensivo e a preservação da ordem pública; Polícia Civil: de polícia judiciária e apuração de infrações penais.⁴⁰

Finalizando essa análise diríamos que no período de estudo do nosso trabalho (1930-1945) atuavam, ao nível institucional, e no contexto histórico baiano, os seguintes órgãos de segurança: a Polícia Militar, também denominada de Força Pública (1924-1935)⁴¹ e Força Policial (1940-1946)⁴²; a Guarda Civil, que certamente realizava de fato o policiamento ostensivo da cidade de Salvador, enquanto a polícia militar propriamente dita encontrava-se, na maioria das vezes, aquartelada, já que estava à disposição do Exército para as manobras militares que visassem a segurança nacional; a Polícia Administrativa e Judiciária (Provavelmente a atual Polícia Civil); e a Polícia Técnica.

⁴⁰ Em relação às Funções das Polícias Civil e Militar, pode-se consultar o próprio texto da Constituição Brasileira de 1988 (Título V; Capítulo III; Artigo 144)

⁴¹ POLÍCIA MILITAR DA BAHIA. Resumo Histórico.....p.14

⁴² Ibid...p.17

2 O PAPEL DO ESTADO E AS FORÇAS MILITARES

O Estado Moderno, representado na Europa pelas Monarquias Absolutistas, surgiu no bojo de uma sociedade que se encontrava num momento histórico de profundas transformações estruturais. Essas transformações tiveram reflexos para todo o mundo conhecido até então, e o Brasil, como parte desse processo,- afinal foi colonizado por nações européias, essencialmente Portugal -, teve também uma participação, pois tais transformações dependeram em grande parte das potencialidades de seu território e população.

De uma forma superficial e abrangente podemos identificar desde esse período alguns condições inerentes ao aparato estatal como um todo: a representatividade de grupos e classes sociais; a existência de funcionários e servidores em geral; a intervenção política e econômica na construção e na formação da própria sociedade, dentre outras.

Diríamos mais, o Estado se afirma socialmente como um aparelho reprodutor de ideologias, portanto entender esse aspecto nos remete a idéia, ainda que inacabada, de que o

Estado brasileiro é uma adaptação de formas peculiares de domínio privado sobre o público, e isso não pode ser perdido de vista.

As práticas políticas que visavam a conquista do território brasileiro e que levaram à sua formação como nação independente, estavam baseadas nas concepções de Estado oriundas do pensamento dominante da cultura européia de então. Por conseguinte, o modelo de administração que foi implantado no Brasil visava a garantia das prerrogativas socioeconômicas das elites européias e contribuiu na consolidação de tais prerrogativas dentro das elites brasileiras.

No início da República brasileira a presença do Estado serviu para garantir o jogo político das elites, dirigindo suas atenções no intuito de assegurar a força econômica dos Estados federados mais fortes. A Revolução de 1930 foi um marco divisor de águas para esse papel de governar. A conjuntura da época exigia um aparelhamento distinto para a esfera pública, não era mais possível manter o Estado alheio ao resto do país, como também não era mais possível ignorar a existência de novas formas de organização social.

O que se pode desprender disso é, dentre outras coisas, uma concepção na qual o Estado do pós-1930 se configurou como um sujeito histórico bastante atuante e decisivo para a sociedade, tomando para si a responsabilidade de consolidar sobre novas bases históricas a dominação das elites, caracterizada pela atuação de duas esferas muito nítidas: o próprio Estado, como mecanismo institucional e representativo de força e poder político, e os organismos de propaganda ideológica.

Essas duas esferas estiveram presentes durante o período histórico estudado e, agindo conjuntamente, reforçaram, não sem oposição, é bom que se frise, o domínio das elites brasileiras sobre o conjunto da população, formando uma hegemonia classista, e

mais, a formação dessa hegemonia foi consolidada pela participação das Forças Armadas, o que é um elemento primordial na nossa análise.

Vale dizer ainda que não é muito fácil identificar a conformação dessa nova elite política e econômica no Brasil pós-30. Em verdade, temos um conjunto heterogêneo de forças que se coadunam fundamentalmente em duas questões principais: o desprezo para com as massas trabalhadoras e produtivas da nação, e o combate às ideologias libertárias, como o socialismo e o anarquismo.

Sob a égide de uma modernização, surge então um conjunto de práticas com características diversas, que visavam em linhas gerais combater as formas de organização social, criando mecanismos de controle e coerção, e formular um conceito ideológico relativamente hegemônico através do qual se afirmava o domínio classista no Brasil, e pelo qual foram produzidas idéias e formas de dominação que continuaram privilegiando o “privado” em detrimento do “público”.

2.1 Uma análise sobre o conceito de Hegemonia

Fazendo uma pequena e necessária explanação, ainda que ampla e teórica, acerca do papel do Estado no gerenciamento de uma sociedade, bem como desse papel na construção da hegemonia de classes sociais sobre outras, podemos nos remeter a estudos teóricos que se debruçaram sobre tais questões.

O conceito de Hegemonia segundo Norberto Bobbio¹, tem origem greco-latina, designando fundamentalmente o comando de determinada facção político-militar num processo de conquistas territoriais e aculturação desde a antiguidade, sendo sinônimo de: influência, força, domínio, supremacia, dentre outros, e englobando uma série de elementos culturais e de formação das Mentalidades dos povos.²

Seguindo a sua trajetória na história o termo hegemonia pode ser empregado em vários momentos para explicar a dominação e/ou direcionamento dentro de um meio social. É válido então dizer que, conhecer e avaliar esse conceito à luz do período getulista, pode nos levar a perceber as tentativas de construção de uma hegemonia classista, mas por outro lado, não se pode identifica-la concretamente em toda a sociedade, por razões que falaremos a seguir.

A hegemonia de uma classe social sobre outra na construção do processo histórico é fruto de atividades que se complementam dentro do Estado (Superestrutura): a coerção, garantida pelas atividades da chamada Sociedade Política, como: Tribunais, Polícia etc.; e a força de promover o consenso ideológico dominante vindo da Sociedade Civil, representada por órgãos como a Imprensa, por exemplo³.

Podemos inferir que o papel de Polícia é uma tarefa componente à própria existência orgânica do Estado, sendo um elemento fundamental de atuação na esfera político-institucional, e mais, nunca houve Estado sem Polícia, a qual legalmente está

¹ BOBBIO, Norberto et. al. . Dicionário de Política. Brasília: UNB,1995.

² Ibid., p. 579-581.

³ Sobre a discussão do conceito de hegemonia e da articulação entre as esferas condicionantes do Estado na formação sócio-cultural podemos nos remeter, dentre outros, a: MACCIOCCHI ,Maria-Antonieta. Hegemonia, Bloco Histórico, Estado. In: MACCIOCCHI, Maria-Antonieta. A Favor de Gramsci. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra , 1980 .

obrigada a manter a ordem pública. Tal papel, por conseguinte, sempre foi essencial para a afirmação de projetos políticos, e isso, apesar de não ser uma novidade, é importante ser reforçado, visto que essa Instituição, de uma forma estratégica, foi sendo cooptada pelo Estado a partir da Revolução de 1930 de uma forma singular.

E para que não nos percamos através dessa análise, devemos lembrar que a tentativa de demonstrar a construção de um projeto de manutenção do poder por parte das elites brasileiras no pós-1930, usando o conceito de hegemonia, é tão somente uma forma ilustrativa de analisarmos o papel institucional que foi sendo construído nesse período para o Estado Brasileiro, papel esse que encontrou em outras instancias, além das tradicionais formas de repressão, novas maneiras perpetuadoras da força das elites. Para finalizar diríamos então que o Estado Getulista usou dois mecanismos básicos de consolidação desse poder: as Forças coercitivas, principalmente a polícia, e os órgãos de divulgação e propaganda ideológica, como a Imprensa. Falaremos melhor sobre esse tema mais à frente.

O uso desse conceito teórico serve ainda para nos dá uma idéia de como as elites dominantes brasileiras procuram sempre formas de se perpetuarem no poder, e isso vem desde os primórdios da nossa sociedade, principalmente através do uso de forças repressivas. No contexto pós-1930, diante de uma nova realidade social, fez-se necessário a implementação de práticas mais concisas de direcionamento ideológico, para que a “direção” da máquina estatal continuasse nas mãos de poucos privilegiados.

Também podemos dizer que no nosso país fomos culturalmente direcionados e coercitivamente obrigados a aceitarmos, por exemplo, as práticas do mandonismo, como sendo elementos culturais inerentes às nossas vidas. E sobre esse aspecto visto como

inerente à vida brasileira, podemos nos referir a uma obra literária escrita por Herberto Sales na qual vemos claramente a idéia sugerida acima:

[...]— Eles só se interessam pela permanência das autoridades que compactuem com as bandalheiras por eles cometidas . – [...] – Em suma , eles não precisam de autoridades , mas sim de cúmplices , está percebendo?⁴

Está, portanto, dado o retrato da visão de Estado e da sua autoridade em se tratando da sua submissão aos particularismos regionais. O uso de uma fonte literária tem importância para o nosso texto, uma vez que a obra em questão foi produzida por um autor que vivenciou essa realidade.⁵

Pelo que podemos perceber dentro das fontes pesquisadas, de uma forma geral, a tentativa mais firme de se dotar o Brasil de uma identidade nacional, estabelecendo parâmetros mais eficazes de consolidação do Estado como gestor de todo o território nacional, ocorreu após a Revolução de 1930.

O Estado brasileiro, no momento em que há a Revolução de 30, estava consolidado pela força das oligarquias regionais, os novos governos do pós-30, no intuito de modernizar o país, não poderiam, como não puderam concretamente, desprezar tais forças, tiveram que buscar soluções, ainda que profundamente pragmáticas, para tentar equacionar a questão.

⁴ SALES, Herberto. Cascalho. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d, p. 110

⁵ Herberto Sales nasceu em Andaraí na Bahia, região da Chapada Diamantina, em 21 de setembro de 1917, tendo vivenciado o período áureo do coronelismo naquela região.

2.2 A construção do Estado brasileiro: relações entre o público e o privado na montagem das forças militares

Os governantes no Brasil, desde a sua origem, quando se iniciou a organização da empresa colonial portuguesa, até a fase republicana, sempre utilizaram forças particulares na composição do conjunto das forças repressivas. Isso nos leva a constatação de que a forma encontrada pela metrópole para a defesa interna e externa do território colonial não pôde prescindir de uma tendência “privatizante”, pois se entregou o quase monopólio da defesa aos grandes donatários de terras, ao tempo em que a eles se entregava a própria iniciativa da produção econômica. É importante lembrar que esse “privatismo” gerador do grande poder local e privado, terminou por constituir-se em um enorme entrave, nos momentos em que o Estado buscou retomar para si as prerrogativas do monopólio da força militar.

De início, quase a totalidade dos cargos de comando eram entregues a militares de origem lusitana, assim como a pessoas de confiança da Coroa e, também, a mercenários⁶. A contratação de mercenários evidenciava a carência de homens treinados e habilitados para o serviço da guarda armada.

A presença de estrangeiros nas forças em armas não só levaria a rebeliões e levantes dentro das próprias hostes militares, ocasionados pelo descontentamento de “nativos” possuidores de patentes militares, bem como, esse fator, inserido em um contexto

⁶ POLÍCIA MILITAR DA BAHIA, 150 anos da Polícia Militar..., p.33

de transformações na estrutura sócio-econômica e política em nível local e externo no período, gerou um estado de instabilidade constante.

Sobre a presença de estrangeiros e a organização das forças da Guerra de Independência do Brasil na Bahia, Sérgio Guerra Filho afirmou:

O fato de vir de fora para comandar e impor aos chefes militares locais suas táticas e estratégias gerou desconfiança e ciúmes entre as lideranças da elite baiana. Por outro lado, a rígida política disciplinar para a organização do Exército Libertador em moldes europeus (Labatut, francês, era um mercenário veterano de guerra recém-naturalizado brasileiro) descontentava, além dos comandantes, as próprias tropas que, junto às hostilidades inerentes à guerra e das condições precárias de saúde e alimentação, tinham que se ver com as pressões de uma nova prática disciplinar marcial à qual não estavam acostumados, ou porque eram soldados de última hora, ou porque mesmo nas tropas regulares não havia, em tempos de paz, tais normas.⁷

Esse processo, cujos fatores motivadores são múltiplos, influenciou decisivamente na sociedade brasileira, que vivenciou durante décadas várias revoltas e inúmeros levantes⁸, os quais, juntamente com fatores externos⁹, também contribuíram para a independência do Brasil, em 1822.

Na primeira metade do século XIX, já com o Brasil independente, ocorreram inúmeras rebeliões nas quais os militares tiveram expressiva participação, apresentando reivindicações e assumindo, mesmo, propostas de transformação política naquela sociedade. O levante dos Periquitos, ocorrido em 1824, foi um exemplo dessas agitações

⁷ GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. O povo e a guerra. Participação das camadas populares nas lutas pela independência do Brasil na Bahia. 2004. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p. 24.

⁸ Conjuração baiana ; Sabinada; Confederação do Equador ; Revolta dos Malês, dentre outros

⁹ Exemplos: expansão napoleônica ; Revolução constitucionalista portuguesa

em curso, demonstrando a força dessa categoria profissional em aglutinar outros grupos sociais em defesa de suas necessidades mais imediatas.¹⁰

2. 2.1 Participação da Força Policial Militar da Bahia no processo

Surgida no bojo de uma sociedade ainda de natureza escravista, convivendo com todo o peso de um processo político tumultuado, principalmente após as Guerras pela Independência deflagradas na Bahia, nas quais o recrutamento e a seleção de combatentes na maioria das vezes não considerava critérios profissionais, o Corpo de Polícia da Bahia surgiu no ano de 1825, originado por um decreto imperial datado de 16 de novembro de 1824¹¹, que, por sua vez, seguia o direcionamento da Constituição de 1824.

Essa Constituição estabeleceu três categorias militares básicas, que são as seguintes:

- a) o exército, defensor principalmente das fronteiras; tropa regular e paga;
- b) as milícias, auxiliares do poder judicial; tropas gratuitas que visariam a manutenção da ordem nas comarcas das províncias;
- c) as guardas policiais, forças auxiliares com recrutamento anual; encarregadas da segurança individual, perseguição e prisão de criminosos.

¹⁰ TAVARES, Luis Henrique Dias. O levante dos periquitos. Salvador :UFBA/CEB,1990.

¹¹ POLÍCIA MILITAR DA BAHIA, 150 anos da Polícia Militar...p.46

Foram, todavia, mantidas as tropas mercenárias, com oficiais estrangeiros no comando, que podiam se integrar às forças brasileiras.¹²

O Corpo de Polícia da Bahia vem tendo várias denominações¹³ desde a sua criação. O mesmo foi utilizado como uma instituição de caráter repressivo e preventivo, obtendo muitas prerrogativas e influencia geral da estrutura militar do exército brasileiro¹⁴, tendo participado na repressão, desde vários motins até as tumultuadas escaramuças antilusitanas, dentre outros¹⁵.

As condições da Força Policial se mantiveram na segunda metade do século XIX. O estudo de Marcelo Santos Rodrigues, que avalia a participação da Bahia na Guerra do Paraguai, evidenciou, ainda para aquele momento, a carência de homens habilitados e recrutados de acordo com a legislação em vigor.¹⁶

Ao raiar a República, o novo Estado encontrou os mesmos problemas para a organização das forças públicas. O Exército, após a finalização da Guerra do Paraguai havia se reestruturado, conquistando, inclusive, espaços significativos nas esferas do poder do Brasil republicano.

¹² POLÍCIA MILITAR DA BAHIA, *ibid.*, p.32-33

¹³ Só para efeito de exemplo, podemos citar as seguintes denominações: Corpo de Polícia (1825/1831) ; Corpo Municipal de Permanentes (1831/1865) ; Força Pública (1924/1935) e Polícia Militar (1935/1940). Para ver mais, consultar : POLÍCIA MILITAR DA BAHIA, *Resumo Histórico*

¹⁴ BORGES, 150 anos da Polícia Militar.....p.48.

¹⁵ *Ibid.*, p. 59-112.

¹⁶ RODRIGUES, Marcelo Santos. Os (in) Voluntários da Pátria: a Bahia na Guerra do Paraguai. 2001. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador:

2.3 A Força Policial Militar da Bahia na República Velha

Uma das questões gerais mais importantes para o entendimento do sistema republicano implantado no Brasil a partir de 1889 foi o federalismo. Na verdade, o que havia era o estabelecimento de uma república na qual governo central existia para reafirmar o poderio econômico e político dos Estados mais fortes, como São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Nesse contexto, a garantia da autonomia federativa era um elemento que muitas vezes tornava-se controverso, sendo usado como justificativa para a intervenção federal nos Estados, de forma a garantir, não a sua própria autonomia, tão necessária para se manter a lógica do sistema, mas intervir em favor de grupos políticos que se opunham em busca do poder.

A intervenção podia ocorrer em vários sentidos. Porém, o que nos vai interessar nesse momento é a intervenção militar, visto que esse era o instrumento mais eficiente para conter as insatisfações presentes no período, nos momentos em que os acordos políticos não conseguiam obter sucesso e aplaciar os ânimos divergentes.

Um fato em particular pode exemplificar essa afirmativa: em 1912, por interferência direta de José Joaquim Seabra junto ao presidente Hermes da Fonseca, houve um acontecimento que mostra a intervenção militar federal sobre um estado. A cidade de Salvador foi bombardeada pelas Forças Armadas, colocando frente a frente as Forças federais e estaduais. Sobre esse acontecimento, revela Luis Henrique Dias Tavares:

Como advertência, às 13:40 o forte São Marcelo disparou dois tiros de pólvora seca. Vinte minutos depois (14:00) começou o bombardeio da cidade do Salvador. Comandado pelo tenente José Bina Fonyat, a artilharia instalada no forte do Mar visou a base do Palácio (trecho da ladeira da Montanha), paredes do fundo e o seu interior, a torre da Câmara Municipal, sua fachada e salas internas. Calcula-se que os canhões dispararam vinte tiros em vinte minutos[...]¹⁷

Segundo Consuelo Novais Sampaio, “[...] a autonomia política dos estados variou em função do poder econômico, da capacidade das forças armadas e do grau de organização político-administrativa de cada um deles[...]

”¹⁸ (grifo nosso). Essa afirmativa nos leva a perceber que, além de outros pontos não citados, existia uma ligação entre a capacidade policial militar de cada Estado, prevista não somente para garantir a sua autonomia, mas, também, e a formação efetiva da profissionalização dos homens incorporados aos quadros militares.

É nesse ponto que tentaremos situar nossa análise. Como o Estado da Bahia investia na formação do seu profissional de polícia naquele momento? E mais, com que “força” essa polícia agiu num momento de crise?

A força policial baiana encontrava-se, à época da Guerra de Canudos, num momento bastante frágil, comparando-se com outros estados brasileiros. Consuelo Novais Sampaio indica essa situação quando afirma: “[...] a milícia baiana estava muito mal servida em material bélico. Tinha que cobrir uma área territorial duas vezes maior que a do Rio Grande do Sul. Acima de tudo, ela era muito mal paga.”¹⁹

Essa reflexão é muito importante para que possamos perceber as condições que tinha a polícia militar baiana para fazer frente a situações de crise. Utilizando um quadro

¹⁷ TAVARES, Luis Henrique Dias. História da Bahia. Salvador: EDUFBA, São Paulo: UNESP, 2001, p.325.

¹⁸ SAMPAIO, Consuelo Novais. Repensando Canudos: O jogo das oligarquias. Luso Brazilian Review, vol.30, nº2, 1993, p..99

¹⁹ SAMPAIO, Op.cit. p.99

comparativo entre a força policial militar da Bahia e de outros estados brasileiros na República Velha, podemos ilustrar o que estamos falando:

Quadro 1: Efetivo das Forças Policiais Militares de Estados brasileiros

ESTADO	1909	1917	1928
São Paulo	3.508	8.616	7.622
Minas Gerais	2.502	2.976	4.111
Rio Grande do Sul	1.552	2.528	3.212
Bahia	2.126	2.200	3.153

Fonte: LOVE, 1975 apud SAMPAIO, Consuelo Novais. Repensando Canudos: O jogo das oligarquias. *Luso Brazilian Review*, vol.30, nº2, 1993, p..99

A partir do quadro, podemos inferir que há aumento do efetivo das forças, exceto para São Paulo, que não teve crescimento no último período. Esse crescimento indica a necessidade de aumento do efetivo, mesmo que não possamos ampliar as nossas análises em relação aos motivos que levaram à incorporação de novos homens.

Esse quadro retrata não só a fragilidade do efetivo policial militar do Estado da Bahia em relação a outros estados, mas demonstra, principalmente, um grande desinteresse do governo da Bahia para com a sua força policial, o que, em grande parte, decorre da estrutura econômica e de poder no Estado àquela época, uma vez que várias regiões do Estado, ao invés de contar com uma polícia efetivamente ativa, viviam sob a custódia de interesses pessoais e de grupos políticos²⁰.

²⁰ Sobre esse tema, muita coisa já foi dita, basta ver a extensa bibliografia sobre o estudo do Coronelismo.

Nesse momento, destacamos um ponto de grande relevância para o nosso estudo, o qual seja, o de entender que a articulação das forças políticas no Estado era de tal forma comprometida com interesses particulares advindos do mandonismo (tanto no litoral como nas regiões interioranas), que o efetivo da força policial militar refletia essa situação.

É conhecida a chamada Revolta Sertaneja de 1920²¹, quando ocorreu uma demonstração de força por parte dos poderes locais, na qual o governo federal também interveio, demonstrando em boa parte o despreparo dos governantes locais, principalmente em se tratando de força policial para barrar essa revolta.

De certo, a República Velha na Bahia foi um período no qual a formação e a qualidade da força policial militar eram precárias no sentido da qualificação profissional. Além do que, os governantes não investiam em uma polícia bem equipada, especificamente em aspectos técnico-profissionalizantes.

O Estado da Bahia era pobre em recursos financeiros; a vastidão da área geográfica baiana é por todos conhecida; os sistemas de transporte e de comunicação eram precários; a Bahia possuía em fins do Século XIX uma população com 91,5%²² de analfabetos; com isso ocorrendo ao mesmo tempo, tem-se a idéia do quanto era difícil dispor de uma polícia bem preparada. Somando-se a isso, havia a não menos importante questão da política de favorecimentos pessoais, tão comum ao período, e teremos um contexto desfavorável a existência de um efetivo policial militar eficiente qualitativa e quantitativamente para dar cabo de diversos problemas²³.

²¹ Para saber um pouco mais sobre esse tema consultar dentre outras obras: MORAES, Walfrido. Jagunços e Heróis – a civilização do diamante na Lavra diamantina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953.

²² SAMPAIO, Repensando Canudos....., p.111

²³ Só para citar alguns: Cangaceirismo e jaguncismo que eram os mais comuns à realidade baiana e nordestina

Ainda utilizando o raciocínio de Consuelo Novais Sampaio, podemos, além do que já foi dito anteriormente, expor outras questões que revelam o quão despreparada encontrava-se a força policial da Bahia naquele período.

Ao falar do valor do soldo de um soldado ela relata, após informar que o governador Luis Viana havia conseguido autorização do congresso estadual para aumentar o efetivo policial.

A absoluta falta de recursos financeiros do estado fez com que esse aumento se realizasse com prejuízo do soldo que, na época, foi comparado ao que ganhava um pedreiro: mil e seiscentos reis²⁴. Além de pequeno, o soldo era freqüentemente recebido com grande atraso,[...]²⁵.

Os problemas com o soldo, seja seu pagamento, seja seu valor, demonstram que no entendimento dos poderes públicos não havia maiores interesses em qualificar a força policial militar, uma vez que esse desinteresse era fruto de um conjunto de fatores estruturais, se fortalecia num ambiente político hostil à utilização de forças policiais para se manter a lei e a ordem, por certo estávamos vivendo um momento onde a esfera pública se confundia quase que literalmente com a privada.

Vamos nos reportar agora ao final da década de 1920 quando, além de estar havendo no país e no mundo uma grande convulsão de ordem econômica, havia problemas específicos no nordeste brasileiro e na Bahia, refletindo uma diversidade de conflitos sociais e políticos.

O cangaço e sua relação com os poderes instituídos é um exemplo que revela as diversas formas políticas de exercício dos poderes. Oleone Coelho Fontes em estudo

²⁴ Bahia, *Anais da Câmara dos Deputados* p. 227. Ver tabela de vencimentos do Corpo de Polícia (16 ago. 1889), Arquivo Público do Estado da Bahia – Seção Presidência da República, março de 1964. Retirado de SAMPAIO, op.Cit. p.111

²⁵ Ibid., p.100

intitulado “Lampião na Bahia”²⁶, buscou traçar a presença do cangaceiro nas suas andanças entre os sertões de Pernambuco à Bahia, passando por Alagoas e Sergipe.

A obra, apesar de não ter uma preocupação com o rigor historiográfico, interessa a esse estudo, pois recuperou, através de diversas fontes, eventos cujos atores sociais, que são muitas vezes confundidos com personagens literários, situam-se no contexto do final da República Velha, numa região cujos momentos e situações de conflito sempre foram visíveis, e nos quais a ação policial sempre foi constante.

A pesquisa realizada por Oleone Coelho Fontes revelou as manobras realizadas pelas forças policiais em perseguição aos cangaceiros. Num dos trechos, logo no início da obra ele revela, referindo-se a Lampião:

[...] Não ignorava que a região para onde se dirigia era extensa e de população rala, que a polícia, despreparada e desaparelhada, ao menos durante certo tempo, o deixaria em relativa tranqüilidade. E não errava nas deduções.²⁷ (grifo nosso).

No decorrer dos relatos dos contatos entre o grupo de cangaceiros com as comunidades sertanejas, bem como dos conflitos armados entre os cangaceiros e a polícia, o autor evidencia a maneira pela qual os bandidos são recebidos pelos chefes políticos locais, e o despreparo tático dos policiais para dar cabo dos enfrentamentos.

²⁶ FONTES, Oleone Coelho. Lampião na Bahia. 2. ed. Petrópolis/RJ:Vozes,1996.

²⁷ Ibid., p.16

Ao relatar a chegada do bando de cangaceiros comandado por Lampião à vila de Pombal na Bahia, ele afirma:

Lampião chegou com seu bando à vila de Pombal às 6 h da manhã seguinte à sua estada em Tucano, isto é, no dia 16 de dezembro de 1928, um domingo. Viajava as claras, dando mostras de não temer a ação da polícia baiana.²⁸

E prossegue relatando :

[...] Tendo perguntado pela força, o prefeito lhe informou haver ali estacionados quatro soldados apenas. Lampião diz ao prefeito que mande avisar aos militares que não se mexessem, pois ele não estava ali à cata de desavenças. O próprio Pedro Nolasco dos Santos é quem vai ao quartel levar a tranqüilizadora notícia, transmitindo-a ao cabo Esmeraldo, comandante-em-chefe do destacamento.²⁹

Está evidenciado nos trechos que o bandido sabia que as condições materiais da polícia baiana por aquelas bandas eram frágeis, e que ele teria condições de ter uma relativa paz, pelo menos por um bom tempo. Outra questão importante é o fato do mesmo ser recebido por autoridades políticas dos municípios, o que revela, dentre outras coisas, a frágil estrutura do Estado como garantidor da justiça e da ordem, preceitos diretamente ligados à constituição da República.

Ao relatar os conflitos armados, o autor evidencia o despreparo tático da polícia baiana que, na maioria das vezes, usava o embate direto, desprovido de planejamento tático. Sobre isso ele informa:

A força pública da Bahia não dá tréguas aos bandoleiros. Uma pista é aqui descoberta e perdida adiante. Pouco depois é novamente achada e mais

²⁸ FONTES, op. cit., p. 38

²⁹ Ibid., p. 38

uma vez perdida, com a batida mudando de rumo num dos mais exaustos exercícios a que é submetida.³⁰

Quanto ao número de policiais em serviço nos sertões da Bahia, o autor registra a insuficiência de homens incorporados à força, tendo que recorrer a voluntários para formar um grupo e manter a perseguição ao bando de Lampião, confirmando a relação de dependência do Estado a tropas privadas armadas a serviço dos coronéis.

A necessidade de homens para combater Lampião exigiu que o prefeito de Juazeiro, em junho de 1929, diante da eminência de um ataque do bando, recorresse ao Tiro de Guerra para agregar novos braços ao grupo já formado. Sobre esse fato ele relata:

Naquela iminência, o prefeito de Juazeiro pede ao comandante da região ordem para que o Tiro de Guerra 640 fosse mobilizado. Como obtivesse resposta positiva, a rapaziada do Tiro imediatamente ocupa a cidade e distribui piquetes de reconhecimento pelas imediações. 150 civis pegam em rifles, fuzis de repetição, nas armas que fossem encontradas.³¹

O autor também traça uma hierarquia de cargos e funções dentro das forças, buscando estabelecer relação entre os mortos legalistas e suas patentes.

Sobre a ação da polícia e a divulgação na Imprensa dos embates, Oleone Fontes registrou:

A polícia quanto mais perseguia tanto mais fraca se mostrava, e os jornais culpavam-na da pretensa invulnerabilidade de Lampião. O insucesso das forças de cinco estados levam o jornalista a indagar: “Quem é que pode bater um adversário que ataca sempre os indefesos, fugindo após como uma sombra a qualquer aproximação, abrindo as coices de fuzil e ponta de punhal todas as portas, no saque, na depredação, no assassinio, no horror?”³²

³⁰ FONTES, op. cit., p.59

³¹ Ibid., p.69

³² FONTES, op.cit., p.115. A fala do jornalista refere-se a nota 146, p.117

O texto também cita algumas mudanças ocorridas na polícia baiana, que se processaram no período no qual o autor trabalha. As alterações nas práticas policiais foram registradas por Oleone Coelho Fontes a partir dos anos de 1930, quando mudou a forma de tratar as forças, inclusive evidenciando as mudanças nas formas de organizar os eventos bélicos. Sobre isso ele fala:

A polícia, apesar dos sucessivos fracassos diante dos inesperados crimes e saques levados a cabo por Lampião e seus facínoras em território baiano, parecia disposta a reorganizar o esquema de perseguição, tanto que decide mudar a sede do Comando das forças em Operação no nordeste contra o banditismo, de Uauá para Bonfim, sob a chefia do coronel Terêncio dos Santos Dourado que ali chega acompanhado do capitão Hercílio Rocha e do tenente Oscar José de Sá, à frente de forte contingente policial, isto é, 1200 praças e 36 oficiais.³³

Ainda segundo o texto, não ocorreu uma mudança significativa na estrutura da polícia baiana que viesse a dar um combate mais eficaz ao banditismo e à figura de Lampião e de seu bando. Ele inclusive ressalta que mesmo nos primeiros anos posteriores à Revolução de 30, não obstante algumas tentativas de melhorar a situação, o Estado não abasteceu a polícia de condições materiais qualificadas para dar conta dos inúmeros problemas existentes.

Coluna Miguel Costa-Luis Carlos Prestes; Cangaço; Jagunços; Queda da Bolsa de valores de Nova York; Integralismo; Comunismo, são alguns exemplos de como as décadas de 20 e de 30 do século XX foram conturbadas.

Estudar essas questões não é, como já foi citado, trabalho fácil, nem tão pouco é objetivo dessa pesquisa, mas servem de referência para que percebamos que o recorte temporal adotado nesse trabalho não só é rico em acontecimentos importantes, como

³³ Ibid., p.165

também, e não poderia deixar de ser, os seus reflexos imediatos no Brasil e em parte na Bahia foram logo transformados em um acontecimento de suma importância na nossa história republicana: A Revolução de 1930.

2.4 Revolução de 1930 na Bahia

Nessa parte do trabalho buscaremos de forma breve construir uma idéia do que foi para o Estado da Bahia, a Revolução de 1930, pois nos interessa conhecer, pelo menos em parte, o contexto no qual se deu o movimento revolucionário de 03 de outubro daquele ano.

Além de analisarmos a maneira como se deu o desenrolar do movimento revolucionário na Bahia, principalmente o seu impacto inicial, tentaremos, através de uma avaliação da estrutura sócio-econômica do Estado na década de 1930, construir uma base de compreensão mais aprofundada desse impacto, pois é necessário que compreendamos o seguinte aspecto: no processo de configuração do Estado getulista e da própria hegemonia classista que aliava interesses de velhas e novas elites dirigentes, o estado da Bahia se encontrava distante em relação principalmente a sua estrutura sócio-econômica, da parte mais desenvolvida do país.

2.4.1 O Impacto revolucionário

Numa análise superficial, podemos dizer que os grupos de interesse que se alinharam para transpor a República Velha e, pelo menos aparentemente, modernizar a estrutura econômica do Brasil que vigorava até então, encontraram nesse Estado, assim como na maior parte do nordeste, alguns obstáculos, principalmente no que diz respeito à situação política dominante.

Se a Revolução de 1930 não conseguiu transformar aquela estrutura de dominação de forma a acabar com o jogo de interesses vigentes e, mais, se essa revolução realmente tinha esse feito como objetivo primordial, é uma discussão que não nos cabe nesse momento.

Conhecer um pouco melhor alguns aspectos econômicos e políticos àquela altura, vai nos interessar, uma vez que é necessário encaixar o conhecimento da realidade da Polícia Militar baiana com o jogo político existente, bem como saber que não podemos abordar nenhum assunto em história, sem que possamos situá-lo no contexto específico que lhe cabe.

Segundo Luis Henrique Dias Tavares, em obra clássica da historiografia baiana e brasileira, a revolução chegou à Bahia sem muita força, pois o Estado, comprometido com o jogo oligárquico até então vigente, inclusive tendo como membro componente da chapa encabeçada por Júlio Prestes o governador Vital Soares, no que pese a presença de alguns conspiradores, não possuía, pelo menos hegemonicamente, compromissos com os revolucionários de então.

Sobre esse aspecto ele relata :

Não fosse pela atividade conspirativa de alguns poucos militares e civis obscuros, a revolução de 30 teria chegado à Bahia como surpresa ainda maior. Comprometido com o governo Washington Luis, o grupo político há seis anos dominante na Bahia era composto por[...]³⁴

E segue tratando sobre o assunto :

Em razão dessas combinações típicas do sistema oligárquico brasileiro, os Calmons e as facções e indivíduos no poder fecharam o Estado da Bahia para a Campanha da Aliança Liberal.³⁵

Está indicado nesses trechos que um dos pontos de maior interesse para os revolucionários deveria ser a busca de uma nova composição política que pudesse fazer frente àquela realidade, para que fosse possível a implantação de um novo modelo administrativo de caráter modernizador, e não necessariamente transformador no Estado e, além disso, implementar as políticas econômicas que levariam o país e a Bahia a uma nova era.

A trajetória revolucionária na Bahia é relatada de forma interessante pelo professor Luis Henrique, e não nos cabe nesse momento explicitá-la, mas não podemos deixar de ressaltar que, dentre os revolucionários citados, vemos o nome daquele que sem sombra de dúvidas veio a exercer um papel fundamental no contexto dessa pesquisa, o nome do tenente Juracy Magalhães, interventor nomeado para o Estado em 1931.

³⁴ TAVARES, História da Bahia....., p. 379

³⁵ Ibid., p. 379

Para concluir a análise da situação política da Bahia no momento da revolução e, conseqüentemente, a avaliação acerca de como se deu a absorção da mesma para as elites dirigentes baianas, sintetizaríamos a questão a partir da idéia de que o estado da Bahia como instituição galgada na forma republicana de governo, por conseguinte no sistema de representatividade política, só passou a se organizar melhor a partir do momento em que se apaziguaram as tensões políticas, com o advento do processo de re-constitucionalização do país, no qual as oligarquias regionais voltam ao centro da discussão política.

2.4.2 Aspectos sócio-econômicos da Bahia durante a década de 1930

Se o Brasil sofreu historicamente as mazelas sociais e o atraso econômico diante dos centros mais avançados do mundo até aquele instante, devido fundamentalmente à sua dependência para com o mercado externo, simbolizada pelo modelo agrário-exportador, a Bahia, como o centro inicial da colônia e, posteriormente, um dos pólos de poder de onde se via um grande provincianismo, haja vista a sua hesitação em apoiar tanto a proclamação da república, quanto a revolução de 30, era palco de um grande atraso na sua estrutura econômica, ainda que houvesse uma diversificação na produção, com a cana-de-açúcar, o algodão, o fumo, o cacau, dentre outros.

Nenhum desses produtos tinha uma força econômica forte a ponto de elevar o Estado à condição de competidor frente aos mercados, tanto interno, como externo. O estado era não só dependente do mercado, como sua estrutura agrária, pra não dizer

vocação agrária, atrapalhava bastante a sua industrialização. Diríamos mais: o estado, leia-se elites agrárias, não estimulava a produção, ainda que tivéssemos, como ainda temos até hoje, um vasto e diversificado potencial produtivo.

Com a crise de 1929 houve uma situação de calamidade, a Bahia via-se na obrigação de, para manter-se viva economicamente, buscar soluções imediatas. Houve um tímido surto industrial, porém as indústrias inicialmente instaladas foram aos poucos perdendo forças devido principalmente a não ter havido uma sistemática de investimentos que coloca-se a Bahia frente aos grandes centros industrializados do país.

Sobre o assunto, Consuelo Novais Sampaio, em “Poder e Representação”, coloca, referindo-se a dependência baiana frente aos mercados:

[...]Se as forças produtivas fossem convenientemente estimuladas, a Bahia teria condições não apenas de suprir suas necessidades em relação a esses produtos, mas também de exportá-los para alguns mercados do Nordeste[...]³⁶

As oligarquias dominantes na Bahia criaram obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas como um todo, mesmo porque o estado, que tinha um caráter predominantemente agro-exportador, dependente portanto dos impostos obtidos com as exportações, não se demonstrava estruturado, tanto pelo caráter da sua urbanização, incipiente e mal distribuída, como pelo próprio investimento em mão-de-obra qualificada para a indústria, em síntese, o estado não se encontrava em condições de fazer frente ao surto industrializante, e as elites dirigentes sabiam disso.

³⁶ SAMPAIO, Repensando Canudos....,p.35

Só para efeito ilustrativo, poderíamos citar que na Bahia havia quase nenhuma urbanização, as cidades mais desenvolvidas careciam de infra-estrutura básica de saneamento, de iluminação pública, dentre outros fatores, os quais colocavam a Bahia num patamar de atraso frente a outras regiões.

A recessão econômica causada pela crise de 1929 atingiu substancialmente o estado da Bahia que não estava preparado para enfrentar a situação. Em relação ao assunto, Consuelo Novaes Sampaio, ressalta:

Ao iniciar-se a década de 30, a Bahia era um Estado descapitalizado e sob os efeitos de uma profunda crise econômica e social, agravada pela instabilidade político-institucional gerada pela revolução[...]³⁷

Os reflexos dessa descapitalização, numa perspectiva crítica, atingiram em cheio as parcelas mais desfavorecidas da população baiana, pois os grupos dominantes articularam formas de superar a crise sem perder o poder, e a própria falta de investimentos na área produtiva também pode ser vista como reflexo dessa articulação política. A Bahia manteve-se oligárquica, com uma industrialização incipiente, e fechada para o povo.

No que tange aos aspectos relativos às lutas sociais, ocorreu na Bahia dois importantes acontecimentos que estavam ligados tanto à revolução, como à própria crise social interna relativa ao mercado de trabalho.

Um desses acontecimentos foi o já conhecido episódio do “Quebra- Bondes”, no qual o povo, logo após a vitória revolucionária, danificou mais da metade da frota de bondes que serviam na cidade de Salvador causando um enorme transtorno. Além dos

³⁷ SAMPAIO, op.cit.,p.41

bondes os populares partiram contra a sede do Jornal “A Tarde” e contra o prédio da Chefia de Polícia. Houve feridos e mortos no conflito.

Sobre o episódio, Luís Henrique Dias Tavares, em “História da Bahia” relata:

Descendo para a Barroquinha, manifestantes depedriram as oficinas e garagens da Circular localizadas nas Hortas e em Santana. Outros manifestantes invadiram os escritórios da Companhia Circular no Bairro da Sé e destruíram suas instalações. Máquinas de escrever e papéis foram jogados para a rua. Os prédios da Prefeitura Municipal e da Chefia de Polícia foram apedrejados. Contudo, porque se dispersou para diversos pontos da cidade (chegou ao barracão da Companhia Circular no bairro da Graça), a manifestação foi afinal reprimida pela PM, ocorrendo mortos e feridos em número desconhecido.³⁸

O quebra-bondes ocorreu no dia seguinte à vitória dos revolucionários e originou-se de um descontentamento generalizado que teve o seu estopim no aumento das tarifas do transporte urbano.

Em relação a um outro acontecimento também relacionado à década de 30, podemos citar a greve dos trabalhadores em 1934. Esse acontecimento, assim como o de 1919, fez parte de um mesmo contexto de reivindicações. Sobre tal acontecimento, Consuelo Novais Sampaio coloca:

Entre junho e agosto de 1934, operários dos principais setores de transportes e de utilidades públicas paralisaram suas atividades: ferroviários, doqueiros, trabalhadores dos serviços de bonde, telefonistas e telegrafistas. Todas essas greves foram declaradamente pacíficas. Mas todas terminaram sob forte repressão policial, sem que as reivindicações dos grevistas tivessem sido atendidas.³⁹

Diante de um quadro de realidade com instabilidade política, da grave crise socioeconômica e de um atraso estrutural frente às novas diretrizes industrializantes e

³⁸ TAVARES, op. cit., p.382

³⁹ SAMPAIO, op.cit.,p.44

modernizadoras para o Brasil do pós-1930, a Bahia passou por duas interventorias civis (Leopoldo Amaral e Artur Neiva) que não conseguiram relativa estabilizar a política estadual. Só a partir de Juracy Magalhães, um “tenente”, pôde haver um momento propício para que os intentos revolucionários chegassem à Bahia.

2.4.3 A interventoria de Juracy Magalhães (1931-1937): algumas considerações

As políticas adotadas pelo Estado brasileiro a partir de 1930 revelaram-se, como já foi dito anteriormente, como tendentes à centralização e ao autoritarismo. O endurecimento que levou ao golpe de 1937 e ao chamado Estado Novo materializaram essas pretensões.

O Estado brasileiro, cada vez mais intervencionista, colocou em 1931 no governo da Bahia o tenente Juracy Magalhães, a quem coube a função de administrar o Estado e estabelecer contatos políticos com a velha ordem ruralista que predominava em considerável parte do nosso território.

A fim de conquistar condições de governabilidade, encontrando uma maneira de racionalizar politicamente um modelo administrativo que incorporasse tanto o espírito da revolução como os anseios dos coronéis, Juracy costurou uma rede de dominação política que tanto continha elementos modernizadores, como elementos conservadores, e ainda

conseguiu criar condições para consolidar um tipo de ação política que se personificava nele próprio, era o juracisismo que nascia na política baiana.

O aspecto principal desse trabalho, que é o de estudar a construção de um modelo de Polícia adequado a essa nova realidade, terá no período intervencionista de Juracy Magalhães na Bahia (1931/1937) o seu ponto essencial, quando em 31/12/36 através do decreto de nº 10112, regulamenta-se o Centro de Instrução Militar (CIM), que foi um marco fundamental nessa nova empreitada, um divisor de águas da Polícia Militar da Bahia.

Um Decreto estadual de nº 4784 de 22/01/1927 estabelecido pelo então governador Francisco Marques de Góes Calmon, já prenunciava de certa forma a necessidade de se dotar à polícia de um novo padrão por assim dizer, no qual estivesse estabelecido normas e condutas de seleção, promoções, hierarquia, dentre outros, mas a formação profissional do policial era um elemento ainda inacabado, que necessitava maior atenção, e que só foi possível com a criação do CIM e, posteriormente, da Academia de Polícia Militar da Bahia (APMBA).

O uso desse Decreto nesse texto tem uma finalidade de indicar que durante o governo de Góes Calmon houve uma relativa visão modernista, na qual se vislumbrou melhorias em aspectos que influenciariam na estrutura da Polícia Militar da Bahia, apesar de um contexto histórico desfavorável à tal intento.

2.5 O governo Góes Calmon a o Regulamento de 1927⁴⁰: alguns aspectos importantes

O banqueiro e advogado Francisco Marques de Góes Calmon, que não era um “político de formação”⁴¹, atuava no comando do Estado desde o ano de 1924, e tomara posse num tumultuado processo que contou com a intervenção direta do presidente Artur Bernardes.

Na área da educação, com a utilização do trabalho de Anísio Teixeira, procurou estabelecer mudanças consideráveis. Atuou em outras áreas de forma relativamente modernizadora pros padrões da época, sendo, portanto o Decreto de nº4784 de 22/01/1927 considerado um avanço no sentido de dar um certo padrão funcional para a Polícia militarizada, chamada à época de Força Pública.

Durante o seu governo (1924-1928) o nordeste brasileiro e a Bahia, em especial, passava por um momento crítico, pois a atuação do cangaço era um elemento constante, como já foi visto anteriormente, o que exigia das autoridades uma atuação mais enérgica. Com isso no ano de 1926, a partir de um Decreto de nº 4.241 datado de 21 de janeiro, a Bahia, juntamente com os estados de Pernambuco, Alagoas e Sergipe, firmaram um acordo para a atuação conjunta no combate ao cangaço.

⁴⁰ Decreto Estadual de nº 4784 de 22 de janeiro de 1927. Ver REGULAMENTO da Força Pública do Estado da Bahia. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1927

⁴¹ Entendo como sendo um “político de formação”, não somente o sujeito de origem oligárquica, já que Francisco Marques de Góes Calmon era um deles, mas principalmente ao fato de que, como Banqueiro, ele tinha uma visão relativamente mais moderna, galgada na própria necessidade geral das instituições bancárias de estarem sempre atentas às transformações socioeconômicas que estivessem voltadas para um progresso nas formas de acumulação do capital. De certa forma esse governador possuía um ideal progressista para os padrões da época.

As forças policiais desses estados passaram a contar após o acordo, ainda que precariamente, com uma melhor rede de informações e as suas divisas foram sendo policiadas ao longo do tempo através de uma ação policial conjunta, mas não houve de imediato grandes transformações no quadro.

Esse acordo porém se revelou útil com o passar dos anos, pois foram sendo criadas forças especiais para dar cabo da situação, dentre elas as chamadas FONE (Forças em Operação no Nordeste do Estado) no período de 1929/30; e os destacamentos: DNP (Destacamento do Nordeste do País) e DNE (Destacamento do Nordeste do Estado), ambos em 1936. É bom que se diga que todo esse esforço conjunto só teve reflexos expressivos após a revolução de 30, quando através de um maior investimento, principalmente a partir da ação do governo da União, foi possível dar uma relativa paz aos sertões, com as mortes de Lampião (1938) e de Corisco (1940).

Voltando a falar do Regulamento de 1927 como uma referência, mas não como um fato que se encerra por si próprio, diríamos que o mesmo trás no seu corpo um número de 11 partes e de 56 capítulos, relacionados a temas que iam desde o estabelecimento de efetivos funcionais, quadros de comando e postos; até a descrição de atividades e atribuições, formas de recrutamento e outros. Acreditamos que tal regulamento prenunciava mudanças mais concisas, na medida em que delineava um perfil profissional para os quadros policiais.

O documento por seu turno também trata do compromisso da Força Pública estadual com o governo federal, citando no capítulo I, o decreto assinado entre a União e o

Estado em 1917⁴², cujo conteúdo estabelece que mesmo subordinada ao governo do Estado, essa Força poderia ser incorporada ao Exército brasileiro por ocasião de guerras e grandes manobras.

O estabelecimento de forças policiais para dar combate a elementos tidos como perigosos para a ordem era comum num período de grandes turbulências sociais como era o do final da chamada República Velha. Os governos investiam grandes somas em dinheiro nessas manobras.

Dentro do regulamento estabelecido em 1927, no que tange principalmente à preocupação com a qualificação técnica e/ou profissional do componente da Força, bem como aos alistamentos, podemos enumerar as medidas contidas no documento :

1) As promoções — feitas internamente — encontravam-se divididas em dois grupos: de soldado a sargento e de tenente a coronel, sendo considerados os atos de bravura como critérios importantes;

2) Os concursos — também feitos internamente — estavam divididos em três: sargentos a oficiais; cabos a sargentos e soldados a cabos. Os programas eram os seguintes: *concursos para oficiais* – português, aritmética, geografia e história pátria/*concursos para sargentos* – redação, aritmética até proporções, chorographia do Estado e história pátria / *concursos para cabos*: redação, aritmética até frações, noções de chorographia do Estado e de história pátria. A organização dos concursos era de responsabilidade da própria Força;

3) Os recrutas da Força eram alistados entre homens com idade entre 17 e 26 anos, sendo avaliados em exames de saúde e capacidade física. Era norma que os recrutas deveriam saber ler e escrever, porém exceto em casos tidos como especiais, se poderia

⁴² Decreto nº1739 de 31/10/1917. Ver REGULAMENTO da Força Pública do Estado

alistar analfabetos. O prazo inicial de duração dos serviços era de três anos, com opções para engajamento.

Podemos observar indícios de preocupação em adotar um sistema de méritos para se galgar postos dentro da Força Pública, como a existência de concursos com respectivos programas.

No que diz respeito ao alistamento numa época onde grande parte da população sequer tinha acesso à educação básica, não é de se estranhar a adoção desses critérios e mais, no caso de recrutamentos dos analfabetos, em se tratando das necessidades quase que regulares de policiais para serem usados no combate ao grande número de “elementos nocivos” à ordem republicana, podemos concluir que a maior parte dessa instituição era constituída de pessoas com muito pouca educação formal.

Nos assuntos relativos a vencimentos, gratificações e outros ligados a estes, o regulamento não indica valores, mas identifica a sua composição. Fala de impostos devidos à Fazenda pública, de situações de moléstias, enfim, estabelece parâmetros para o recebimento de valores pecuniários e descontos nos mesmos.

A instrução policial é uma questão bastante significativa para a elaboração desse trabalho, e esse regulamento já deixava entender que poderia haver a necessidade de se dotar a Força Pública de uma estrutura que facilitasse a formação técnico/profissional do policial. Os artigos de números compreendidos entre 117 e 121 são reveladores desse propósito.

No artigo 117 temos o seguinte: “A instrução aos recrutas, será ministrada, enquanto não houver um estabelecimento especial para esse fim, pelo oficial e sargentos

instrutores.”⁴³ (grifo nosso). Percebemos, portanto, que o regulamento já indicava uma tendência à criação de uma escola de instrução para as Praças⁴⁴ da Força.

O artigo 120 diz: “A instrução será idêntica à adotada pelo Exército nacional.”⁴⁵ O teor desse artigo é bastante compreensível, uma vez que, sendo a Força tida como auxiliar do Exército, e não possuidora de uma estrutura de ensino e aprendizagem, não poderia ser diferente a adoção do critério citado.

Já o artigo de nº121 trata do período de instrução, que era de seis meses. Havia também nesse quesito instrução as chamadas Escolas Regimentais que preparavam as praças para os concursos, dividindo-se em duas partes : Elementar e Complementar.

Em outras partes do texto do regulamento definem-se regras e normas para o funcionamento, administração, unidades funcionais, cargos e outras medidas para o andamento dos trabalhos da Força, inclusive com questões de ordem de justiça militar e festas militares.

Na última parte do regulamento, que é o apêndice, encontramos anexos Decretos e Leis de relevância, como o já citado Decreto de 1917, uma Lei definidora de critérios de recrutamento, tempo de serviço, concursos e outros.⁴⁶ Ainda encontraremos o Regulamento específico do serviço militar, que indica também assuntos pertinentes à incorporação da Força Pública ao Exército brasileiro.

As limitações do Regulamento são pertinentes ao próprio contexto no qual ele se insere. Era muito difícil, numa realidade sócio-econômica baiana, possuidora de uma frágil

⁴³ Decreto 4784 de 22/01/1927. Ver REGULAMENTO da Força Pública do Estado, p. 25

⁴⁴ A denominação as Praças indica nas hostes militares todos os cargos que não sejam de oficiais. Nos documentos encontra-se o uso dos artigos definidos “a” e “as” no lugar de “o” e “os”.

⁴⁵ Ibid., p. 25

⁴⁶ Lei nº2828 de 06 de maio de 1922. Ver REGULAMENTO da Força Pública do Estado

industrialização e de um atraso em relação aos Estados do eixo sul, que houvesse melhores condições para haver uma polícia bem preparada principalmente no quesito formação profissional. As forças particulares, principalmente no interior do Estado, cuidavam de garantir o domínio patronal, inclusive desafiando, muitas vezes, a própria ordem. O próprio presidente Artur Bernardes, na iminência da presença da Coluna Prestes na Bahia, colaborou com tal intento, dando armas e dinheiro para alguns “coronéis”.

A situação sócio-econômica se atrelava à mentalidade política da velha república e, na Bahia, isso podia ser percebido claramente. Os jagunços não só podem ser vistos como caracterizadores de uma privatização da defesa, como também os seus chefes políticos devem ser encarados como fragmentos de um poder constituído, que na forma era unitário, mas na prática estava longe de sê-lo.

Dito isso podemos considerar que o regulamento sintetizado nas linhas anteriores foi, numa perspectiva formal, um avanço para o período em questão, visto que trouxe consigo uma proposta de mudança na estrutura de funcionamento da polícia, principalmente no que tange aos aspectos ligados aos concursos, os quais simbolizam a adoção do mérito intelectual e profissional do policial como forma de se galgar postos na hierarquia da Força. A projeção de uma estrutura física para o funcionamento das Escolas formadoras de policiais, renunciada no Regulamento, pode ser vista também como um outro fator importante.

3 O CENTRO DE INSTRUÇÃO MILITAR (C.I.M.) E O MODELO PÓS-1930

Nesse capítulo procuraremos avaliar as medidas governamentais e outros eventos ocorridos tanto em nível federal quanto no Estado da Bahia a partir das diretrizes da revolução de 1930, visando estabelecer um paralelo entre os contextos nacional e baiano e, ainda, entender até onde esses eventos visavam dotar a Polícia Militar da Bahia de uma melhor estruturação técnica e profissional, no sentido de atender às novas demandas advindas dos interesses “modernizadores” que permeavam os ideais daquela revolução.

Por esse motivo, é importante o estudo de leis, decretos e atos institucionais criados no pós-30, uma vez que poderemos perceber de certa maneira, que a preocupação em transformar a estrutura formadora de policiais militares era notória naquele instante e, mais, que essa preocupação partia do governo central, constituindo-se em uma das maiores preocupações do governo Vargas, portanto fazia parte de um novo tipo de ordenamento que visava construir um Estado à luz de, pelo menos em tese, uma modernização.

É salutar que possamos ter em mente que “modernização” de uma estrutura como Polícia Militar e órgãos de segurança em geral, nesse período, não significaria a modernização que por ventura poderíamos pensar na atualidade, uma vez que o próprio

conceito de Segurança Pública e, por sua vez, de atribuições e práticas policiais, não é o mesmo, além do que há um conjunto de fatores históricos distintos.

Na década de 30 (linhas gerais) a noção de segurança estava enraizada no conceito de Segurança Nacional, e as polícias militares eram órgãos complementares a uma visão de estado segundo a qual essas forças seriam o complemento de uma força central, no caso, o Exército, servindo como suportes a um tipo de repressão política específica.

O papel das polícias militares modificou bastante hoje em dia, haja vista as noções como as de: Polícia Cidadã, Polícia Preventiva, dentre outros¹, bem como o papel do Exército nas suas gestões, o qual, no que pese a manutenção da prerrogativa constitucional de que as polícias militares são suas reservistas², a ingerência do Exército no funcionamento das polícias militares pelo Brasil³ situa-se muito mais na manutenção nominal dos cargos e em alguns tipos de treinamento específico, do que na ingerência direta no papel das polícias militares na segurança pública. Atualmente existe mais independência das polícias militares estaduais em relação às Forças Armadas, já que as funções sociais de ambas não são iguais.

A ingerência do Exército nas polícias militares em geral é um elemento cultural brasileiro pelo que podemos depreender no nosso estudo, porém a partir de 1930, ocorre o seu ponto de influência mais visível. É a partir daquele instante que o Exército toma para si

¹ Basta observarmos as bases legais existentes nos textos Constitucionais da época até agora e veremos claras distinções no que tange ao papel das polícias em geral, e a polícia militar em especial, deve executar. Um outro aspecto a ser considerado, só a título de ilustração, é a própria contextualização na qual as atividades policiais se inserem, mas esse tópico não nos cabe avaliar, serve apenas para citação e uma apreciação crítica para que não cometamos anacronismos.

² Constituição Brasileira de 1988, Art. 144, Parágrafo 6º.

³ Um outro aspecto que distingue bastante o papel das polícias militares nos respectivos contextos, é o próprio estado constante de vigilância, tanto internamente, quanto externamente, em que se encontravam as Forças Armadas no período pós-revolucionário. A própria consolidação dos intentos revolucionários se deu por intermédio desse tipo de estado de vigilância.

a responsabilidade de, pelo menos a nível de concepções e diretrizes, conduzir o processo de formação do policial militar, conforme consta nos pressupostos legais analisados no decurso desse capítulo.

Esta afirmativa é um dos pontos chaves dessa análise, uma vez que o controle da esfera federal sobre os estados é bastante latente no período Vargas, compondo um quadro institucional próprio e singular, garantidor do domínio das novas elites, como a nova composição oligárquica ligada a terra e das novas tendências burguesas, principalmente a industrial.

O papel da Bahia nesse contexto é secundário, pois como já visto anteriormente, a estrutura de dominação existente, baseada no domínio da terra, não permitiu a exploração do potencial baiano, o que colocou o estado, em se considerando outros estados centrais, numa posição periférica. A industrialização na Bahia, conforme alguns estudos consultados⁴, tem mais relevância a partir da década de 60 do século XX.

Podemos depreender, então, algumas questões fundamentais que permeavam esse intento modernizador: a burocratização estatal; o centralismo político e o nacionalismo. Essas três esferas deveriam compor o novo quadro institucional brasileiro a partir de 1930, e os governos sucessivos de Getúlio Vargas trabalharam no sentido de construir o Estado nacional em cima desses pressupostos, principalmente após o Golpe do Estado Novo em 1937.

⁴ Só para efeito de indicação, citaremos as seguintes obras: MATEDDI, Maria Raquel Matoso. As Invasões em Salvador: uma alternativa habitacional. 1979. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.; CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. A questão nordeste de tantas soluções. 1986. Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Nessa linha institucional foi estabelecida a Lei de Segurança Nacional que dentre outras coisas, tornou-se um mecanismo de combate aos elementos tidos como nocivos ao país, como os comunistas, por exemplo. Esse combate ao comunismo se acirrou durante os anos que Getúlio Vargas passou no poder⁵.

A existência de postulados legais quase sempre no Brasil não se demonstraram viáveis na prática, posto que não é possível transformar uma estrutura social apenas com os mesmos, eles sempre necessitam serem comprovados no devir social e isto não escapará da nossa análise e mais, a conexão entre tais pressupostos com as práticas sociais, se apoiará em comentários críticos e fundamentados, baseados principalmente em textos secundários escritos sobre o período Vargas⁶.

A partir do próximo tópico desse texto buscaremos construir um panorama histórico do Brasil e da Bahia no período, a fim de não somente relacionarmos o contexto nacional com o regional, elemento fundamental para uma análise conjuntiva de um processo histórico, mas também, e em especial, abordarmos temas que denotem a singularidade da nossa análise, aproximando alguns acontecimentos, do processo de reformulação dos paradigmas norteadores adotados pela Polícia Militar da Bahia.

⁵ Os grandes Departamentos criados a partir de 1937, o DASP (Departamento de Administração do Serviço Público), e o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) tornaram-se, ao lado das atividades coercitivas realizadas pelos aparatos policiais e afins, elementos chaves na construção desse Estado Nacional, pois conjuntamente formavam uma força atuante e eficaz na consecução da centralização do aparelho estatal.

⁶ Só para efeito de uma possível consulta a tais fontes, podemos citar as seguintes: FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: EDUSP, 1994.; SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio à Castelo (1930-1960). Rio de Janeiro: Saga, 1969; LEVINE, Robert M. Pai dos Pobres? O Brasil e a era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

3.1 O Estado nacional do pós-1930

De uma economia agrária que dependia essencialmente de um mercado externo instável, que por sua vez houvera passado por uma grande crise no final da década de 1920, o Brasil viu-se, após a revolução, diante de um grande dilema institucional e econômico, que o colocava numa situação que exigia mudanças de rumo.

Através de um projeto estatal que foi sendo construído no decorrer dos anos que sucederam o movimento de 03 de outubro, foi possível a constituição de uma nova base administrativa para o país, galgada fundamentalmente numa burocracia estatal e no apoio incondicional das Forças Armadas.

Esse apoio das Forças Armadas, e em especial do Exército, era de muita importância no contexto, uma vez que o Estado poderia trabalhar para o novo ordenamento tendo em vista a necessidade de se criar condições para, se não acabar, pelo menos diminuir o poder de independência dos Estados até então dominantes, como Minas Gerais e São Paulo, visando um governo centralizado.

Devemos ressaltar que não houve grandes transformações na estrutura de dominação política e na representatividade nos estados, o que ocorreu foi um novo ordenamento, principalmente político e jurídico até, para se manter a força econômica dos estados mais fortes, um novo modelo de dominação onde o governo federal mascarava, sob o pretexto de unidade federativa, as questões de classe.

Dentro dessa nova linha de ação, as Forças Policiais Militares estaduais foram sendo, através de um processo de cooptação, atraídas para a esfera estatal de uma forma

mais eficaz, principalmente com o advento de novos projetos para essas instituições, os quais abrangiam, além de outros pontos, novos fundamentos pedagógicos e o estabelecimento de Centros de Formação Técnica e Profissional, como o Centro de Instrução Militar (C.I.M.), criado na Bahia em 1935 e regulamentado em 1936.

Um novo modelo “militarizante” foi sendo implementado. Ele distinguia-se dos anteriores principalmente no critério de criação de regras bem definidas de ascensão nas corporações e de uma tendência tecnocrata, dando as bases legais para a consolidação de um modelo que visaria a adoção do mérito profissional em detrimento do apadrinhamento, ainda que de uma maneira discreta.

Tendo que lidar com algumas questões anteriormente desprezadas e/ou tratadas de uma forma tão somente repressiva, como as questões trabalhista e social, o Estado comandado por Getúlio Vargas foi tendo que se comportar distintamente, pois já não mais era possível apaziguar as tensões surgidas nas lutas sociais de outrora através dos velhos mecanismos⁷, era importante então dotar o Estado de um modelo de ação mais moderno, e isso foi sendo tratado através de legislações específicas, como as Leis Trabalhistas por exemplo⁸.

O autoritarismo e o seu conseqüente centralismo administrativo passaram a ser elementos constantes e singulares do Governo Vargas no pós-30. Os mesmos eram condições basilares na composição do novo modelo de governo, pois politicamente fazia-se

⁷ É conhecida a expressão segundo a qual “questão social é caso de polícia”, termo atribuído ao ex-presidente Washington Luís (1926-1930). Através dessa expressão percebemos que o Estado sempre reprimiu manifestações sociais através do uso da força policial. Com a Revolução de 30, e toda a dinâmica histórica que a sucedeu, o Estado teve que se comportar distintamente, daí surgiram outras formas de se cooptar as massas trabalhadoras, e dentre esses mecanismos temos as Leis trabalhistas e as reformas do Estado como um todo a partir de Vargas.

⁸ Uma outra medida instituída pelo governo foram os Tribunais Regionais Eleitorais, submetidos à supervisão do Supremo Tribunal Eleitoral.

necessário o combate ao modelo federalista de até então, pois, ainda que de modo discreto, o Estado nacional, pretensamente moderno e industrializado, deveria demonstrar uma preocupação em dotar o território de uma estrutura um pouco mais solidificada, para atender às demandas de uma economia mundial em franca ascensão industrial, e isso não passava necessariamente pela transformação social de base.

As medidas reformistas foram sendo adotadas sistematicamente por toda parte, haja vista a nomeação de Interventores nos estados. Essas medidas eram impostas e, geralmente, adotadas em cima de um modelo “administrativo-militarizado”, principalmente no nordeste brasileiro. Fazia-se necessário, se não destruir, ao menos enfraquecer os poderes locais, que tinham nos “Coronéis” a sua maior força representativa.

O poder local dos “Coronéis” era a maior marca da República Velha, e atendia aos anseios oligárquicos e conservadores de até então. Segundo Victor Nunes Leal, em estudo clássico acerca do fenômeno, o poder do “Coronel” surgiu e se alastrou devido principalmente às seguintes condições históricas:

A Guarda Nacional, criada em 1831, para a substituição das milícias e ordenanças do período colonial, estabeleceu uma certa hierarquia, em que a patente de Coronel correspondia a um comando municipal ou regional, por sua vez dependente do prestígio econômico ou social do seu titular, que raramente deixaria de figurar entre os proprietários rurais.⁹

Ainda sobre o poder afirmativo do “coronel”, Edgard Carone¹⁰ revela:

O coronel Horácio de Matos é chefe da zona das Lavras Diamantinas, na Bahia. Seu passado foi contínua série de vitórias militares: em 1915, cerca

⁹LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1976, p. XIII

¹⁰CARONE, Edgard. A primeira república (1889-1930). 4. ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. (Coleção Corpo e Alma do Brasil)

durante 42 dias a cidade de Campestre e derrota as forças do coronel Manuel Fabrício de Oliveira, que eram ajudadas pela Polícia Estadual, em 1919 vence o famoso coronel Militão e toma Brotas, depois de 5 meses de assédio à cidade; em 1920, ele, os coronéis Anfilófilo Castelo Branco e Abílio Rodrigues de Araújo, depois de derrotarem guarnições da Força Pública Estadual, dirigem-se a Salvador para o assalto final.¹¹ (grifos nossos)

Essas afirmativas resumem um tipo de poder constituído historicamente, e que para ser enfraquecido, necessitaria de uma política estatal forte e decidida, pois somente assim o governo chegaria aos seus objetivos. Não podemos dizer que houve uma grande ruptura com as práticas do mandonismo regional, mas, na medida do possível, principalmente através das interventorias a partir de 1930, o governo Vargas assumiu o papel principal de formulador e gerenciador da Nação.

Um outro aspecto de grande relevância a ser considerado era que, numa perspectiva global, o papel de um estado àquele instante, até mesmo para criar condições firmes para cicatrizar as mazelas da crise mundial desencadeada em 1929, era o de se fortalecer cada vez mais para interferir diretamente na economia e ajustar o mercado, ou seja, um dos maiores aspectos inerentes à própria Globalização e ao chamado Neoliberalismo, que é o fim quase que completo da ingerência do estado, àquele instante, tornou-se inviável pelos desdobramentos da crise, tendo que haver uma política estatal centralizada e atuante.

A característica mais afirmativa do Estado nesse instante era o seu poder de atuação pois, além do contexto externo conturbado, no Brasil, em particular, havia um clima de instabilidade causado pela revolução, o qual atingia todos os níveis institucionais

¹¹ Ibid., p.85

da sociedade brasileira, bem como todas as classes sociais. Necessário se fez portanto, que houvesse um ordenamento distinto do anterior.

3.1.1 A opinião pública e o Estado

O nacionalismo da era Vargas pode ser sintetizado a partir da criação dos departamentos de propaganda oficial que, ao lado da evolução das tecnologias de comunicação, fundamentalmente o Rádio, formaram um dos pilares de sustentação do novo governo e, por conseguinte, dos interesses modernizadores das classes dominantes.

Só para se ter uma idéia de como a propaganda oficial teve uma grande participação na formação de tais ideais reformistas e nacionalistas, podemos afirmar que o uso que foi sendo feito através de tais Departamentos de Propaganda da informação em busca da consolidação do Estado foi contínuo e ininterrupto durante a Era Vargas.

Em relação a esse assunto, diz Doris Fagundes Haussen:

Com o objetivo de mobilizar e controlar a opinião pública foi criado o DIP- Departamento de Imprensa e Propaganda, em 1939. Entretanto, anteriormente, já em 1931, havia sido criado o DOP- Departamento Oficial de Propaganda, agregado à Imprensa Nacional, tendo com atividades principais a elaboração de um programa oficial radiofônico, precursor da “Hora do Brasil”, retransmitido para todo o país, e o fornecimento de informações oficiais à imprensa. Em julho de 1934 o DOP foi reorganizado, passando a se chamar Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural- DNPDC, com tarefa de estudar a utilização do cinema, da radiotelegrafia e de outros processos técnicos, “no sentido de empregá-

los como instrumentos de difusão, estimular a produção de filmes educativos e orientar a cultura física.¹²

O que depreendemos disso é a idéia de consolidar uma ideologia, ainda que mal definida, de controle popular, segundo a qual o fortalecimento do Estado e da concepção nacionalista eram condições básicas para a modernização do país. Essa relação de Getúlio com os meios de comunicação, principalmente o rádio, era tão singular ao período que o próprio Getúlio Vargas, numa mensagem enviada ao Congresso Nacional, em 1º de maio de 1937, revelou:

[...] o governo da União procurará entender-se, a propósito, com Estados e Municípios, de modo que mesmo nas pequenas aglomerações, sejam instalados aparelhos rádio-receptores, providos de alto-falantes, em condições de facilitar a todos os brasileiros, sem distinção de sexo nem de idade, momentos de educação política e social, informes úteis aos seus negócios e toda a sorte de notícias tendentes a entrelaçar os interesses diversos da nação [...] a iniciativa mais se recomenda quando consideramos o fato de não existir no Brasil imprensa de divulgação nacional. São diversas e distantes as zonas do interior e a maioria delas dispõe de imprensa própria, veiculando apenas as notícias de caráter regional. À radiotelegrafia está reservado o papel de interessar a todos por tudo quanto se passa no Brasil.¹³(grifos nossos)

O que chamamos de indefinição ideológica nada mais é do que a construção de paradigmas norteadores da opinião pública baseados num conjunto de elementos ainda mal formados, pois a composição classista dominante até aquele momento, a meu ver, no que pese a dominação real e as práticas que garantiam a desigualdade, não se fazia clara, havia grupos urbanos, velhos e novos grupos agrários e outros.

Esse fator contribuiu com a própria existência de uma política de caráter personalista, que teve em Vargas um dos seus maiores expoentes, o que, além de outras

¹² HAUSSEN, Doris Fagundes. Rádio e Política: tempos de Vargas e Perón. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. P.38 ou Garcia, 1982, p. 89

¹³ HAUSSEN, op. cit., p.40

questões, influenciou bastante na própria construção do imaginário político brasileiro republicano nas décadas que sucederam o período. A política do estado getulista ficou clara: formar uma identidade nacional em cima de pressupostos bem definidos: centralização administrativa, nacionalismo, industrialização, burocracia, dentre outros, o que certamente impunha um maior poder de ingerência do governo central sobre os estados federados.

Uma intensa divulgação de obras e artistas da Música Popular Brasileira, como Carmem Miranda e Francisco Alves, por exemplo, era uma maneira de criar um traço de nação brasileira para exportação, também no intuito de atrair investimentos estrangeiros.

O que se pode perceber no governo nacional entre 1930 e 1945 é o fato de haver um interesse de se criar condições para o estabelecimento de um controle social e de uma organização político-econômica na qual a União se configurasse como estandarte de um modelo de dominação, e mais, ainda que não possamos trabalhar esse tema com o interesse e o fôlego que ele merece, um modelo de dominação classista bem parecido ao modelo do “bloco histórico”, tão bem trabalhado nas teorias de Gramsci.¹⁴

¹⁴ Para entender um pouco mais tal conceito, indicamos a leitura dos seguintes trabalhos: COUTINHO, Carlos Nelson. Teoria ampliada do Estado. In: COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.; SCHLESENER, Anita Helena. Hegemonia e Cultura: Gramsci. Curitiba: UFPR, 2001.

3.1.2 O Nacionalismo a função política do Exército

Um outro ideal que se propagou na esteira da revolução foi a idéia da Salvação Nacional, identificada nos pressupostos da Lei da Segurança Nacional, e que tinha nas Forças Armadas um dos seus pilares essenciais. Era importante, para manter as fronteiras, protegendo principalmente o aparato tecnológico e o processo de instalação de indústrias no Brasil, que houvesse um Corpo militar mais bem qualificado.

Dentro das hostes civis e militares que contribuíram na formulação de projetos de interesse nacionalista encontramos nas figuras de Oswaldo Aranha e Pedro Aurélio de Góis Monteiro, ligados a Vargas e fiéis aos seus intentos, dois personagens que tiveram papéis destacados nas políticas adotadas.

Como lideranças do movimento que depôs Washington Luís, essas pessoas foram de grande influência no andamento do processo revolucionário. Oswaldo Aranha é tido como o articulador civil do movimento, e Pedro Aurélio de Góis Monteiro, o grande articulador do papel das Forças Armadas.

Em relação ao papel exercido pelo General Pedro Aurélio de Góis Monteiro na montagem da nova estrutura militarista brasileira, Sílvio Conceição do Rosário afirma:

A partir de tal postulado, Góis Monteiro concluía que o Exército e a Marinha deveriam apoiar governos fortes, capazes de movimentar e dar nova estrutura à existência nacional, porque só com a força é que se pode construir”(...). Tratava-se de fortalecer o Exército para, dessa forma, fortalecer o Estado, e sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política do Exército e não a política no Exército (...). Em outras palavras,

tratava-se da mesma idéia, anteriormente defendida pelos jovens turcos, de que o Exército deveria ser o volante da máquina nacional.¹⁵

Sem querermos nos alongar muito, mas identificando elementos necessários ao nosso trabalho, podemos dizer que o papel das Forças Armadas, em especial o Exército, àquele instante era primordial na consecução dos objetivos dominantes no cenário do pós-1930 e, juntamente com os mecanismos de propaganda citados anteriormente, formaram um sólido esquema estrutural no qual surgiram as bases para a “modernização” do país.

Só para reforçar o peso da atuação política do Exército na montagem do governo no pós-1930 atribuindo-lhe uma distintiva singularidade, podemos citar João Quartim de Moraes referindo-se ao Governo Vargas:

Foi com o regime politicamente centralizador e reformista deste último que as Forças Armadas cumpriram as etapas cruciais da sua aludida metamorfose. A repressão ao levante da Aliança Nacional Libertadora em 1935 e a caução ao Estado Novo em 1937 inauguraram a nefasta tradição: a incorporação da repressão política às funções dos militares. Como lembrou um analista político, a Constituição de 1934 “separou maliciosamente” a lei da ordem, ao introduzir nas atribuições das Forças Armadas, ao lado da garantia dos “poderes constitucionais” e da “lei” (termos que retomam, no essencial, a “manutenção das leis no interior” e a obrigação de “sustentar as instituições constitucionais”, estipuladas no artigo 14 da Constituição de 1891), a garantia da “ordem”. O artigo 162 da Constituição de 1934 estabelece, com efeito, que cabe aos militares “defender a pátria e garantir os poderes constitucionais, a ordem e a lei.”¹⁶

¹⁵ ROSÁRIO, O nascimento da academia de polícia militar..., p.47

¹⁶ MORAES, João Quartim de e outros. A Tutela Militar. São Paulo: Vértice, 1987, pp.11-12 (coleção Grande Brasil: Veredas). No trecho é usada uma nota de texto retirada de: “Os militares nas Constituições brasileiras”. Folha de São Paulo, 18 de junho de 1986.

Identificamos melhor nesse momento um ponto crucial em nossa análise, que é a relação orgânica entre os “aparelhos” que compõem o Estado revolucionário como um todo, quais sejam: o aparelho coercitivo e repressor, representado pelo aparato militar-policial; e a formação ideológica, representada pela propaganda oficial e também pelas novas diretrizes educacionais, as quais falaremos um pouco mais adiante.

As forças policiais militares dos estados brasileiros progrediram na direção de serem elementos complementares ao Exército, tendo sempre se direcionado a atendê-lo em manobras militares. Em decorrência desse caráter cultural, a implantação de um novo ordenamento institucional, que garantisse novos paradigmas técnicos na formação do policial, havia de estar situado num programa militar que tivesse no Exército o seu ponto de partida, mesmo porque havia sido o Exército um dos artífices da Revolução.

A partir dessa perspectiva foi possível a formulação de leis e decretos voltados para tal fim. Dentre esses pressupostos legais, podemos identificar uma preocupação em dotar as Forças estaduais de mecanismos mais eficazes de organização militar, principalmente no que tange à disciplina e a dependência para com o governo central, uma vez que, o modelo de federalismo que vigorava no país até aquele instante, dava aos Estados um poder para organizar as suas Forças Policiais, o que causou alguns momentos de instabilidade política ao país¹⁷.

¹⁷ Referimo-nos principalmente à chamada Revolução Constitucionalista de São Paulo em 1932, quando o governo Vargas teve que intervir firmemente, o que colocou seu poder relativamente em cheque frente à força de um Estado da Federação.

3.1.3 O Código dos Interventores

Em agosto de 1931 foi aprovado um Decreto Federal de nº 20.348, onde estabelecia-se limites que visavam controlar o poder das interventorias nos Estados. Esse Decreto ficou conhecido popularmente como Código dos Interventores, visto que se propunha a deliberar e impor condições nas quais o Estado nacional tivesse uma posição mais atuante e decisiva em temas importantes, dentre eles o papel das Forças Policiais dos Estados federados.

A imposição de alguns interventores não foi precedida sem a ocorrência de certos problemas, principalmente nos Estados onde a força política das oligarquias era mais aparente, como na Bahia por exemplo. Políticos locais com grande poder de mando entraram em conflito com as novas autoridades, criando instabilidade, sendo essa a situação encontrada pelo Interventor Juracy Magalhães, que teve que realizar concessões e agir com muita habilidade para se manter no cargo.

Acerca da absorção do “Tenente – Interventor” Juracy Magalhães pelos grupos que controlavam a política local à época, Consuelo Novais Sampaio em “Poder e Representação”¹⁸, afirma:

Os membros das classes dominantes que aspiravam ocupar altos postos na máquina administrativa, receberam a nomeação de Juracy Magalhães como um insulto: além de não ser baiano, era militar e, mais do que isso, muito jovem, sem qualquer experiência administrativa e sem suficiente

¹⁸ SAMPAIO, Consuelo Novais. Poder e Representação: o Legislativo da Bahia na segunda República (1930-1937). Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 1992.

conhecimento dos problemas baianos. Pior ainda, havia sido imposto à Bahia,[...]¹⁹. (Grifo nosso)

Estamos percebendo que não foi fácil o estabelecimento de um clima de governabilidade para o interventor Juracy Magalhães. Ele teve que construir uma base política, e isso estaria garantido pelo governo Vargas, bem como muita habilidade para contornar a situação relativamente adversa, com isso ele adotou uma postura essencialmente pragmática em relação ao processo político no estado.

As condições garantidas pelo governo federal brasileiro foram conquistadas através de uma centralização política muito forte, e por uma intensa e progressiva burocracia estatal que se constituíam também em elementos que solidificaram o poder de Getúlio Vargas, garantindo sua permanência no comando das ações políticas brasileiras por uma década e meia.

Já em relação ao poder que foi sendo conquistado por Juracy Magalhães, podemos dizer que esse político teve uma grande habilidade para não só apaziguar as correntes políticas dominantes, garantindo-lhes algumas concessões, como também, e em relação direta a isso, dominar as tensões pelo interior baiano, principalmente no que tange aos poderes locais, junto aos quais o Interventor teve que dar garantias de que não se encontrava na condição de um agente verdadeiramente transformador da realidade regional, pois, como ficou comprovado posteriormente, não existiram transformações sociais profundas pelo interior baiano²⁰.

¹⁹ Ibid., p. 74

²⁰ O Cangaço, por exemplo, só foi considerado extinto após as mortes de Lampião em 1938 e de Corisco em 1940, portanto, aproximadamente uma década após a chegada de Juracy à Bahia como Interventor. O que

O papel de Juracy nesse primeiro instante, no sentido de garantir a sua permanência no poder, não deveria ser, como não foi, a ruptura com os poderes estabelecidos, pois dessa forma ele não conseguiria se estabilizar, visto que era enorme o prestígio político de algumas personalidades²¹ no cenário da política baiana. Devido a isso, e ao seu modo peculiar de ação²², somados às condições que lhe foram garantidas por Vargas, ele conseguiu manter-se no poder por sete anos.

Nesse contexto, o Código dos Interventores procurava evitar uma concentração excessiva de poderes nas mãos de alguns governantes estaduais. Dentre algumas regras estabelecidas nesse Decreto, podemos citar as seguintes: o veto aos Estados na contratação de empréstimos sem a prévia autorização do governo federal, o que tornava-se um fator diferenciador para com o período anterior à 1930, pois como é sabido, os grandes produtores de café possuíam muita independência em relação ao governo federal nesse sentido; e a restrição de recursos para cada Estado poder destinar às suas forças policiais, o que visava impedir a sua oposição ao Exército nacional numa eventual crise.

O Código dos Interventores foi um instrumento importante para dar ao governo central um papel de comando perante a situação política dos Estados, mas por si só não

equivale dizer que ainda imperaram por um tempo relativamente longo, as práticas do banditismo nos Sertões baiano e do Nordeste, o que agravava as péssimas condições de vida desse povo, o qual, principalmente nos quesitos segurança pública e isolamento geográfico em relação às regiões litorâneas mais favorecidas, estava muito mal assistido.

²¹ Só para efeito ilustrativo, podemos citar os nomes de alguns personagens importantes dentro do cenário da política baiana na década de 1930: Otávio Mangabeira, Ernesto Simões Filho, José Joaquim Seabra, dentre outros. Sem contar com algumas figuras de grande poder de mando no interior baiano, como é o caso do “Coronel” Horácio de Matos.

²² Para entender um pouco mais sobre a personalidade de Juracy Magalhães dentro da sua trajetória política na Bahia, podemos indicar alguns escritos, como: FREITAS, Antonio Guerreiro de. A Bahia em pedaços/ou uma política de oligarcas e (neo)oligarcas, entrevista. *Revista do CEAS*. Salvador-Bahia, 1994. ; e HIPÓLITO, Lúcia. *PSD de raposas e reformistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

pôde conter o crescimento de algumas forças regionais que surgiram, como é o caso de Juracy Magalhães, na Bahia.

Já estabelecido como uma figura política de destaque, tendo inclusive consolidado um partido político no Estado da Bahia com bom desempenho, O PSD baiano juracista resistiu (os outros PSD's no restante do país não se mantiveram com força), por isso também podemos dizer que Juracy Magalhães foi um político com personalidade peculiar e conseguiu costurar sua rede política. Ele acabou rompendo com Getúlio Vargas em 1937, com o advento do Estado Novo, mas retornaria ao poder posteriormente.

3.1.4 O Clube 03 de Outubro

O Clube 03 de outubro era uma organização política fundada em fevereiro de 1931, no Rio de Janeiro, por elementos vinculados ao movimento tenentista, e foi uma peça importante para garantir as condições iniciais para o governo Vargas. Como organização militar, ele teve o papel de ajudar a fomentar o espírito da chamada Salvação Nacional, tão

peculiar aos anseios das Forças Armadas, no sentido de basear ideologicamente a revolução, pressuposto fundamental em qualquer transformação político-social²³.

Após o triunfo dos revolucionários de 1930, passou a haver atritos entre as bases políticas que sustentavam Vargas. Os "tenentes", por um lado, com o discurso da salvação nacional, acreditando serem os autênticos revolucionários e, por outro lado, os políticos ligados às oligarquias que haviam dado apoio à revolução, mas que a partir dos rumos iniciais tomados pela mesma, tornaram-se dissidentes.

Nesse clima de animosidade e crise, os principais líderes tenentistas criaram uma organização política para caracterizar a sua força e união corporativa. Surgiu daí o Clube 03 de Outubro, que nominalmente nada mais é do que uma data de referência para a revolução, pois é o marco da queda da República Velha e a sua conseqüente "superação" pela moderna.

Os interesses defendidos pelo clube militar eram contrários à imediata criação de uma nova Constituição. Eles pregavam o prolongamento do Governo Provisório, pois acreditavam que de uma forma ditatorial e discricionária a condução do Estado faria-se de uma maneira mais consistente, numa demonstração de que os rumos revolucionários tinham muito pouco de transformação social para eles, que não acreditavam no poder popular ou tinham medo desse poder.

²³ Em relação ao papel da ideologia na construção de um processo revolucionário, podemos tomar como exemplo genérico as bases ideológicas da Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade; e, ainda que não possamos estabelecer um paralelo comparativo entre as circunstâncias históricas, podemos inferir que num processo de transformação político-social, sempre houve a necessidade de um discurso de caráter ideológico, sem o qual não existe fundamento para tal transformação. O discurso da Salvação Nacional, tão implementado pelas hostes militares e aproveitado pelo Estado Getulista, foi um dos pilares de sustentação da Revolução de 1930.

Inicialmente o Clube Militar gozou de um prestígio muito grande, tendo inclusive ajudado a nomear vários interventores nos Estados. Com o progressivo processo social e político que vislumbrava a re-constitucionalização do Brasil, inclusive com uma grande movimentação política que levou à chamada Revolução Constitucionalista em São Paulo, o clube foi tendo o seu prestígio diminuído.

De uma forma geral o clube defendia algumas plataformas políticas, voltadas à burocratização e à centralização estatal. Dentre essas plataformas podemos citar as seguintes: intervenção estatal na economia com o objetivo de modernizá-la; a eliminação do latifúndio mediante tributação ou simples confisco; a nacionalização de várias atividades econômicas, como os transportes, a exploração dos recursos hídricos e minerais, a administração dos portos etc.; a instituição da previdência social e da legislação trabalhista.

O governo federal, afastando-se das pretensões do Clube, instaurou, já em 1932, o Código Eleitoral, primeiro passo para a re-constitucionalização, indo de encontro aos anseios dos grupos políticos tradicionais. A crise que colocou em choque frontal os interesses do clube com os interesses das outras forças políticas teve um episódio marcante, que foi o empastelamento do Diário Carioca, jornal alinhado às forças constitucionalistas, por parte de membros do clube. Esse fato desencadeou o início da decadência da influência do Clube junto ao governo federal. Isso se devia principalmente à força econômica dos grupos oligárquicos tradicionais, visto que Vargas, para manter o seu poder, não pôde se afastar dos mesmos, que possuíam muitas condições de defender os seus interesses.

O Clube 03 de outubro continuou existindo até o ano de 1935, mas mantinha princípios autoritários e sustentava uma ideologia, pautados num exacerbado nacionalismo, perdendo com isso muitos adeptos. Essa organização política nos leva a perceber a força dos militares na condução do processo revolucionário, pois o Estado nacional, formado a partir de 1930, foi uma instituição consolidada pela força dos militares que, ainda que de uma maneira indireta e diferente dos seus ideais patrióticos comuns aos anos de 1920, sempre foram o principal mecanismo de manutenção do *status quo*, culminando inclusive com o golpe de estado implementado em 1964, em outro momento histórico brasileiro, mas sem perder o chamado ideal de salvação da nação através da disciplina e da ordem, elementos basilares nos meios militares.

3.1.5 A Instrução pública no período

Nesse ponto do trabalho construiremos um panorama das diretrizes educacionais estabelecidas pela União como o advento da revolução no intuito de garantir a solidificação do estado. Não se trata de trabalhar com leis e decretos, como está sendo feito em relação ao estudo sobre a polícia militar, mas uma análise galgada fundamentalmente na própria filosofia de trabalho do governo Vargas.

Podemos dizer que a industrialização é um aspecto bastante singular das práticas capitalistas, pois foi através dela que ocorreu um grande *boom* produtivo e, muito por sua influência, um processo que desencadeou um novo ordenamento político e jurídico tanto a nível mundial, quanto nacional, com reflexos importantes nas regiões e nos estados por todo o mundo ocidental principalmente²⁴.

Podemos dizer, então, que o processo de industrialização elevou cada vez mais o nível da mecanização produtiva e, por conseguinte, transformou as relações sociais, principalmente com o advento de novas tecnologias. O que ocorreu então foi uma busca por um aprimoramento técnico e uma racionalização dos componentes produtivos de tal monta, que mexia com toda a ordem de acontecimentos e práticas, conseqüentemente, traduzindo-se em novas concepções ideológicas e novas filosofias norteadoras²⁵.

Nessa linha de ação foram voltadas todas as medidas adotadas a partir de Vargas para a área da educação. O surgimento de novas Universidades e Cursos, de Escolas Profissionalizantes, enfim, de um aparato “moderno” de novas diretrizes educacionais que colocaram frente a frente o ensino dito laico com o ensino religioso, que anteriormente tinha um maior poder de ingerência.

É certo que não houve grandes rupturas com o passado no qual os valores religiosos na educação determinavam as normas e condutas gerais, pois Vargas não

²⁴ Só para ilustrar essa afirmação podemos citar: A Revolução Francesa, A Independência dos Estados Unidos e todas as Independências ocorridas na América Latina, inclusive a brasileira, como fatores ligados diretamente ao processo produtivo desencadeado pela Revolução Industrial.

²⁵ O caso do educador Anísio Teixeira é um exemplo desse novo tipo de direcionamento ideológico e filosófico, pois ele, assim como tantos outros, cada um no seu nível de interpretação e ideal de vida, bem como sua realidade contextual, ajudaram a imprimir um novo modelo de educação voltado para uma estrutura mais racional, visando o mercado de trabalho ao invés de uma formação genérica, tão bem representada pela chamada Escola Normal.

poderia, como não pôde de fato, preterir do apoio da Igreja Católica²⁶. Ele teve que se render em parte à influência de uma educação religiosa, inclusive para o ensino público, mas, por outro lado, através de um investimento massivo na industrialização, e também em escolas voltadas para a formação de mão-de-obra profissional para as fábricas, as concepções ideológicas e filosóficas advindas do processo de industrialização passaram a se estabelecer também, gerando novos conceitos e práticas pedagógicas em geral.

Podemos partir agora para uma análise de como se deu a implantação desses novos paradigmas educacionais nos meios militares, principalmente na formação de oficiais para os quadros do Exército e, em decorrência, das polícias militares, especialmente a da Bahia.

3.1.6 As diretrizes da Lei do Ensino Militar

O Decreto federal de nº 23.126 datado de 21/08/1933, chamado de Lei do Ensino Militar, estabeleceu as diretrizes gerais que passariam a compor o corpo formador dos quadros militares a partir daquele instante, no intuito de garantir uma padronização das atividades educativas e de um processo de racionalização na estrutura funcional das escolas militares em vários âmbitos. Esse arcabouço legal visava, panoramicamente, a inserção de uma cultura mais técnico-profissionalizante para os quadros das forças militares (Exército,

²⁶ A própria devoção à Nossa Senhora Aparecida como a “Padroeira do Brasil”, que ficou estabelecida a partir de 31 de maio de 1931 é um dos reflexos da política de Vargas para com a Igreja. Não podia ele, se quisesse se manter no poder, preterir de um apoio que, dentre outras coisas, tinha um cunho popular muito forte, pois a devoção à “santa” é uma das características mais marcantes da cultura brasileira.

Marinha e Polícias), o que garantiria um corpo doutrinário mais engajado com os interesses advindos do governo pós-revolucionário.

A adoção desses pressupostos tinha por objetivo formar quadros militares cada vez mais doutrinados e fiéis aos interesses dos grupos que capitaneavam a revolução, representados pelas oligarquias agrárias e a burguesia industrial, tendo em vista destruir os resquícios do movimento tenentista, principalmente os da década de 1920.

Dentro dessa linha de entendimento podemos identificar tal afirmativa usando alguns tópicos do decreto. Os Artigos de números 19 e 20 que tratam da questão das diretrizes gerais do ensino nos remete a esse entendimento. Diz os artigos:

Art.19. O ensino será ministrado de modo que a instrução seja contínua, gradual, objetiva e tão completa quanto possível, atendendo-se a cada um dos seus graus, não só a instrução profissional, com a indispensável unidade de doutrina, mas ainda à cultura geral que lhe deve corresponder.” (grifos nossos)

Art.20. O conhecimento da língua vernácula deve constituir objeto de constante solicitude; levar-se-ão em conta, no julgamento das provas de exames, concursos e demais trabalhos escolares, a clareza e a correção na manifestação do pensamento.²⁷(grifo nosso)

A preocupação do governo em criar mecanismos mais eficientes de doutrinação, uma vez que o Exército, assim como outras forças de caráter militar, como as polícias militares estaduais, não se encontravam até aquele instante dotados de uma estrutura geral e específica de funcionamento, caracteriza as medidas adotadas.

O estado, como já foi citado anteriormente, não adota leis e decretos sem que existam condições preliminares para tal, e essas condições advieram da nova constituição

²⁷ Decreto Federal nº 23.126 de 23 de agosto de 1933. Diário Oficial da União, 31 de agosto de 1933.

classista do país daquele momento, pois era preciso criar as condições materiais para que o capitalismo industrial se instituísse no país e o aparelho militar teria que está relacionado com isso. O Brasil necessitava de uma base sólida para que as empresas, principalmente as estrangeiras, pudessem implantar o seu domínio tecnológico e atender aos interesses dos grupos empresariais estrangeiros.

A industrialização tardia se deu através de mecanismos que se voltavam para atender a essa demanda, e o estado passou a ser composto por uma burocracia e a adotar medidas que priorizavam esses interesses, ligados ao aprimoramento e a eficácia na produção. Estavam estabelecidos parâmetros funcionais para a implantação das indústrias no país.

O estado pós-revolucionário passou a ser composto por elementos sistematizadores e burocratas, uma vez que as bases da industrialização brasileira necessitavam serem lançadas. Figuras como Gustavo Capanema, Francisco Campos, Góis Monteiro e Osvaldo Aranha servem para ilustrar o perfil de alguns personagens do estado no pós-30.

Na esteira dessa busca por aprimoramento e eficácia nas técnicas produtivas e também nas esferas governamentais como um todo, as polícias estaduais, como extensão desse projeto, passaram a serem direcionadas por uma metodologia onde predominavam o treinamento militar em detrimento da formação geral.

Um outro ponto a ser considerado é o fato de que a Bahia, ao se encontrar em estado de interventoria, reforça a tese segundo a qual a direção dos rumos para o país era

centralizada e bastante clara. O estado getulista não podia perder as “rédeas” da condução da nação, pois assim estaria indo de encontro aos anseios das novas elites. Houve um intenso e eficaz dirigismo, tanto em nível político, como econômico, no sentido de dar um corpo coerente a esses anseios classistas.

3.1.7 A Lei 192 de 17 de janeiro de 1936

Essa lei define as funções a serem exercidas pelas polícias militares estaduais, bem como uma preocupação em trazer essas forças para o controle da União, e mais, ela reforça o texto de 1933, citado anteriormente, estando em conformidade com o artigo 167 da Constituição Federal de 1934.²⁸

Logo no seu título, essa lei demonstra esse intento. Diz o título: “Reorganiza, pelos Estados e pela União, as Polícias Militares, sendo consideradas reservas do Exército”²⁹, e no Artigo 2º vemos reforçar-se essa idéia: “[...] c) Atender à convocação do Governo Federal em casos de guerra externa ou grave comoção intestina, segundo a lei de mobilização[...] (grifo nosso)

²⁸ Art. 167 . “As polícias militares são consideradas reservas do Exército, e gozarão das mesmas vantagens a este atribuídas, quando mobilizadas ou a serviço da União”

²⁹ Lei Federal nº192, de 17 de janeiro de 1936. Diário Oficial da União de 22 de janeiro de 1936

Não está somente evidente a intenção do estado nacional em ter o controle das polícias estaduais como, em relação direta a isso, ter esse estado o poder de acioná-la em casos tidos como importantes e dignos de serem reprimidos, como as lutas sociais em geral, -o combate ao comunismo³⁰ reforça bem isso- , e ao próprio estado de guerra constante sob o qual o mundo se direcionava àquele instante³¹

O aparelho repressor de Vargas ganhava cada vez mais ares ditatoriais e discricionários, sendo óbvio a intenção de se ter uma polícia melhor preparada e fiel aos intentos. Seguindo essa lógica podemos citar outros tópicos da referida lei:

Art.4º. O efetivo e o armamento de cada Corpo ou Unidade não poderão exceder aos previstos para as unidades das mesmas armas do Exército em tempos de paz.

[...]

Art. 6º. Os comandos das Polícias Militares serão atribuídos, em comissão, a oficiais superiores e capitães do serviço ativo do Exército, ou a oficiais superiores das próprias corporações, uns e outros possuidores do Curso da Escola de Armas do Exército ou da própria corporação.

Esses dois artigos refletem a preocupação por parte do Estado nacional em se ter o comando das ações e o controle efetivo das forças. No artigo 6º podemos não só percebermos isso, como dizermos que a regulamentação do C.I.M. no final do ano de 1936 foi um marco nesse processo, pois o Estado da Bahia estava criando condições para a formação e qualificação profissional (segundo esses parâmetros) nos quadros da Polícia Militar, a qual passou a formar os seus próprios dirigentes a partir de então.

³⁰ A chamada “Intentona Comunista” de 1935 foi um movimento que contribuiu para a construção do chamado “Medo Vermelho” que pairava sobre as cabeças de muitos dirigentes políticos da época .

³¹ Referimo-nos à tensão mundial constante do período entre-guerras que culminou com a eclosão da 2ª Guerra Mundial em 1939.

Podemos observar ainda que, diante da falta de uma política de valorização técnica e profissional em relação à ascensão na carreira, que seguisse o mérito e não o apadrinhamento, essa lei deixa subentender que: “[...] Art.8º. As promoções nas Polícias Militares serão por antiguidade, merecimento ou bravura [...]”

Trata-se de um artifício dotado de um certo “pragmatismo”, uma vez que até aquele instante, como ainda não existiam centros formadores e capacitadores para preencher os quadros das polícias militares, portanto promover-se-iam polícias usando-se as velhas formas, pois ainda não era possível, e nem se sabe se desejado, romper com os velhos hábitos.

No que tange ao recrutamento dos policiais, que era anual e voluntário, podemos perceber conexões com o tipo de recrutamento das Forças Armadas. O artigo 3º reflete essa situação:

As Polícias Militares, formadas por recrutamento voluntário de brasileiros natos, serão constituídas de Serviços e Corpos, das armas, de infantaria e cavalaria, semelhantes aos do Exército, e em unidades especiais com organização, equipamento e armamento próprios ao desempenho das funções policiais. (grifos nossos)

Para finalizar essa questão vamos nos referir a três outros artigos da lei que demonstram a preocupação do governo Vargas em ter o controle das forças estaduais. Diz os Artigos 11º, 12º e 26º, respectivamente:

As Polícias Militares poderão adquirir, nos órgãos provedores do Exército, tudo quanto necessitarem para a sua subsistência (viveres, forragem, fardamentos, etc.) ou para a sua maior eficiência (armamento, equipamento, munições, etc.)”

É vedado às Polícias Militares possuir artilharia, aviação e carros de combate, não se incluindo nesta última categoria os carros blindados.”

A Instrução dos quadros e da tropa, que obedecerá a orientação do Estado-Maior do Exército, será obrigatoriamente dirigida por oficiais do Exército ativo que tenham, pelo menos, o curso da Escola de Armas e sejam postos pelo Ministro de Guerra à disposição dos Governadores do Estados, por propostas destes e com a anuência do Estado-Maior do Exército. (grifos nossos)

É importante sinalizar que apesar desses pressupostos inerentes nas forças policiais militares estaduais por parte da União, quando se tratava de questões de ordem econômica e financeira para se manter a estrutura de funcionamento de tais forças, o problema saía da esfera federal e passava para a estadual.

Para observarmos essa afirmativa basta nos remetermos aos Vetos Presidenciais sobre alguns dispositivos da Lei nº192. Logo no quesito “Razões do Veto”, diz o texto:

O projeto de lei nº537, de 1935, que reorganiza, pelos Estados e pela União, as Polícias Militares contraria, em muitos dos seus dispositivos, a legislação e a organização militar vigente e a própria Constituição.

Estava se desenhando uma ingerência do poder Executivo sobre o Legislativo e, mais, conforme relata em seguida, estava o presidente determinando as condições para que se mantivesse, pela lei, a predominância da estrutura de dominação dos estados mais fortes da federação, apesar do suposto centralismo e da construção da nação. Ao tratar da responsabilidade institucional sobre os policiais reformados afirma Vargas, referindo-se aos artigos 15º, 16º, 17º, 18º e 24º da Resolução Legislativa de nº 537 (Base do texto da Lei nº192):

De fato, os três primeiros artigos dizem respeito à reforma por invalidez, compulsória e ordinária, dispondo sobre os vencimentos dos reformados e criando novos cargos de inatividade; o quarto, estabelece uma pensão igual aos vencimentos integrais, para o caso de morte em consequência de moléstia ou ferimentos adquiridos em campanha; o quinto e último manda criar um montepio ou instituto semelhante, para o pessoal das policias militares.

Sem dúvida, são disposições, essas, ditadas pelos mais louváveis propósitos.

Mas, todas elas vão além do conteúdo do art.5º, XIX, letra *i*, da Constituição, pois regem matéria não atinente:

- a) à organização;
- b) à instrução;
- c) à justiça;
- d) às garantias

dos oficiais, praças e pessoal das policias militares, incidindo, assim, nas relações patrimonial entre eles e o Estado ou a União.

Ora, os membros das policias militares dos Estados são funcionários destes, de cujo tesouro percebem os vencimentos, na atividade ou na inatividade. Como poderá, pois, uma lei federal, sem intervir na economia dos Estados, dispor sobre a reforma desse s funcionários estaduais por invalidez, fixando vencimentos integrais (art.15 da Resolução), impor sua reforma compulsória, declarando os proventos dos reformados (art.16), sujeitar os demais casos de reforma às leis federais feitas para o Exército Nacional (art.17), instituir pensões (art.18) e criar montepios (art.24) ?

Os Estados sim, na medida de suas possibilidades e de acordo com o critério e espírito de justiça de seus dirigentes é que podem e devem dispor sobre essa matéria. A União, nunca, sob pena de ultrapassar a esfera de sua competência, criando normas atinentes à remuneração de uma classe de servidores estaduais. ³²(grifos nossos)

Estamos diante de uma demonstração não só de um poder centralizado e de um Executivo forte, pois a Lei passou com os vetos de Vargas, mas acima de tudo de um panorama contraditório, uma vez que, não obstante a ingerência federal no modelo de

³² Lei 192, de 17 de janeiro de 1936. Diário Oficial da União, de 22 de janeiro de 1936.

construção das novas forças militares e de um novo ordenamento para as mesmas, a atribuição das responsabilidades financeiras ficava a cargo dos estados, ou seja, a esfera federal se eximia em manter aquilo que ela mesma se propôs a transformar.

Nesse ponto está evidente a existência de interesses dos grupos classistas dos grandes centros do eixo sul-sudeste, pois o papel do Estado foi, em linhas gerais, e em detrimento dos estados mais periféricos no sentido da industrialização (e a Bahia era um deles), o de trabalhar no sentido do favorecimento aos estados mais fortes.

Após o governo do pós-30 já ter consolidado o seu poder até mesmo constitucionalmente, estavam explícitas as suas intenções, bem como a aplicabilidade dos seus paradigmas diante do novo quadro histórico encontrou guarida em muitos estados federados e, na Bahia, isso se torna evidente com a Regulamentação do C.I.M..

O texto que regulamenta esse Centro de Instrução Militar foi decretado a partir não só da necessidade do estado da Bahia em seguir parâmetros gerais e diretivos do governo central, mas também, e fundamentalmente, dotar a Bahia de uma estrutura sem a qual, com o passar dos anos, não poderia a Bahia manter a própria administração da Força, pois como determinava a Lei nº192:

Art. 25. Cinco anos após a publicação da presente lei, só concorrerão ao provimento das vagas: de 2º tenente, os candidatos que possuírem o Curso de formação de oficiais da sua Corporação, ou da Polícia Militar do Distrito Federal; e de capitão, major e tenente coronel, dois anos após a publicação desta lei, os candidatos que possuírem o Curso de Aperfeiçoamento ou de formação de oficiais, da sua Corporação, ou da Polícia Militar do Distrito Federal ou da Escola de Armas do Exército.

A regulamentação do Centro de Instrução seguiu com isso uma perspectiva que acompanhava o próprio endurecimento do regime de Vargas, sua centralização e o seu autoritarismo, e foi na obrigação de se cumprirem tais objetivos que se sucederam outros decretos e leis principalmente após a segunda metade da década de 1930.

Durante o período ocorreram momentos de grande turbulência, tanto à nível interno, com a preocupação do governo Vargas em combater os “comunistas” e, por outros motivos, os integralistas, mas além disso, em decorrência a própria conjuntura externa do período entre-guerras, uma vez que o governo brasileiro sofria muitas pressões dos dois lados que se confrontavam, os blocos dos aliados e as potências do eixo.

A política de Vargas foi até a metade da 2ª Guerra uma política dúbia e controversa, pois não havia um apoio definido do Brasil para nenhum dos dois lados, somente em 22 de agosto de 1942, portanto depois de transcorrida mais da metade da guerra, o Brasil declarou guerra às potências do eixo (Alemanha, Itália e Japão), lutando ao lado dos aliados, principalmente os Estados Unidos da América.

A partir de agora demonstraremos como se deu na Bahia, o estabelecimento do Centro de Instrução Militar (C.I.M.), que seguiu o modelo modernizador adotado pelo governo Vargas, o qual, por seu turno, já foi bastante discutido até esse instante .

3.2 O estabelecimento do Centro de Instrução Militar na Bahia

Através do decreto estadual de nº 9.731 de 19 de agosto de 1935 ficou estabelecido na Bahia que a Polícia Militar estaria reorganizada e, portanto, preparada para atender às determinações do Governo Vargas. Esse decreto estabelecia no seu artigo 3º que, além se outras unidades já existentes, como alguns batalhões, ficaria criada um Centro de Instrução Militar (C.I.M.), destinado a formar quadros para a Força. Os principais quadros seriam os de oficiais, graduados e soldados.

Além dessa determinação, ficaria estabelecido o critério das promoções através dos cursos oferecidos pelo C.I.M.. Ainda que esse decreto se antecipou à regulamentação do Centro, uma vez que isso só ocorreu mais de um ano depois, em 31 de dezembro de 1936.

O governo da Bahia em Decreto de nº 9.730, na mesma data, estabeleceu que a Secretaria da Segurança Pública aproveitaria as Escolas da Guarda Civil e da Inspetoria de Veículos num plano geral de “Escola de Polícia”, a qual funcionaria depois de regulamentada, com seus respectivos cursos, recebendo orientação técnica da Polícia Militar.

Esse decreto foi o prenúncio de uma estruturação educacional para os outros órgãos de policiamento, a Guarda Civil, a Polícia técnica e a Polícia Administrativa e

Judiciária, o que nos leva a concluir que os planos de reorganização e reestruturação eram gerais, e que o C.I.M. foi pioneiro dentro desse planejamento.

3.2.1 O Regulamento do C.I.M.

Seguindo à risca, e até mesmo se antecipando³³ às diretrizes federais, o governador Juracy Magalhães regulamentou em 1936 aquilo que se tornou a gênese da atual Academia de Polícia Militar da Bahia, o C.I.M. (Centro de Instrução Militar). Inicialmente concebido como um Centro Integrado, na sua estrutura previa o estabelecimento de cursos para oficiais, graduados e soldados, esse centro foi se amoldando às condições estruturais do nosso estado e, num período de três anos após a sua regulamentação, estaria formando a sua primeira turma de oficiais.

O Governador do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições e para dar cumprimento ao artigo 25 da Lei nº 192, de 17 de janeiro de 1936, resolve aprovar o Regulamento do Centro de Instrução Militar (C.I.M.) que institui Cursos de Aperfeiçoamento e Formação de Oficiais Combatentes e de Administração da Polícia Militar do Estado que com este baixa, assinado pelo Secretario da Segurança Pública³⁴

³³ Vimos anteriormente que através do Decreto estadual de nº 9.731 de 19 de agosto de 1935 ficou estabelecido o C.I.M.

³⁴ Decreto Estadual nº10.112, de 31 de dezembro de 1936.

A preocupação com os cursos para oficiais em primeiro plano não significa estarmos relegando os outros cursos, pelo contrário, consideramos o C.I.M. como uma referência de uma visão totalitária e centralizada, sendo a formação dos quadros atuantes da PMBA uma coisa única, mas os cursos de oficiais eram a novidade, já que existiram escolas de instrução para as praças da força desde tempos mais remotos³⁵.

A preocupação com a instrução na polícia militar da Bahia não se deu a partir daquele instante, basta observarmos o que já foi citado anteriormente, porém foi o Centro de Instrução uma novidade para os padrões da época, por três questões básicas: a primeira, é que ele se baliza numa determinação do governo da União, o que não existia até então; a segunda, é que esse centro foi “global” e integrador de policiais; e, a terceira, é o fato de estarem sendo criados cursos para oficiais.

Sobre a questão do C.I.M. ter surgido como um elemento integrador, vale dizer, dentre outras coisas, inclusive algumas anteriormente já citadas, que essa característica tornava evidente os paradigmas doutrinários de preparação de uma tropa coesa, de uma “ordem unida” - parafraseando um verbete militar- , que, por sua vez, eram determinantes para o bom andamento dos anseios revolucionários, portanto era bem compreensível esse modelo, até porque os critérios de racionalização e equidade são produtos de um estado moderno e industrializado.

O grande problema em ser moderno e industrializado para os padrões da época é que pra Bahia isso era bastante difícil, pelas razões já narradas no capítulo II, e, se

³⁵ Só para efeito ilustrativo citaremos as seguintes escolas como sendo anteriores ao CIM: A Escola Regimental, em 1895, e a Escola de Instrução, em 1922. POLÍCIA MILITAR DA BAHIA, 150 anos

quisermos ter mais alguns subsídios para avaliarmos o estágio em que se encontrava o nosso estado para atender às tendências modernizantes, vamos nos remeter novamente à Consuelo Novais. Ao tratar da crise socioeconômica da Bahia após 1930, diz a autora:

[...]não se pode falar, no caso da Bahia, de um processo de industrialização por substituição de importações. Grande parte das pequenas indústrias que surgiram no período com esse objetivo e sob o estímulo da crise, não subsistiram à retomada das importações, quer no exterior, quer dentro do país. Tenderam ao desaparecimento, na medida em que não tiveram condições de competitividade.³⁶

Seguindo os rastros dessa crise, segundo o estudo de Consuelo Novais, houve cortes drásticos nas despesas do estado. Revela a autora:

[...]Com exceção do serviço de saneamento da capital, inadiável devido à extrema precariedade das condições sanitárias, nenhuma obra pública foi realizada na primeira metade dos anos 30[...]³⁷

A crise socioeconômica do estado era grave como as diretrizes traçadas pela União desfavoreciam à Bahia em detrimento dos estados mais fortes, o que reforça a nossa tese de que o centralismo administrativo não mexeu na essência das condições das desigualdades regionais, ele foi uma forma nova de mascarar tais disparidades, reforçando-as. Acerca disso, acrescenta Consuelo Sampaio:

A discriminação de rendas estabelecidas pela Constituição Federal de 1934 agravou mais ainda a situação financeira da Bahia. De acordo com a nova legislação tributária, posta em vigor a partir de 1º de janeiro de 1935, o imposto de exportação, que se constituía na principal fonte de renda do Estado, foi progressivamente reduzido, na proporção anual de 10%, até alcançar-se o teto estabelecido pelo dispositivo constitucional. Com a redução desse imposto, a Bahia sofreu uma perda de renda anual superior a 7 contos de réis.³⁸

³⁶ SAMPAIO, Poder e Representação....., p.37

³⁷ Ibid., p.38

³⁸ Ibid., p.38

O contexto pós-revolucionário na Bahia foi, na prática, desfavorecedor para a implantação de um modelo industrializante, sendo também por conta disso que o governador Juracy Magalhães teve de agir pragmaticamente buscando mecanismos de conciliação com as elites baianas, do contrário certamente ele não teria condições de governabilidade. Como os investimentos e os gastos foram sendo gradativamente diminuídos, as condições de vida da população baiana foram as piores possíveis, somente as elites, tanto as que se opuseram à Juracy, quanto às que lhe apoiaram, permaneceram, em cima de uma nova roupagem representativa³⁹, com forças para atuar.

Esse “parêntese” aberto nessa parte do texto, para falarmos novamente das condições do estado da Bahia à época de 1930, serve para que possamos identificar em que base estrutural se estabeleceu o C.I.M., num estado pobre, instável politicamente, “aguardando” o término do processo de “Acomodação”⁴⁰, e permeado por laços de dependência pessoal, o que nos faz concluir que as práticas de apadrinhamento não foram abolidas de imediato, perpetuando por muito tempo em todos os níveis da nossa sociedade.

Para que enquadremos os pressupostos legais à realidade regional estabelecida, o C.I.M. se inscreve nesse contexto, pelo que podemos dizer que os novos aparatos técnicos-profissionalizantes da polícia militar, em especial e, dos outros mecanismos de segurança

³⁹ Chamamos de nova roupagem representativa o fato dos chefes locais passarem a ser substituídos nas Assembleias e nos Conselhos do Estado pelos seus representantes mais jovens, “os Bacharéis”, que aos poucos se tornaram as pontas-de-lança do sistema de representação política baiana.

⁴⁰ Consuelo Novais Sampaio utiliza bastante o conceito de “Acomodação” para definir as novas arrumações políticas que se dão após os momentos de crise e instabilidade política na Bahia, segundo a autora, essa prática existiu tanto na superação do regime monárquico, quanto no pós-1930, levando à re-arrumações nos quadros das classes dirigentes que mantiveram o regime representativo quase que estático durante quase toda a metade do século passado. Ver: SAMPAIO, Consuelo Novais. Os partidos políticos da Bahia na primeira República: uma política de acomodação. Salvador: EDUFBA, 1999.

em geral, não transformaram a realidade regional, e nem mesmo foi essa a intencionalidade da sua criação, visto que “polícia” deve obedecer as diretrizes legais do estado.

Dentro dessa análise continuaremos avaliando as medidas adotadas para dotar a polícia militar da Bahia de um novo padrão, e mais, apesar de ser o nosso foco de estudo principal, não foi a Polícia Militar a única instituição a ser direcionada para atender aos anseios “modernizantes”, esse planejamento era global, como já foi dito, o C.I.M. privilegiou-se por ser um centro diretamente ligado à doutrina militar, sobre a qual já falamos.

O regulamento estabelecia a criação de três escolas. A primeira seria a Escola de Oficiais, contendo os cursos de: Aperfeiçoamento de Oficiais (C.A.O), com duração de 01 ano; Formação de Oficiais Combatentes (C.F.O.C.), 02 anos; e o de Formação de Oficiais de Administração (C.F.O.A.), 03 anos.

A segunda escola teria o Curso de Candidatos a Sargento (C.C.S.), com duração de 09 meses, e o Curso de Candidatos a Cabo (C.C.C.), com duração de 06 meses. Haveria ainda uma terceira escola, que prepararia Soldados, cujo tempo de duração da preparação ao não estava previsto o regulamento, acredita-se que não mudaram muito as questões relativas à essa preparação, sendo mais provável que ela durasse entre 01 e 03 meses.

Para o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais estavam determinadas a existência de 10 cadeiras, todas voltadas para a formação técnica, dentre elas as seguintes: Infantaria, Cavalaria, Organização do Terreno e Topografia de Campanha. No Curso de Formação de Oficiais Combatentes, 30 cadeiras, divididas os dois anos do curso. Dentre elas temos as de

Instrução Geral: Português, Francês, Aritmética, e outras; e as de Instrução Militar: Instrução de Infantaria, Organização do Terreno e Educação Física. Para o Curso de Formação de Oficiais de Administração, seriam 27 cadeiras, divididas em Instrução Geral (14) e Instrução Técnica (13). A predominância nesses cursos era de cadeiras/disciplinas voltadas para o treinamento militar.

Nos Cursos de Candidatos a Sargento e de Candidatos a Cabo também predominava a mentalidade militar, com cadeiras do tipo: Instrução de Infantaria, Pedagogia Militar e Instrução Física. Não existem indicações acerca da Preparação dos Soldados, mas tudo indica que essa preparação passava por algumas noções de Infantaria e Manuseio de Armas de fogo.

De acordo com tal regulamento os professores poderiam ser civis, para as cadeiras de Instrução Geral, e militares, no caso de Instrução Técnica e, como havia mais cadeiras voltadas para a formação militar, havia um número maior de Instrutores militares para os cursos. O regulamento estabelecia ainda todo um aparato de funcionamento para os cursos, como: Matrícula, Exames de Admissão, Organização do Ano letivo e do Regime das Aulas, Questões relacionadas a Provas, Faltas, Desligamentos, dentre outras.

Por não estarmos buscando uma descrição literal de todo o Regulamento, tendo em vista que o propósito desse texto é avaliar a inserção do C.I.M. no bojo do processo de afirmação das diretrizes revolucionárias, colocaremos à disposição do leitor o Regulamento completo na parte dos documentos anexos desse trabalho.

No processo de adequação do C.I.M. aos pressupostos e paradigmas do governo da União, temos ainda a existência do Decreto nº 11.588 de 15 de Fevereiro de 1940, que muda o nome do Centro para C.I.T.P.- Centro de Instrução Técnico-Profissional, estabelecendo dentre outras coisas a criação da Escola de Candidatos e o Curso de Preparação de Alunos (C.P.A.), além do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (C.A.S.). A partir do C.I.T.P. ficava extinta a Escola de Preparação de Soldados, passando esse treinamento para a responsabilidade dos Corpos de Tropa.⁴¹

Em 1943, através do Decreto nº 12.733 de 30 de abril, institui-se o 3º Regulamento para o Centro, no qual fica estabelecida a Instrução Primária Elementar, no intuito de colaborar na alfabetização das Praças da Força.

As mudanças que foram sendo implementadas durante o período ocorreram gradativamente, por certo o Estado da Bahia procurava adequação do modelo à realidade baiana, porém o que temos é a afirmação de uma política tecnicista e mobilizadora para que a Polícia Militar estivesse em consonância com a ordem estabelecida.

Diante disso concluímos que o processo de reformulação que atingiu a PMBA e outros órgãos de segurança, foi contínuo durante a Era Vargas e, após o Golpe de Estado em 10 de Novembro de 1937, esse processo se cristalizou.

De início estabeleceu-se – menos de um mês após o golpe-, em 12 de dezembro, um Decreto de nº 10.476 que determinava que a Polícia Militar deveria ser comandada apenas por Oficiais do Exército com patentes de Capitão, Major e/ou Tenente-Coronel, o

⁴¹ POLÍCIA MILITAR DA BAHIA, 150 anos....

que de fato aconteceu, pois entre 1930 e 1945, de doze Comandantes Gerais, oito foram do quadro do Exército Brasileiro⁴², o que mais uma vez reforça a nossa tese da cooptação e do doutrinação militares. Esse processo reforça a idéia de que houve um compromisso das duas esferas, a Federal e a Estadual, para fazer cumprir pré-requisitos básicos para o funcionamento dos órgãos de segurança.

O Decreto de nº 10.521 de 31 de dezembro de 1937, o qual seguia os parâmetros da Lei Federal nº 165, de 30 de abril do mesmo ano, é mister em explicitar o que estamos dizendo. Ele visava uma nova reorganização dos mecanismos de segurança em face de um plano de racionalização administrativa do Estado. Em linhas gerais esse dispositivo legal refletia e sintetizava o tipo de organização a que estava se submetendo a Bahia e outros estados federados para seguir a dinâmica da modernização.

Vislumbrava-se a articulação dos órgãos da administração pública e, para os órgãos de segurança em particular, visava-se atender ao aprimoramento dos mecanismos repressivos, no interesse de se coibir o surgimento de focos de “perigo vermelho” ou “comunismo”, fazendo-se necessária a existência de uma rede de operações, por assim dizer.

O Brasil, como Nação, passava por um momento em que se agravavam os conflitos. Havia o interesse preeminente em se combater a Aliança Nacional Libertadora (A.N.L.), organização heterogênea de opositores ao regime; a Aliança Integralista Brasileira (A.I.B), entidade de caráter nazi-fascista que, até certo ponto do processo,

⁴² Ver documento anexo

apoiava o governo Vargas, mas que após um tempo não mais servia aos intentos do Estado⁴³. O Partido Comunista Brasileiro também viveu sob intensa perseguição no regime do Estado Novo.

O decreto supracitado cria a Polícia de Choque (art.3º-parágrafo único), que funcionaria junto ao Secretário, a um Corpo de Informações Secretas e a um Consultor Jurídico. A criação de mais um modelo de policiamento fruto de um intenso e progressivo processo de fechamento do regime de Vargas que, após 1937, usando um discurso de Segurança Nacional, primava por instrumentos repressivos, treinados militarmente no sentido da manutenção do regime.

A partir desse decreto registra-se uma progressiva departamentalização dos Serviços de Polícia, com a criação de órgãos centrais de comando. A Polícia Militar, ainda que sendo um elemento com características próprias e regulamentos específicos, com técnicas de treinamento particulares, participou ativamente desse processo, recebendo informações e agindo de formas a sufocar focos ditos “perigosos”.

As informações obtidas pelos órgãos eram de suma importância no andamento do regime. Foi criado, através desse decreto, um Serviço Especializado de Ordem Política e

⁴³ Em Relação a A.N.L. e a A.I.B. podemos indicar a leitura de: PRESTES, Anita Leocádia. Luis Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35). Rio de Janeiro: Vozes, 1997.; TRINDADE, Héliqio. Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30. São Paulo:DIFEL,1979.

Social⁴⁴ e, no artigo 10 o decreto trata da organização da Polícia Militar, a qual seguia os preâmbulos dos termos do nº XXVI do Artigo 5º da Constituição de 1937.

O Estado da Bahia procurou, de um lado, adaptar a sua realidade aos mecanismos de segurança nacional, por outro lado vivíamos uma situação financeira muito difícil, uma vez que os recursos não foram de imediato, suficientes, por exemplo, para estruturar o próprio C.I.M. de uma maneira mais adequada.

Após a sua criação, o C.I.M. funcionou por aproximadamente dois anos de forma provisória, pois somente entre 1937/38 ele passou a funcionar mais adequadamente, formando turmas de cabos e sargentos em 1938 e a primeira turma de Oficiais em 1939.

A integração do Centro foi completada com o seu funcionamento a partir de uma área específica para tal, no Bairro do Bonfim, em Salvador, onde hoje se localizam um Colégio da Polícia Militar, um Hospital e a própria Academia da Força. Com a Vila Policial Militar do Bonfim não houve mais interrupções na formação dos quadros da PMBA.

O incremento de novas disciplinas, como as de Direito Civil e Penal e outras, surgidas no processo de reformulação através dos decretos sucessivos, não substituíram a mentalidade militar, pois a cultura militar continuou predominando na formação dos quadros na Polícia Militar da Bahia, pelo menos até o ano de 1945, o marco limítrofe desse trabalho.

⁴⁴ Decreto nº 10.521, de 31 de dezembro de 1937 (artigo 5º, alínea (a), termo (I). Ver: PALMA, História da Polícia Civil....., p. 183-188.

Não obstante tratarmos da questão da cooptação pela esfera federal da Força Policial Militar da Bahia durante o período compreendido entre os anos de 1930 e 1945, como sendo o fator mais visível e determinante para o surgimento de cursos de formação e aprimoramento profissionais, não nos esquecemos de que a PMBA, instituição secular, sempre foi dotada, e não poderia ser diferente, de características próprias e particulares.

Em relação a esse aspecto, infelizmente, não foi possível, por questões metodológicas, fazer uma avaliação mais singularizada e traçar um perfil mais particular, mas, no intuito de não deixarmos de lado esse ponto tão importante, nos remeteremos à obra “Particularidades Históricas e Pitorescas da Polícia Militar da Bahia”, escrita pelo Coronel da PMBA Antonio Medeiros de Azevedo, em 1975, e sobre a qual já nos reportamos no Capítulo I.

De uma maneira particular e entusiástica o Coronel Azevedo, à época Diretor do C.I.M., ressalta que tal Centro se configurou como uma linha divisória entre dois períodos, um passado, marcado pelas incorreções, e pelas formas arbitrárias de se galgar postos hierárquicos na Força; e um presente, ao seu ver frutífero, onde haveria a primazia do mérito profissional em detrimento do apadrinhamento.

Sobre esse aspecto diz o texto:

O marco limítrofe significa a instalação dos cursos formadores de oficiais- Curso de Formação de Oficiais Combatentes e Curso de Formação de Oficiais de Administração, ambos da Escola de Oficiais instituída pelo Regulamento do Centro de Instrução Militar (C.I.M.) aprovado pelo

Decreto nº 10.112 de 31 de dezembro de 1936, *ex-vi* da Lei Federal nº 192 de 17 de janeiro do mesmo ano (art.25).⁴⁵

Nessa parte do texto do Coronel Azevedo nos dá uma idéia do quanto representou para a Polícia Militar da Bahia a implantação de uma estrutura própria, o C.I.M., que foi a instituição basilar para a existência da atual Academia da Polícia Militar da Bahia.

É certo que a preocupação da narrativa em questão privilegia os Cursos de Oficiais, e não era para menos, pois os mesmos representaram uma novidade, uma linha divisória por assim dizer, na área da educação da PMBA.

Por outro lado não podemos perder de vista tudo que já dizemos acerca da cooptação dessa Força por um projeto nacional. O próprio Coronel Azevedo reforça isso quando, em 04 de março de 1938, por ocasião da instalação dos cursos de oficiais, e em um discurso carregado de emoções, ele diz:

Exmo.Sr.Cel Tito Coelho Lâmega⁴⁶, DD Cmt Geral da Polícia Militar, Ilmo.Sr.Cap.EB Manoel Xavier de Oliveira, Instrutor Geral e Diretor da Escola de Oficiais, meus senhores:

Orgulho-me de ver satisfeita uma das maiores aspirações nossas. Desvaneço-me de haver contribuído com a minha inteligência e as minhas energias para a consecução de tal cometimento, incentivado, sempre, pelo prestígio de superiores e pela colaboração eficiente de companheiros infatigáveis e idealistas.

Assinalamos neste instante, uma fase de aprimoramento intelectual promissora⁴⁷

⁴⁵ AZEVEDO, Particularidades Históricas e Pitorescas da Polícia Militar...., p.29

⁴⁶ O Cel Tito Coelho Lâmega era Major do Exército brasileiro, comissionado ao posto de Coronel da Polícia Militar da Bahia. Ver documentação anexa

⁴⁷ AZEVEDO, op.cit.p.30

O discurso segue uma linha entusiástica e otimista, próprio de quem se sente empolgado com uma “nova era”, tão decisiva para a história institucional da PMBA. Numa das partes desse discurso, podemos observar claramente os pressupostos doutrinários aos quais nos referimos durante todo o trabalho. Diz o discurso:

Almejando a paz, pensando, porém, na guerra, criaremos nesta escola, como principal objetivo, uma indestrutível mentalidade guerreira, dentro na mesma unidade de doutrina esposada pelo Exército. Não nos preparando para lutas de conquistas, de expansão. Mas para a defesa de nossa jovem e estremecida Pátria, tão invejada na sua riqueza e considerada como possuidora do maior cabedal de matérias-primas do mundo.

A eficiência militar de um país não se revela nos aparatos bélicos das revistas e paradas. Repousa na técnica das Forças Armadas em atividade e no preparo de suas reservas. As Polícias Militares são as mais fortes reservas do Exército Nacional. Prontas. Mobilizadas. Impulsionáveis. Experientes. Intrépidas.

Esqueceu-se ou fingem esquecer que elas tem sido, na Comunhão das Forças Armadas, um esteio vigoroso das instituições, da ordem, da lei, da sociedade e do regime.

Marinha, Exército e Polícias Militares- eis o triângulo em que se assenta a Nação.⁴⁸

As palavras proferidas pelo Coronel Azevedo são dignas de registro por duas questões básicas: a primeira é que o seu entusiasmo pessoal sugere genericamente uma idéia pela qual podemos notar que os cursos criados e regulamentados no período em estudo foram bem aceitos pelos quadros da PMBA, principalmente para os oficiais; e por outro lado, tais palavras, reforçam, e muito, a nossa tese segundo a qual o “enquadramento” da Polícia Militar da Bahia ao projeto de viés nacional foi visível.

⁴⁸ AZEVEDO, op.cit., p.32

Os pressupostos gerais advindos do governo da União tiveram seus pares na Bahia, sendo a implantação do C.I.M. um dos pré-requisitos para os mesmos e mais, ainda que determinante e fundamental para a evolução e o aperfeiçoamento da educação dos quadros da PMBA, bem como para a sua própria identidade institucional, o surgimento de cursos de oficiais adveio principalmente de um panorama geral, pelo qual surgiram as condições mais proeminentes, mas que além disso, havia aspirações de dentro da própria instituição visando melhorias na sua qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade brasileira vem sendo forjada desde os tempos mais remotos por ações advindas de um processo no qual ainda não podemos perceber verdadeiras transformações sociais que possam dotar o conjunto da sua população de uma base sólida e equilibrada, a partir da qual pudéssemos vislumbrar uma dinâmica histórica menos excludente e mais justa.

Identificar todos os aspectos sociais relativos a esse processo seria por demais difícil para esse trabalho, bem como para qualquer outro trabalho de pesquisa, mas, em última instância, seria o melhor caminho para que pudéssemos desvendar os princípios norteadores da nossa vida, do nosso bem estar, e, em último grau, da nossa sociedade.

Ao falarmos da sociedade brasileira e do seu processo histórico de formação não estamos fugindo do tema dessa Dissertação, ao contrário, o estudo desse tema específico se insere particularmente num estudo teórico mais amplo, que visaria analisar os papéis exercidos socialmente por todos os agentes que interagem na formação da Nação brasileira.

Esse é um ponto crucial para essa abordagem, uma vez que compreender o papel institucional de certos “atores sociais” para com um organismo como a Polícia Militar da Bahia é ter subsídios para compreendermos o seu condicionamento social, e mais, é termos uma noção de que essa corporação não está alienada de um contexto circundante, pois a mesma é produto acima de tudo de relações sociais.

Tendo essa idéia como suporte analítico principal é, só para finalizar, está dotado de uma visão abrangente e necessária, bem como o é, entender as particularidades do próprio

papel social da Polícia Militar da Bahia, pois ambas as partes, como já ficou explicado, são condicionadas através de um dinamismo pelo qual não temos, ainda que procuremos ter, o domínio sobre o mesmo.

É fundamental salientar que um estudo aprofundado sobre o papel social da PMBA, avaliando a receptividade da sociedade baiana ao modelo implantado pelo governo Vargas, ao nosso olhar, continuará a ser um objetivo que necessitará ser desbravado em pesquisas futuras, uma vez que essa Dissertação de Mestrado não se propôs a tal intento, haja vista a nossa proposta central, que foi a de avaliarmos os principais critérios adotados nas “políticas públicas” do pós-1930, ou seja, esse trabalho avaliou diretrizes políticas e estrutura econômica no período, mas não teve a intenção de construir uma “História Particular” da receptividade do C.I.M. e da PMBA na sociedade baiana, nem no próprio período (1930-1945), nem nos momentos posteriores, pois isso já se configura em outro objeto de estudo, acerca do qual, certamente, temos o interesse em trabalhar, talvez numa pesquisa de Doutorado.

Após essa explanação podemos considerar que esse trabalho procurou abordar alguns aspectos relativos a um processo histórico que tangenciou muitos fatores sociais, políticos, econômicos e culturais que compuseram o quadro histórico da Era Vargas, mas que não respondem a algumas questões específicas.

Ao construirmos uma historiografia da Polícia Militar da Bahia, estamos não somente contemplando os marcos históricos dessa corporação e alguns pesquisadores, mas além disso, e acima de tudo, procurando perceber feições importantes na formação histórica de uma Instituição já consolidada na cultura baiana, e mais, um modelo de instituição forjado muito mais nas práticas e nas lutas sociais e, não obstante em parte, arregimentado

por políticas gerenciadas a partir de grupos de interesses, sempre buscou não estar alienada à dinâmica histórica, interagindo de várias maneiras com a mesma..

A história da Polícia Militar baiana, ainda que carente de mais pesquisas é, com toda certeza, uma história rica em fatos importantes e fundamentais na formação da nossa cultura, e, no que pese o esforço de pesquisadores abnegados e incansáveis, necessita de mais visibilidade, sob pena de não podermos conhecer um dos mecanismos mais importantes que interferem na nossa vida como cidadãos baianos.

O recorte espaço-temporal não poderia ser melhor, a regulamentação do Centro de Instrução Militar em meados da década de 1930 é tida como um acontecimento ímpar nessa história, e mais, a própria dinâmica histórica que o concebeu é encarada como um momento fundamental na construção da identidade brasileira, ainda que não possamos falar, pelos diversos aspectos citados no decorrer da obra, da socialização eficaz dessa identidade, e mais, nem se sabe ao certo se tal identidade realmente caracteriza a cultura nacional, acredito que estamos engatinhando numa luta sem tréguas para atingirmos a “maioridade” como nação.

O modelo de Estado instituído pelo regime de Vargas foi uma fórmula de se arregimentar e dar aos grupos sociais dominantes, como as oligarquias, e as frações da burguesia brasileira, subsídios concretos de afirmação social diante do conjunto da população (consolidar uma Hegemonia, por assim dizer), porém, por outro lado, o Estado Getulista não pôde se desvencilhar de outros atores sociais importantes, como os trabalhadores em geral, alguns intelectuais e outras categorias sociais, e ainda, tal modelo não conseguiu frear o desenvolvimento de movimentos sociais de oposição ao regime (a ANL é um exemplo), tendo que recorrer a mecanismos discricionários e repressivos, sendo as atribuições da polícia usadas como uma “mola-mestra” nesse bojo, ainda que saibamos

que tais atribuições são expedientes “funcionais” para o Estado, uma vez que de uma forma ampla e até mesmo legal, as funções da polícia não se encerram em reprimir manifestações sociais.

Por outro lado a aplicação de um modelo de Estado nacional em todas as regiões do país, como forma de se obter um controle mais eficaz, não pôde prescindir de uma adequação aos modelos regionais, e na Bahia, isso torna-se evidente com a fórmula encontrada por alguns interventores, como é o caso de Juracy Magalhães, de construir uma rede política pela qual ele pudesse governar, e mais, essa rede política, pelo que podemos perceber nessa obra, foi costurada em cima de atitudes e práticas de alinhamento e de concessões às elites baianas. Na verdade não houve ruptura com as práticas dominantes.

Um outro aspecto primordial dessa análise, o qual por sinal denota uma característica singular dentro da concepção geral de “práticas policiais racionalizadas” e fiéis aos intentos revolucionários, é o fato de ter sido uma doutrina e um treinamento especializado, advindos de pressupostos legais, e os seus mecanismos de informação centralizados, os verdadeiros direcionadores das práticas policiais e, até certo ponto, a elaboração cultural que serviu de sustentáculo aos anseios das classes dominantes, uma “ideologia”, por fim, capaz de dar corpo, alinhando-se às velhas práticas repressivas, a um “projeto” de segurança nacional.

Por outro lado não podemos afirmar que esse “doutrinação racionalizante” por assim dizer, pode ser considerado como o único capaz de formar a identidade institucional da Polícia Militar da Bahia, mesmo porque, se assim considerássemos, estaríamos negligenciando e esquecendo de que essa corporação é composta por pessoas capazes de enxergar além de um treinamento específico, pessoas capazes portanto de discernir até onde

cabe uma ação de cunho militar, e identificar-se, em última instância, como sujeitos históricos.

A necessidade de se fortalecer as fronteiras e de se ter uma tropa coesa e fiel aos intentos revolucionários foi a parte mais visível que percebemos no nosso estudo, mas com certeza não foi a única, uma vez que havia uma história própria tanto da Bahia como Estado, quanto da PMBA como Instituição e, só para reforçarmos o que já dizemos, existiam características históricas particulares, cujos reflexos sociais devem ser pesquisados em outra oportunidade, pois, pelo que depreendemos desse trabalho, a Era Vargas (1930-1945), foi a fase onde lançaram-se as condições legais e formais para uma “cultura militar” de policiamento na Bahia, a qual não se encerrou naquele instante, uma vez que os seus reflexos sociais compõem um quadro histórico específico, carente de pesquisas.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira. São Paulo: Paz e Terra, s/d.

ALBUQUERQUE, Carlos F.Linhares de. Escola de Bravos: cotidiano e currículo numa Academia de Polícia Militar. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A Invenção do Nordeste e outras artes. Recife: Manssanganá; São Paulo: Cortez, 1999.

ARAÚJO, Oséas Moreira de. Notícias sobre a Polícia Militar da Bahia no século XIX. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 1997.

ARCHANJO, Georgecohama d'Almeida. Movimentos de 1981 na Polícia Militar da Bahia. 1983. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

AZEVEDO, Antonio Medeiros de. Particularidades pitorescas da Polícia Militar da Bahia. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1975.

BOBBIO, Norberto et. al. Dicionário de Política. Brasília: UNB, 1995

CARONE, Edgard. A República Nova; 1930-1937. São Paulo: DIFEL, 1976.

CARTILHA HISTÓRICA DA BAHIA. A República: seus Governadores e Secretários de Estado. 4. ed. Rio de Janeiro: Continente, 1986.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. A questão nordeste de tantas soluções. 1986. Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CASTRO, Felipe Borges de. Derrocada do Cangaço no Nordeste. Salvador: EGBA, 1976.

CHÂTELET, François. História das Idéias Políticas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

CONSTITUIÇÕES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: 1891, 1934, 1937 e 1988.

CONSTITUIÇÕES DO ESTADO DA BAHIA: 1891 e 1935.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci : um estudo sobre o seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

FACÓ, Rui. Cangaceiros e fanáticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

FAUSTO, Boris. História do Brasil . São Paulo: EDUSP,1994.

FONTES, Oleone Coelho. Lampião na Bahia. Rio de Janeiro: Vozes, 1996

FREITAG, Bárbara. Escola, Estado & Sociedade. 6. ed. São Paulo: Moraes, 1986.

FREITAS, Antonio Guerreiro de. A Bahia em pedaços/ou uma política de oligarcas e (neo) oligarcas, entrevista. Revista do CEAS. Salvador-Bahia, 1994

FONTES, Oleone Coelho. Lampião na Bahia. Rio de Janeiro: Vozes, 1996

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. A Revolução de 30 e seus antecedentes. Coletânea de fotos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GOMES, Ângela Maria de Castro (coord.). Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituintes nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GRUPPI, Luciano. Tudo começou com Maquiavel. Porto Alegre: L&PM,1980

GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. O povo e a guerra. Participação das camadas populares nas lutas pela independência do Brasil na Bahia.2004. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

HAUSSEN, Doris Fagundes. Rádio e Política: tempos de Vargas e Perón. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. P.38 ou Garcia, 1982.

HIPÓLITO, Lúcia. PSD de raposas e reformistas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. O Coronelismo: uma política de compromissos. São Paulo: Brasiliense,1992. (coleção “Tudo é História”)

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. Rio de Janeiro: Revista forense, 1948.

LEITE, Rinaldo César Nascimento. E a Bahia Civiliza-se...ideais de civilização e cenas de anticivilidade em um contexto de modernização urbana Salvador, 1912-1916. 1996. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

LEVINE, Robert. Pai dos Pobres? O Brasil e a era Vargas. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2001.

MACCIOCCI, Maria-Antonieta. A Favor de Gramsci. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra , 1980 .

MACHADO NETO, Zahidé . O Coronelismo na Bahia . Salvador: Centro Editorial didático/UFBA, 1972.

MATEDDI , Maria Raquel Matoso . As Invasões em Salvador: uma alternativa habitacional.1979. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. Bahia Século XIX: uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MORAES, Fernando. Olga . São Paulo:Alfa-Omega,1985.

MORAES, João Quartim de, et. al. . A Tutela Militar. São Paulo: Vértice,1987.

MORAES, Waldir Rodrigues. Bosquejo Histórico da Milícia Paulista; In : A Força Policial: Órgão de informação e doutrina da Instituição Policial Militar, São Paulo: PMESP, n. 30, 2001.

MORAES, Walfrido . Jagunços e Heróis: a civilização do diamante na Lavra diamantina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1953.

NERY, Eugênia Lúcia Viana. Memórias de um revolucionário: uma fonte para o estudo do período (1922-1930). 1973. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

PALMA, Alcides P. (coord.) História da Policia Civil da Bahia. Salvador: Secretaria de Segurança Pública, 1978.

PEREIRA DE QUEIRÓZ, Maria Isaura. O mandonismo local na vida política baiana: três estudos de sociologia e história. São Paulo: Anhembi ,1957.

PRESTES, Anita Leocádia . A Coluna Prestes. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura? São Paulo: Paz e Terra,1999.

_____. Luis Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35). Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

POLÍCIA MILITAR DA BAHIA. Resumo Histórico: 1825 – 1971. Salvador: Polícia Militar da Bahia, 1972

POLICIA MILITAR DA BAHIA. 150 da Polícia Militar da Bahia. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1975.

REGULAMENTO da Força Pública do Estado da Bahia. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1927

REVISTA RETRATOS DO BRASIL. São Paulo: Política, 1984, v. 1

RODRIGUES, Marcelo Santos. Os (in) Voluntários da Pátria : a Bahia na Guerra do Paraguai. 2001. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

ROSÁRIO, Silvio Conceição do. (org.) O Nascimento da Academia de Polícia Militar: uma análise do Centro de Instrução Militar (1935-1940). Salvador: APM, 2002.

ROSSI, Clóvis. Militarismo na América Latina. São Paulo: Brasiliense;1986 (coleção “Tudo é história”)

SALES, Herberto. Cascalho. Rio de Janeiro: Ediouro,s/d.

_____. Além dos Marimbus. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

SAMPAIO, Consuelo Novais. Poder e Representação: o Legislativo da Bahia na segunda República (1930-1937). Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia , 1992.

_____. Repensando Canudos: O jogo das oligarquias. Luso Brazilian Review,vol.30, nº2, 1993

_____. Os partidos políticos da Bahia na primeira República: uma política de acomodação.Salvador: UFBA,1999.

SANTOS, Patrícia Verônica Pereira. Trabalhar, defender e viver em Salvador no século XVII. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia

SCHLESENER, Anita Helena. Hegemonia e Cultura: Gramsci. Curitiba: UFPR, 2001.

SILVA, Marcos A. da (Org.). República em Migalhas: história regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio à Castelo (1930-1960). Rio de Janeiro: Saga, 1969.

SOARES, Geraldo Ramos. Os soldados da Polícia Militar da Bahia: uma caracterização sócio-econômica. 1983. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)—Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SODRÉ, Nelson Werneck.. Capítulos de História Militar do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1965.

SOUZA, Alírio Fernando Barbosa de. O Coronelismo no médio São Francisco: um estudo de poder local. 1973. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

TAVARES, Luis Henrique Dias. História da Bahia. São Paulo e Salvador: EDUFBA; São Paulo: UNESP ,2001.

_____. O levante dos periquitos. Salvador :UFBA/CEB,1990.

TRINDADE, Hégio. Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30. São Paulo: DIFEL, 1979.

VARGAS, Getúlio. O Estado Novo e o momento brasileiro. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Propaganda(DNP), 1938.

LISTA DE FONTES

Arquivos e Bibliotecas:

Arquivo da Academia de Polícia Militar da Bahia

Arquivo do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar da Bahia

Arquivo Público do Estado da Bahia

Biblioteca Central do Estado da Bahia

Biblioteca da Academia de Polícia Militar da Bahia

Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA

Biblioteca do Mestrado da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Documentação e outras fontes:

Diário Oficial da União

Diário Oficial do Estado da Bahia

Boletins gerais de ocorrências da Polícia Militar do Estado da Bahia (BGOs)

Boletins internos de ocorrências da Polícia Militar do Estado da Bahia (BIOs)

Relação com nomes dos comandantes da Polícia Militar da Bahia entre 1930 e 1945

Relação de disciplinas ministradas no CIM

ANEXOS

ANEXO A	Nomes dos Comandantes Gerais da Polícia Militar da Bahia entre 1930 - 1945
ANEXO B	Nomes dos Aspirantes a Oficial- Primeira Turma do Curso de Formação de Oficiais-1939
ANEXO C	Disciplinas do Curso de Formação de Oficiais Combatentes (C.F.O.C.) – C.I.M.
ANEXO D	Disciplinas do Curso de Formação de Oficiais de Administração (C.F.O.A.) – C.I.M.
ANEXO E	Transcrição de Boletim Geral Ostensivo (BG/O) de 05 de Janeiro de 1937
ANEXO F	Transcrição de Boletim Geral Ostensivo (BG/O) de 09 de Janeiro de 1937
ANEXO G	<u>FOTO 01</u> – Gal. EB Pedro Aurélio de Góis Monteiro
ANEXO H	<u>FOTO 02</u> - Tenente Juracy Magalhães
ANEXO I	<u>FOTO 03</u> – Capa de ‘Getúlio Vargas, o amigo das crianças’, publicado pelo D.I.P.
ANEXO J	<u>FOTO 04</u> – Luís Carlos Prestes na prisão
ANEXO L	<u>FOTO 05</u> – Cel.PMBA Antonio Medeiros de Azevedo, Diretor do C.I.M.
ANEXO M	<u>FOTO 06</u> - Cel.PMBA Antonio Medeiros de Azevedo, Diretor do C.I.M.

ANEXO A

Nomes dos Comandantes Gerais da Polícia Militar da Bahia entre 1930 e 1945

1. Cel. Américo de Almeida Pedra (1928-1930)
2. Cel. Alberto Lopes (1930-1931)
3. Cel. Octavio Muniz Guimarães, Cap. EB (1931)
4. Cel. João Félix de Souza, 1ºTen.EB (1931-1935)
5. Cel. Liberato de Carvalho, Cap.EB (1935-1937)
6. Cel. Tito Coelho Lâmega, Maj.EB (1937-38)
7. Cel. Thales Moutinho da Costa, Cap.EB (1938-39)
8. Cel. Edgard da Cruz Cordeiro, Maj.EB (1939-1942)
9. Cel. José Galdino de Souza, (1942)
10. Cel. Armindo Ferreira Vilaça, Cap.EB (1942-1944)
11. Cel. Everardo Simas Kelly, Cap.EB (1944-45)
12. Cel. Antenor Zeferino Cossenza (1945-46)

FONTE: PARAÍSO, 1975.p.27

ANEXO B

Nomes dos Aspirantes a Oficial

Primeira Turma do Curso de Formação de Oficiais – 1939

QUADRO DE COMBATENTES

Luís Gonzaga da Silva Filho

Argemiro Gomes Barbosa

Florisvaldo Neves da Silva

Lourival Alves de Souza

Edilberto Calmon de Amorim

Antídio de Oliveira Matos

Antônio Dória Kuhim

Miguel de Góis Sá Barreto

Euvaldo Pinho

Durval Maximiniano de Brito

Edgard Gomes da Rocha

Getsemani Galdino da S. E Souza

Rosalvo Dourado Mendes

QUADRO DE ADMINISTRAÇÃO

Gutemberg Sodrê Gonçalves

Tescon Rodrigues Nogueira

Antonio de Carvalho Melo

Máximo

João Alfredo Rocha

Hermes Gomes Martins

Sólon Negrão

Antonio da Rocha Passos

Natanael dos Santos Pereira José

Jandiroba Manoel Ramos Deiró

Anfilófilo Virgínio Alves

FONTE: ROSÁRIO, 2002.P.101

ANEXO C

Disciplinas dos Cursos de Formação de Oficiais do C.I.M.

Curso de Formação de Oficiais Combatentes (C.F.O.C)

1º Semestre: Instrução Geral

- 1- Português
- 2- Francês
- 3- Aritmética
- 4- Geografia.
- 5- História do Brasil
- 6- Desenho
- 7- Higiene e Socorros de Urgência

3º Semestre: Instrução Geral

- 1- Português
- 2- Francês
- 3- Aritmética Financeira
- 4- Álgebra
- 5- Geometria e Trigonometria
- 6- Geografia do Brasil e particularmente da Bahia
- 7- História Militar, especialmente do Brasil e Das Campanhas Napoleônicas.

2º Semestre: Instrução Militar

- 1- Instrução de Infantaria
- 2- Organização do Terreno
- 3- Nomenclatura e Funcionamento das Armas Portáteis e Noções de Tiro
- 4- Educação Física
- 5- Polícia Administrativa, Judiciária e Militar e Noções de Direito Penal
- 6- Organização e Legislação da PM

4º Semestre: Instrução Militar

- 1- Instrução de Infantaria
- 2- Topografia de Campanha
- 3- Emprego Tático das Armas de Infantaria
- 4- Balística e Tiro das Armas Portáteis
- 5- Pedagogia Militar
- 6- Ligações e Transmissões
- 7- Administração Militar
- 8- Tática Geral de Infantaria
- 9- Educação Física
- 10- Equitação

FONTE: ROSÁRIO, 2002.P.102. Referindo-se ao Regulamento do C.I.M.

ANEXO D

Disciplinas dos Cursos de Formação de Oficiais do C.I.M.

Curso de Formação de Oficiais de Administração

1º Semestre: Instrução Geral

- 1- Português
- 2- Francês
- 3- Aritmética
- 4- Geografia
- 5- História do Brasil
- 6- Desenho
- 7- Higiene e Socorros de Urgência

3º Semestre: Instrução Geral

- 1- Português
- 2- Francês
- 3- Aritmética Financeira
- 4- Álgebra
- 5- Geometria e Trigonometria
- 6- Geografia do Brasil e particularmente da Bahia
- 7- História Militar, especialmente do Brasil e Das Campanhas Napoleônicas.

2º Semestre: Instrução Militar

- 1- Instrução de Infantaria
- 2- Nomenclatura e Funcionamento das Armas Portáteis e Noções de Tiro
- 3- Educação Física
- 4- Organização e Legislação da PM
- 5- Administração Militar
- 6- Contabilidade Pública Estadual e Código respectivo com relação a PM

4º Semestre: Instrução Militar

- 1- Instrução de Infantaria
- 2- Balística e Tiro das Armas Portáteis
- 3- Administração Militar
- 4- Educação Física
- 5- Serviço de Intendência na Paz e na Guerra
- 6- Contabilidade Pública e Código respectivo com relação a PM.
- 7- Equitação

FONTE: ROSÁRIO, 2002.P.103. Referindo-se ao Regulamento do C.I.M.

ANEXO E

Transcrição de Boletim Geral Ostensivo (BG/O)

Boletim Nº 4

Data: 05 de Janeiro de 1937

I – Exame de Admissão ao C.C.C. – Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e trinta e seis, no Gabinete do chefe do Serviço de Intendência, reuniu-se a comissão abaixo assinada composta por Capitães Antenor Zeferino Cossenza, Antonio Medeiros de Azevedo, Maurino Cezimbra Tavares e 1º Ten. de Administração Oséas Moreira de Araújo, designada em boletim de 06 de novembro, afim de apurar o resultado do exame de admissão a que se submeteram os candidatos ao Curso de Cabos d'esquadra.

Em seguida delibera o seguinte:

- a) Eleger Presidente e Secretário, respectivamente, o Capitão Antenor Zeferino Cossenza e 1º Ten. de Administração Oséas Moreira de Araújo;
- b) Estabelecer a nota 3 como mínima de aprovação em cada matéria;
- c) Dar o resultado das notas em média aritmética;
- d) Admitir a média 3 como suficiente para aprovação;
- e) Reprovar aqueles que, embora adquirindo média superior a 3, não tenham satisfeito às exigências do item b.

OBS.: A RELAÇÃO DE CANDIDATOS NÃO SE FAZ NECESÁRIA

FONTE: BOLETIM GERAL OSTENSIVO, 05/01/1937

ARQUIVO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DA BAHIA

ANEXO F

Transcrição de Boletim Geral Ostensivo (BG/O)

Boletim Nº 7

Data: 09 de Janeiro de 1937

1ª PARTE

I – Abertura e fixação de matrículas: ficam abertas, a partir de 10 até 20 do mês fluente, as matrículas nos Cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais (C.A.O); Curso de Formação de Oficiais Combatentes (C.F.O.C.); Curso de Formação de Oficiais de Administração (C.F.O.A.) e Curso de Candidatos a Sargento (C.C.S.) observadas as disposições dos Artigos números 22, 32, 33, letra a, números 1, 2, 3, 4 e 5- 36 e 37 do R.C.I.M..

De acordo com o artigo 31 do mesmo Regulamento, fixo, assim, o número de matrículas dos cursos:

C.A.O. – Ilimitado

C.F.O.C. – 10

C.F.O.A. – 10

C.C.S. – 20

C.C.C. – 114

Os exames de admissão serão feitos no 10º dia útil de fevereiro p.vindouro e os cursos iniciarão o seu funcionamento letivo a 1º de março p.vindouro.

FONTE: BOLETIM GERAL OSTENSIVO, 09/01/1937

ARQUIVO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DA BAHIA

FOTO 01



Pedro Aurélio de Góis Monteiro

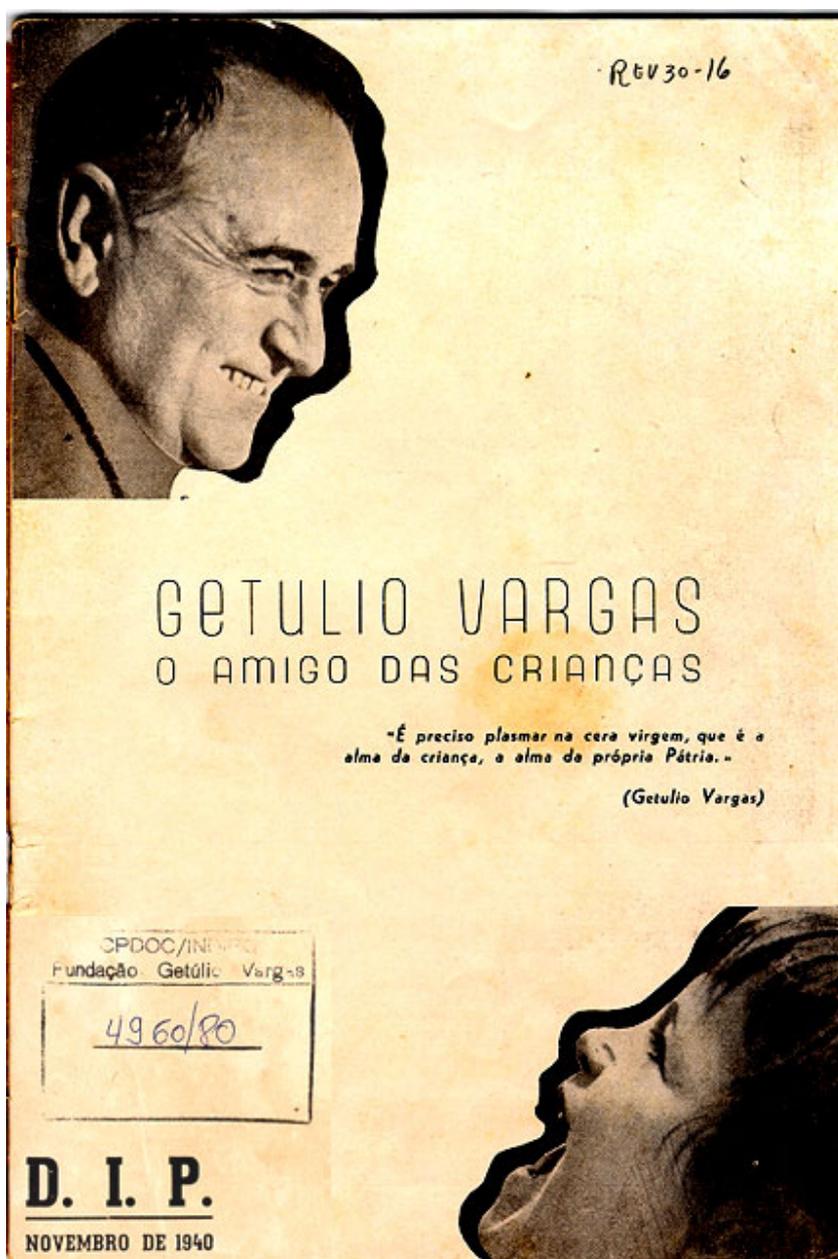
Arquivo Benedito Valadares / BVafoto079 / CPDOC

FOTO 02



Tenente Juracy Magalhães (sentado), interventor federal da Bahia, out. 1931, Salvador (BA).(CPDOC/Arquivo Juracy Magalhães/JMFOTO001)

FOTO 03



Capa de 'Getúlio Vargas, o amigo das crianças', publicado pelo DIP em novembro de 1940.

REV.30 16 f / CPDOC

FOTO 04



Luís Carlos Prestes, ao centro, na prisão em 1941
Arquivo Getúlio Vargas / GVfoto123 / CPDOC

FOTO 05



Cel.PMBA Azevedo, Diretor do C.I.M.,ao centro.Vila Militar do Bonfim, Salvador-BA. S/D .Fonte: ROSÁRIO. O Nascimento da Academia de Polícia....., 2002.

FOTO 06



Cel.PMBA Azevedo, Diretor do C.I.M.. Vila Militar do Bonfim. Salvador- BA.

S/D. Fonte: ROSÁRIO. O Nascimento da Academia de Polícia..., 2002.